

**ESTUDO SOCIOECONÔMICO SOBRE AS TERRAS E POVOS INDÍGENAS**  
**SITUADOS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DOS EMPREENDIMENTOS DO RIO**  
**MADEIRA (UHEs JIRAU e SANTO ANTONIO)**

**DIAGNÓSTICO FINAL E POTENCIAIS INTERFERÊNCIAS NAS TERRAS  
INDÍGENAS *KARITIANA, KARIPUNA, LAGE, RIBEIRÃO E URU-EU-WAU-  
WAU***

**Auxiliadora Cruz de Sá Leão**

**Gilberto Azanha**

**Luis Carlos Maretto**

**Brasília, Março de 2005**

## **ÍNDICE**

### ***Apresentação***

### **Parte 1 – Diagnóstico**

#### **I Introdução - Rondônia: o “portal da Amazônia”**

##### ***I.1 Terra Indígena Karipuna***

##### ***I.2 Terras Indígenas Lage e Ribeirão***

##### ***I.3 Terra Indígena Karitiana***

##### ***I.4 Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau***

### **Parte 2 – CONCLUSÃO**

#### ***II.1 Potenciais Interferências***

*Terra Indígena Karipuna*

*Terras Indígenas Lage e Ribeirão*

*Terra Indígena Karitiana*

*Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau*

#### ***II.2 Recomendações***

#### ***II.3 Sugestões de Medidas Compensatórias***

*Medidas a serem executadas no PBA*

*Terra Indígena Karipuna*

*Terras Indígenas Lage e Ribeirão*

*Terra Indígena Karitiana*

*Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau*

### **Bibliografia**

## APRESENTAÇÃO

O presente estudo tem como objetivo compor o EIA-RIMA dos empreendimentos do rio Madeira (UHEs Jirau e Santo Antonio) para Furnas Centrais Elétricas S.A.

O plano de trabalho apresentado e aprovado pelo consórcio Furnas/Construtora Norberto Odebrecht teve como base o Termo de Referência do IBAMA para os Estudos e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA); as recomendações expressas no Inventário Hidrelétrico do rio Madeira – trecho Porto Velho a Abunã – sobre os impactos do empreendimento sobre as populações e terras indígenas e ainda o resultado de reunião técnica que teve lugar no Departamento de Engenharia Ambiente de Furnas –DEA-T, em junho de 2004, quando foram discutidos os critérios para definição da área de influência direta e indireta do empreendimento e os possíveis impactos sobre as terras indígenas.

Embora os estudos preliminares na fase de inventário não tenham apontado qualquer terra indígena como passível de ser diretamente impactada pelo empreendimento, consideramos que existe uma grande vulnerabilidade dessas populações e de suas terras frente ao aproveitamento energético do Madeira e aos novos empreendimentos a serem por este viabilizados, o que requereu, após reunião com a equipe da sócioeconomia de FURNAS, a inclusão das Terras Indígenas Lage e Ribeirão – grupo indígena Wari - consideradas fora da área de influência, direta e indireta, no âmbito dos estudos e análise de impacto socioambiental sobre as populações indígenas, que tem seu território tradicional na bacia do rio Madeira.

Os estudos e levantamentos desenvolvidos entre os meses de agosto – outubro de 2004 foram complementares aos da fase de inventário e baseados no aprofundamento da pesquisa de dados secundários junto aos órgãos públicos, federais e estaduais e ONGs – indigenistas e ambientalistas – e em levantamentos de dados primários, com estudos antropológicos e ambientais *in loco* em quatro terras indígenas – **Karitiana, Karipuna, Lage, Ribeirão** – e nos municípios do entorno destas terras indígenas.

Dentro do escopo delimitado na reunião de junho, foram realizados os levantamentos de dados secundários nas Terras Indígenas **Rio Negro Ocaia e Pacaá Novas** – que integram o complexo cultural e territorial dos grupos *Wari'* – e na Terra

Indígena **Uru-Eu-Wau-Wau**, cujo limite norte está, em parte, incluso na área definida por Furnas como de influência indireta do empreendimento, além do aprofundamento de dados, junto a Funai, aos grupos indígenas Karitiana, Karipuna e Wari e a população regional, sobre os grupos indígenas isolados que se encontram na área de influência do empreendimento. Foram também realizados levantamentos dos impactos atuais nos limites e no entorno das Terras Indígenas acima mencionadas com vistas a definir possíveis pressões sobre os grupos indígenas e seus territórios e o grau de vulnerabilidade destes frente ao Empreendimento.

## PARTE 1 - DIAGNÓSTICO

### I INTRODUÇÃO

#### I Rondônia: o “portal da Amazônia”



Rondônia em 2001

A década de 1970, a região norte do país, foi marcada por programas regionais impulsionados pelo Governo Federal e que tinham como objetivo promover a integração nacional da Amazônia, políticas públicas estas consubstanciadas no Programa de Integração Nacional (PIN).

Em Rondônia, esta política teve como base a abertura de rodovias, incentivo a migração e a colonização dirigida através dos assentamentos do INCRA.

No final da década de quarenta teve início a construção da BR-364 ligando Cuiabá -MT a Porto Velho- RO. Concluída na década de 1960 esta rodovia começou a ter tráfego regular em 1968 facultando a ocupação da região noroeste do país e o redesenho do quadro socioeconômico do Estado de Rondônia.

A expansão das fronteiras agrícolas propiciada pela rodovia levou a Rondônia centenas de migrantes na década de setenta, com crescimento populacional de 13% a/a entre 1970/1978. Centenas de famílias foram assentadas pelo INCRA às margens da rodovia e, em pouco tempo, as terras mais férteis foram apropriadas. Não obstante o conhecimento prévio da reduzida fertilidade do solo e das dificuldades de sustentação econômica da agricultura aí praticada, o governo insistiu na política de colonização adotada e, para minimizar os impactos, então vislumbrados, de erosão, lixiviação e precoce exaustão dos solos, falta de infraestrutura física e social, pauperização dos migrantes e dificuldades de armazenamento e escoamento da produção na estação chuvosa, elaborou o programa Polonoroeste, que tinha como eixo central a pavimentação da BR-364 e o desenvolvimento agrícola.

O Programa iniciado em 1981, em parte financiado pelo BIRD, foi duramente criticado pelos impactos à região e, as análises e Avaliações “Ex-Post” demonstraram que, embora os estudos preliminares efetuados pelo Banco Mundial já apontassem os riscos na implantação e implementação do Programa e, tivessem sido inseridos componentes ambiental e indígena como forma de minimização desses impactos, o POLONOROESTE não teve capacidade de sustar a ocupação desordenada de Rondônia e de cumprir suas metas sociais e econômicas.

Entre os fatores apontados destacamos a expansão populacional maior do que o previsto e avaliado na época do planejamento do programa, o que gerou um significativo impacto no uso dos recursos naturais, contribuindo para o desmatamento, esgotamento do solo e outros problemas ambientais na região, bem como a invasão das áreas de proteção ambiental e terras indígenas. O crescimento populacional de 13% a/a entre 1970/1978 saltou para 15% a/a a partir da pavimentação da Br 364 entre 1980/1985.

*“A partir de setembro de 1984, concluído o asfaltamento do trecho da Br-364 entre Cuiabá e Porto Velho (1504 km), processou-se o aumento assustador do fluxo de pessoas e de mercadorias, alterando o*

*relacionamento dessa região com outras do país e acelerando o processo de ocupação da área”.*

*No primeiro ano após a inauguração do trecho asfaltado, entraram no estado por esta rodovia 153.327 pessoas (Secretaria de Planejamento de Rondônia), sendo que a média atual de migrantes se aproxima de 20.000 por mês.....*

*Juntamente com essa massa de migrantes, o asfaltamento da BR-364 trouxe também outros problemas: o recrudescimento da malária, 171 mil casos oficiais sendo detectados em 1985; invasão de gafanhotos, oriundos do meio-norte de Mato Grosso, que estão se deslocando para Rondônia via clareira aberta na mata para o assentamento da estrada; além de grandes desmatamentos e de mudanças das atividades locais, provocando grandes desequilíbrios ambientais e sócio-econômicos.” ( IBGE; 1988).*

Ressalta-se que, com o aumento populacional e o descompasso na implementação de ações que pudessem corrigir os desvios do Programa, as cidades nas margens da rodovia cresceram de forma desordenada, assim como a capital, Porto Velho, exarcebando os problemas ambientais decorrentes da falta de infraestrutura urbana: precário abastecimento de água e esgoto, contaminação de poços e do solo, deficiência no serviço de coleta de lixo e um processo de favelização, com a ocupação de terrenos pouco adequados e insalubres.

A falência dos projetos de assentamento dirigidos e não absorção da mão de obra rural nos centros urbanos levou parte desta população aos garimpos de ouro e cassiterita. A consequência foi a contaminação e assoreamento dos rios, principalmente o rio Madeira, áreas degradadas e erosões generalizadas. Soma-se a isto a invasão das Áreas de Proteção Ambiental e das Terras Indígenas com retirada indiscriminada de madeiras de lei e degradação ambiental.

No que se refere ao Componente Ambiental, embora a preservação ambiental tenha sido considerada uma linha de ação do programa, foi relegada a um plano setorial com ínfima injeção de recursos, diante de um quadro que se agravava no decorrer da implantação do Projeto e, em especial, após a conclusão das obras de pavimentação da rodovia. Calcula-se que a área desmatada até 1980 em Rondônia constituía 3% do estado, este percentual passou a 24% em 1988. “Isso significa que a área média

*desmatada anualmente no curso dessa década foi equivalente a mais ou menos a área total desmatada até 1980.”(Mahar, Dennis: 1990).*

Quanto à proteção das terras indígenas, apesar de ter sido identificada e demarcada pelo POLONOROESTE a maior parte das áreas, isto não significou garantia e integridade do território. Ao contrário, assim como as áreas de preservação ambiental, as terras indígenas foram desmatadas, invadidas por colonos, madeireiros e garimpeiros, com alto custo social e econômico e perdas irreparáveis. A grande mortalidade e desestruturação social das populações indígenas foram uma das conseqüências do programa, além do aumento dos conflitos e perdas territoriais pela ineficiência na gestão e no controle das terras indígenas pela União Federal.

Outra crítica largamente difundida foi em relação ao montante de recursos destinados à pavimentação da rodovia, em contraposição àqueles direcionados à proteção ambiental e das terras indígenas e aos estudos relativos à viabilidade dos projetos de colonização.

*“O Banco Mundial condicionou seu empréstimo a um estudo detalhado das áreas e solos da região do Polonoroeste. Entretanto, o orçamento para o período 1981/85 - cerca de 1,55 bilhão - destinou 57% à infraestrutura de transporte; 23% para colonização de novas áreas; 13% para desenvolvimento rural; 3% para serviços de titulação de terras; 3% para a proteção do meio ambiente e questão indígena; 0,5% para pesquisa científica.*

*Não foi tarefa difícil perceber que o elemento central do programa era reconstruir e pavimentar a rodovia 364. Concluída a pavimentação em 1984, essa importante via de acesso viabilizou o tráfego que interessava não só aos pequenos e médios produtores rurais, mas, sobretudo, ao grande latifundiário pecuarista; as grandes propriedades improdutivas e especulativas, que carregaram a mais valia gerada; à mineração empresarial; ao garimpo; ao escoamento de madeira; e ao promissor setor terciário das cidades e as suas margens. ( Lago, Nilde e Leão, Maria Auxiliadora:1989).*

O reconhecimento das falhas do POLONOROESTE não se restringiu aos estudos desenvolvidos por pesquisadores e técnicos de órgãos governamentais. A própria agência financiadora - BIRD- reconheceu os desvios do Programa. Em

relatório, técnicos do Banco Mundial em Missão de Avaliação do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia - PLANAFLORO - em 1992 foram explícitos quando afirmaram que no Polonoroeste somente a pavimentação da estrada foi realizada no prazo, enquanto os serviços de suportes do planejamento agrícola, social e ambiental e de proteção às sociedades indígenas começaram atrasados e não atingiram as metas almejadas.

*“O programa foi largamente criticado por ter tido somente um efeito marginal na reversão do destrutivo modelo de desenvolvimento colocado em prática a partir dos anos setenta, com ocupação acelerada e aumento dos desmatamentos”.*

*A avaliação realizada em 1984 evidenciou as diferenças entre o planejado no programa e o que realmente estava sendo implementado, devido a circunstâncias que fugiram ao controle: inadequação e atraso na liberação dos recursos devido as dificuldades fiscais do Brasil; não aplicação de créditos necessários para estabelecimento das culturas perenes; centralização da gerência do projeto e não integração entre as agências participantes; um inesperado aumento da migração, resultando em desmatamento descontrolado e contínua invasões de áreas de solos frágeis e ecologicamente não sustentáveis.*

*Também, muitas das políticas públicas, regulamentos e programas introduzidos objetivando o desenvolvimento da amazônia em décadas passadas contribuíram para a rápida depredação dos recursos naturais. Os programas de construção de estradas para abertura da região a ocupação humana, programas de colonização fundamentados em limitados conhecimentos dos recursos naturais; fraca capacidade institucional das agências implementadoras federais e estaduais; procedimentos de registro e titulação das terras que encorajam o desmatamento; inapropriada prática de proteção florestal; incentivos fiscais especiais e créditos subsidiados que encorajam um desenvolvimento não sustentado; inadequado suporte técnico/financeiro ao pequeno produtor para estabelecer culturas perenes e adotar combinações de técnicas ambientais, melhores e*

*mais confiáveis do que as tradicionais práticas de queimada, que tem importante papel no processo de desmatamento. O resultado da política adotada demonstrou o enorme contraste do custo para o país da adoção de formas não sustentáveis de desenvolvimento na bacia amazônica e o freqüentemente alto (embora com vida curta) ganhos financeiros para os beneficiários privados dessas políticas.”(Staff Appraisal Report; BIRD. 1992- tradução livre).*

Em 1988, para corrigir as distorções do POLONOROESTE, o governo brasileiro encaminhou ao Banco Mundial (BIRD) um novo Projeto para financiamento, estruturado em torno da primeira aproximação do Zoneamento Agroecológico de Rondônia e das experiências do POLONOROESTE. Aprovado em 1992 – contrato de empréstimo BR 3444 – o PLANAFORO – Projeto Agropecuário e Agroflorestal de Rondônia tinha como objetivo, entre outros, promover o desenvolvimento sustentável do Estado e proteger as áreas destinadas a terras indígenas e unidades de conservação. O projeto deveria ter sido concluído em 1996; no entanto, as dificuldades encontradas em sua implementação forçaram a prorrogação do prazo e a redefinição e ajuste das metas. Neste quadro foi realizada a segunda aproximação do Zoneamento de Rondônia, resultando na lei nº 233 de 6 de junho de 2000, que dispôs sobre o Zoneamento socioeconômico de Rondônia e que deveria se constituir no principal instrumento de planejamento da ocupação e controle da utilização dos recursos naturais do Estado. O PLANAFORO, como anteriormente o POLONOROESTE, não atendeu aos objetivos propostos e Rondônia continuou sendo considerado um Estado insustentável – o terceiro estado que mais desmata no país, segundo os dados do MMA para o período de 2002/2003, com o município de Porto Velho figurando entre os dez que mais desmatam na Amazônia. Esta realidade não deverá ser revertida quando forem divulgados os dados referentes ao desmatamento de 2004.

Em 6 de maio de 2004, o jornal o Estado de São Paulo divulgou que “ em alguns lugares de Rondônia, a desertificação já pode ser constatada” e, que esta já havia sido prevista na década de 90, quando foi instituído o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFORO). O ex-coordenador do programa explicou aos jornalistas que existiam pontos onde o solo era paupérrimo e, que, por meio de análise de sua qualidade, foram identificadas as áreas propícias a virar deserto. “*Além de Pimenta Bueno, Cujubim, a cerca de 200 km a oeste de Porto Velho e Nova Mamoré, a,*

*aproximadamente, 280 km a noroeste dessa capital. Nesses dois locais a ação de madeiras é intensa.”. (Estado de São Paulo – 06/05/2004).*

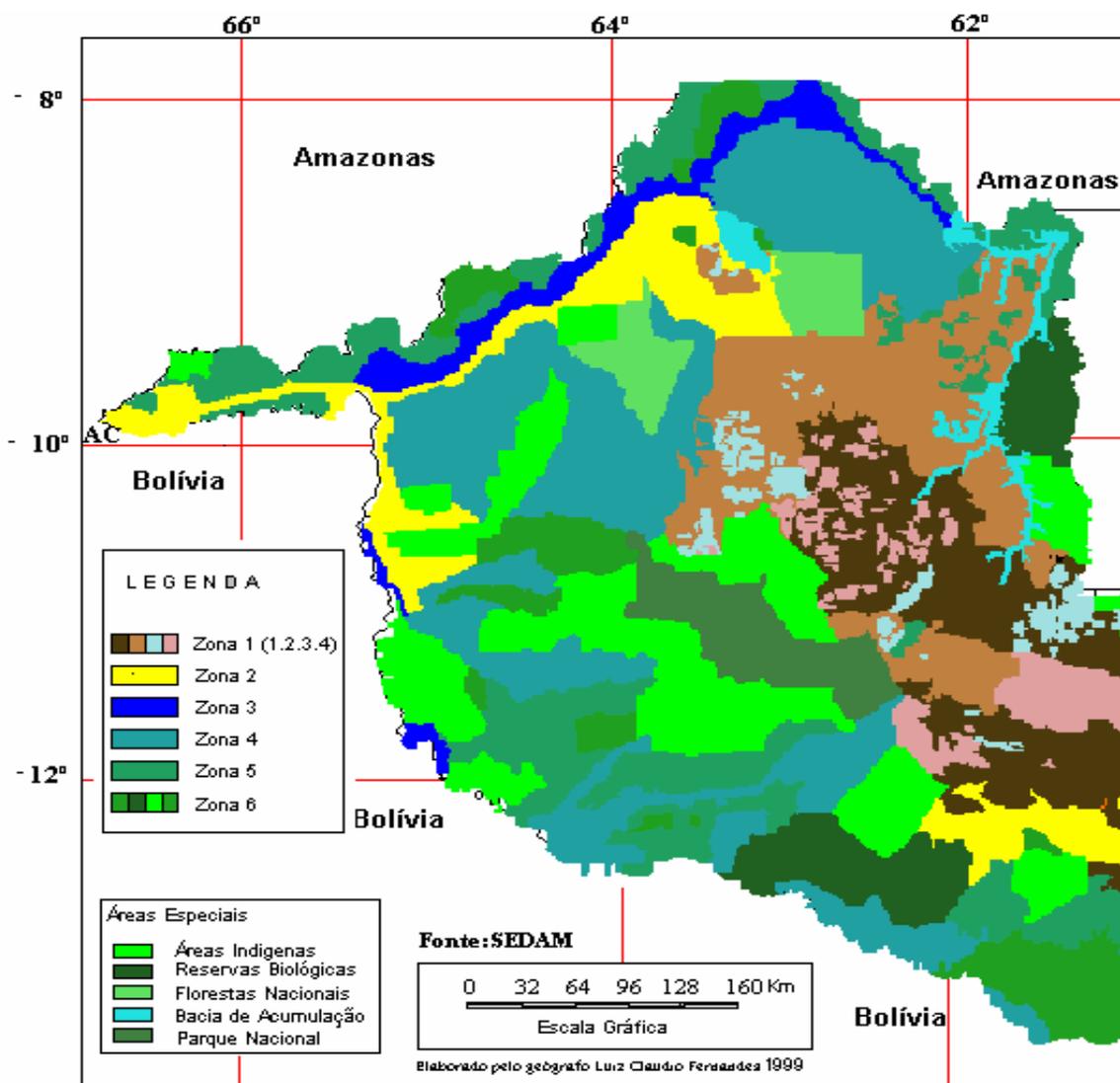


Queimadas em 2004 – nordeste da Terra Indígena Karitiana

Os levantamentos realizados para subsidiar o presente diagnóstico – nos municípios de Porto Velho, Nova Mamoré, Guajará Mirim, Buritis, Monte Negro, Campos Novos e nos Distritos de Jaciparaná e Núcleos de Nova Dimensão e União Bandeirantes; no Departamento de Estrada de Rodagem (DER-RO); no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); no Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e ainda na Secretaria do Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia (SEDAM) – apontam para mudanças substanciais no quadro socioambiental do Estado de Rondônia e nas áreas circunvizinhas que compõe as fronteiras interestaduais – leste do Acre e sul do Amazonas – que deverão ser potencializadas a partir da implantação das Hidrelétricas do Madeira e das obras viárias – pavimentação das rodovias interestaduais BR - 319 – Manaus/Porto Velho e BR-230 – Transamazônica e ainda das estaduais BR – 421 (Ariquemes/Guajará Mirim) e BR – 429 (Presidente Médici/Costa Marques).

A vulnerabilidade e fragilidade das áreas protegidas – terras indígenas e unidades de conservação – que se encontram nos limites definidos como de influência

direta e indireta das UHEs do rio Madeira – Santo Antônio e Jirau – já são perceptíveis através do aumento da atividade madeireira e desmatamento em direção as áreas florestadas de Rondônia e do sul do Amazonas; grilagem de terras públicas, em especial nas Unidades de Conservação e áreas limítrofes as terras Indígenas e, na desconstituição do zoneamento do Estado de Rondônia - com a aprovação recente, pela Assembléia Legislativa, da Lei Complementar nº 308/04, já sancionada pelo Executivo, que acrescenta dispositivos ao artigo 7º da Lei 233/00 retirando o núcleo de União Bandeirantes e o núcleo de Jacinópolis da Zona 2 – onde o uso da terra só é possível de através do manejo sustentável – e incluindo-os na Zona 1 - Subzona 1.3, onde é permitida a atividade agropecuária.



Zoneamento Econômico-Ecológico de Rondônia – 2ª Aproximação

## 1.1 Terra Indígena Karipuna

### Povo Indígena *Karipuna*



#### 1.1 Dados Gerais

A autodenominação dos assim chamados Karipuna é *ahé* (“gente verdadeira”). Falam uma língua da família Tupi-Guarani e compreendem com facilidade a língua dos seus “parentes” Uru-Eu-Wau-Wau, Tenharim, Parintintin, Kawahibí, Sateré, “Tupinambá”, Amondawa e “Capivari”, segundo Katsi’ká. Esta mulher (a única – com cerca de 52 anos – remanescente do contato desastroso com a frente de atração da FUNAI em 1976/77) afirma que os grupos que mencionou acima formavam um só povo, “mas depois brigaram e se espalharam”. Não pudemos investigar a fundo (e nem os índios mesmos o sabem) a origem da denominação “Karipuna”. Os primeiros relatos sobre estes índios os designavam como “Bocas Pretas” devido a tatuagem permanente de jenipapo que ostentam ao redor da boca – item cultural também compartilhado com os Uru-Eu-Wau-Wau e outros grupos Tupi-Kawahibi.

O território historicamente ocupado por este povo e que as fontes indicam (e os relatos orais que tomamos confirmam) compreendia o rio Mutum-Paraná e seus

afluentes da margem esquerda (a oeste), igarapé Contra e rio São Francisco (ao norte) e os rios Capivari, Formoso e Jacy-Paraná (sul e leste). Este território confrontava com aquele dos Uru-Eu-Wau-Wau e Amondawa (ao sul), Pakaá-Nova (a oeste), Karitiana (ao norte e leste).

De acordo com Maldi (1984: 117/119) a ocupação Karipuna na bacia do rio Jacy-Paraná remonta ao início do século XIX. Em fins deste século parece ter ocorrido uma cisão no grupo, um deles rumando para leste e estabelecendo-se nas cabeceiras do rio Capivari e outro se fixando na bacia do rio Mutum-Paraná, ao norte.

## 1.2 História do Contato

Os primeiros contatos dos Karipuna com segmentos da nossa sociedade ocorreram quando seringueiros começaram a penetrar os afluentes do alto rio Madeira, no primeiro *boom* da borracha, nas primeiras décadas do século passado. Possivelmente devido à pequena população Karipuna e seu caráter não-beligerante, não se tem registros de ataques ou “correrias” efetuadas por seringalistas a estes índios – e nem a memória dos remanescentes mais velhos do grupo os mencionam. Mas estes índios invadiam “colocações” isoladas na região compreendida entre os rios Mutum-Paraná, Contra, Capivari e Jacy-Paraná para roubar panelas, roupas e espingardas.

A penetração das frentes de extração de borracha, crescente a partir de 1910, e a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM), levando a constantes choques entre “índios bravos”, seringueiros e trabalhadores desta estrada, obrigaram o extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI) a estabelecer uma série de Posto de Atração no antigo território federal do Guaporé, na década de 1940, sobretudo na bacia do rio Madeira. Dois destes Postos, “Coronel Tibúrcio” e “Tenente Marques” estavam estabelecidos na área de domínio dos Karipuna acima descrita: o primeiro no rio Capivari e o segundo na margem esquerda do rio Mutum-Paraná.

Um relatório sobre as atividades da 9ª Inspetoria no ano de **1949** descreve assim a situação destes dois Postos:

“Posto Cel. Tibúrcio: situado no rio Capivari, tributário da margem esquerda do rio Jacy-Paraná, este importante Posto jamais foi sequer visitado pelos chefes da Inspetoria, devido a sua localização e às inúmeras dificuldades da viagem. Lá estive em junho [...] Encontrei-o num estado lastimável – de abandono e miséria [...] Os índios [“Capivari”] chegavam ao cúmulo de roubarem dos roçados alheios [dos

seringueiros, provavelmente] para socorrerem aos empregados do Posto! O encarregado é abnegado e os índios têm por ele uma verdadeira adoração; não fora isso já teriam de há muito, certamente, abandonado o Posto. O estado dos índios é consternador [...] Há mais de um ano que o Posto não recebe absolutamente nada [...]

Posto Tenente Marques: situado à margem do Mutum Paraná, este Posto é semelhante ao Tenente Lira, com a diferença que nesse posto não havia roçados nem fabricação de farinha. A choupana, as necessidades e tudo o mais são idênticas às do Cel. Tibúrcio. Seus servidores, inúteis e indolentes, fugiram apavorados: sucedeu o que menos esperavam – o aparecimento dos índios! Bastou que os índios deixassem alguns vestígios nas imediações para que abandonassem o Posto. Alegaram falta de tudo e a impossibilidade de recebê-los, pelo menos, mas aliado a essas dificuldades, estava o pavor que não podiam esconder, dos ‘Caripunas’ ou dos ‘Araras’. E ficou nisso”.

Proteção, Atração e Pacificação: a proteção dada aos índios nos postos, em número de 150 [!] é insuficiente. Não se fez nenhuma atração ou pacificação, exceto a dos poucos índios que eu trouxe das malocas do rio Capivari e que hoje se encontram em Ricardo Franco[...]

Outros relatórios do período, por outro lado, nos dão indicações do estado da arte das relações entre os Karipuna, os Postos e os seringueiros. Assim, em **10 de agosto de 1948**, o auxiliar Paulo de Almeida Serra comunica ao Inspetor Álvaro (provavelmente o chefe da 9ª. Inspeção Regional do SPI estabelecida em Porto Velho) que “(...) aqui em Mutum–Paraná [refere-se à vila, situada na foz deste rio no Madeira] não tem embarcação de espécie alguma que possa nos conduzir para o alto. Conversei com diversas pessoas que disseram que não existe nada aonde foi o posto [porque] os índios passaram e atearam fogo. Nós estamos sem novidade [e] acampados em uma barraca da EFMM.(...)”. Em documento datado de **02 de novembro de 1948**, o funcionário Manoel Gonçalves, do posto do rio Mutum Paraná, comunica que recebeu informações de um tal “Sr. Álvaro [...] que os índios estão quase saíndo (sic) no Posto, já aparecem pela beira do Contra, é muito índio homem [ilegível] entre grande e pequeno tem uns 30 índios”. Em **30 de setembro de 1950**, o responsável pelo Posto “Cel. Tibúrcio” (no rio Capivari) informa que “foi visto vestígio de índios no varadouro

até bem perto do Posto. Aqui vieram 20 índios dos mais antigos que deram notícias dos outros que estão chegando. Os índios levaram farinha e resto dos terçados e espelhos. Deixaram caça e levaram anta”. Este mesmo funcionário, em documento datado do dia **30 de dezembro de 1950**, relatava que:

“Os índios do mês passado estiveram outra vez no posto e levaram farinha, sal, [ilegível] e apitos (!). Os índios bravos (*sic*) estiveram na roça antiga e quando voltavam entraram numa barraca de seringueiro distante 9 quilômetros do Posto e carregaram objetos moradores [da casa] não deixando nem roupas nem alimentos. Deixaram uma flexa em sinal de amizade (*sic*). Nós atendemos a família do seringueiro com alimento. O seringueiro compreende que os índios não atacaram por mal e que os caripunas já estão amigos do Posto e dos seringueiros. Não se verificou este ano nenhum ataque dos caripunas nestas terras e já se pode considerar que estes índios são amigos [...]”.

Pelo que informam estes pequenos fragmentos de relatórios – até onde pesquisamos, uns dos poucos que restaram para nos indicar a história do contato com os Karipuna no período – podemos inferir que, aparentemente e como já apontava Maldí (*op. cit.*), haviam dois sub-grupos destes “Boca Pretas”, um ocupando a região do rio Capivari (depois este sub-grupo seria conhecido como “Capivari”) e outro a região compreendida entre rio Mutum Paraná e o igarapé Contra, citado nominalmente pelo servidor Manoel Gonçalves. Por outro lado, os relatos do funcionário responsável pelo Posto “Cel. Tibúrcio” (à época – 1950 – ainda localizado no rio Capivari) indicam claramente que existiam índios em permanente contato com aquele posto e outros ainda “bravos” e que roubavam utensílios dos seringueiros estabelecidos no território Karipuna. O que não sabemos é se parte destes dois subgrupos ou parte do grupo do Capivari, acabou por se reunir mais tarde – em função da pressão crescente dos seringueiros no rio Capivari – ou se os Karipuna do Capivari sofreram muitas perdas depois do contato permanente com o Posto e seus remanescentes foram levados para o posto Ricardo Franco – como era a prática do SPI à época, como o já citado relatório informava. O fato é que os atuais Karipuna fazem referências aos “Capivari”, mas àqueles cujos descendentes se encontram no Posto Indígena “Ricardo Franco” (hoje Terra Indígena Guaporé). Podemos inferir ainda que a proximidade lingüística entre

estes dois subgrupos era grande, dado que o intérprete “oficial” da atração em 1976 era um índio chamado Pitanga *Capivari*, originário “(...) **do grupo arredio do Rio Capivari, afluente do Jacy-Paraná**” e que se encontrava entre os Karitiana, inclusive casado com uma mulher deste povo (Fontes, 1977: 1).

Depois destas notícias dos anos 1948 a 1950, não encontramos referências nos arquivos do SPI de Porto Velho sobre os Karipuna. Pode-se supor que a decadência da exploração da borracha e a diminuição do tráfego na EFMM resultaram em uma pressão menor sobre o território Karipuna e, dado que estes índios não eram agressivos, o SPI (e a FUNAI logo depois) deve ter se retirado da região, priorizando, já no início dos anos 1970, outras áreas onde as “razões de Estado” exigiam atitudes mais enérgicas para liberar áreas onde os índios se mostravam mais agressivos para com o avanço das novas frentes de expansão, sobretudo no sul e leste de Rondônia (Vilhena e Ji-Paraná).

Portanto o SPI estabeleceu postos de atração no território Karipuna e ali permaneceu no período de 1947 a meados dos anos 1950, em situação precária. Deste esforço de atração o que aquele órgão indigenista obteve de concreto foi levar algumas famílias Karipuna do Capivari para o Posto Ricardo Franco e dispersar os “arredios” deste rio, que provavelmente se deslocaram para o norte.

Em 1974 a Funai criaria, no papel, uma Frente de Atração para o Jacy-Paraná para contatar os Karipuna e finalmente, em 1976, uma equipe daquele órgão chefiada por Benamour Fontes é enviada ao Jacy-Paraná para estabelecer o contato com os Karipuna em vista de denúncias sobre o rapto de mulheres brancas, crime reputado àqueles índios. O lugar escolhido para a base foi a colocação denominada “Panorama”, do seringueiro Sebastião Amora, localizada na margem esquerda daquele rio, a cerca de quatro horas de “voadeira” acima da boca do igarapé Fortaleza. Foi nessa localidade onde o primeiro grupo de Karipuna, estabelecidos ali próximos, no igarapé Contra, apareceu para ganhar brindes, em setembro de 1976.

A partir desta data, os índios passariam a sistematicamente visitar o Posto a procura de brindes, principalmente roupas. Os relatórios dos anos de 1977 a 1978 dos funcionários Benamour Fontes e do seu auxiliar e substituto Francisco de Assis Silva descrevem, praticamente mês a mês aquelas visitas. Até a mudança definitiva do grupo para o Panorama (provavelmente em 1980-1981), os Karipuna viviam em duas malocas grandes, uma no Contra e outra no Mutum-Paraná, mas somente esta última foi visitada pelos funcionários da Funai (por Benamour Fontes em 1977 e por Francisco de Assis em 1978). Os Karipuna do igarapé Contra foram os primeiros a manter contato com os

funcionários do Posto que, além de Benamour Fontes, contava com trabalhadores braçais recrutados entre os seringueiros do Jacy-Paraná e, logo depois, com Pitanga Capivari e sua mulher Karitiana e Pereira Karitiana, sua mulher e cinco filhos (Fontes, dezembro de 1977).

Os relatórios acima mencionados apontam as rápidas mudanças dos hábitos com a presença do Posto, como a verdadeira obsessão dos Karipuna pelas armas de fogo e a procura por roupas mais do que de ferramentas agrícolas para escaparem das pragas dos piuns:

“Informo ainda que os índios não estão mais interessados em facão, panelas, facas etc. e somente pedem roupas e redes, inclusive das que presentemos alguns disseram que levaram para a aldeia do Mutum Paraná [...]. Todos os índios que nos visitam já vêm vestidos e continuam pedindo roupas. Deixaram de usar os laços nos braços e penas, como também o protetor [peniano]” – (Fontes, relatório de 20-07-1977, p.2).

Relatam também as constantes admoestações dos funcionários para que não “visitassem” mais as colocações dos seringueiros: “dia 13 de abril [de 1977] – 18 índios saíram na localidade chamada ‘São Sebastião’, levando tudo de um seringueiro que estava em seu barraco com sua mulher, inclusive três espingardas [...]. No dia 29 de maio atracou em nosso porto um motor informando que os índios estavam na localidade ‘São Sebastião’; imediatamente nosso barco foi buscá-los e explicamos mais uma vez aos índios que não saíssem em outro local a não ser o nosso[...]”.

Apesar das cautelas mantidas pelo chefe do Posto de Atração (“quanto à idéia dos Karipunas se transferirem para o nosso acampamento, no momento não estou de acordo, por motivo de falta de roças suficientes para os mesmos, doenças etc. e a não consolidação da atração” – Fontes, relatório citado; p.2), os Karipuna do igarapé Contra já freqüentavam o Posto com uma freqüência quase semanal – e repartindo os brindes, sobretudo roupas, com os da maloca do Mutum-Paraná – como informa o relatório de Fontes acima citado. Pelo que se pode inferir destes relatórios, aquilo que os funcionários da Funai chamavam de “consolidação da atração” era o contato permanente com os Karipuna do Mutum-Paraná.

De fato, Benamour Fontes visitou esta maloca por duas vezes em 1977 (não temos seu relatório sobre esta visita) e Francisco de Assis a visitou, em setembro de 1978, ressaltando que a mesma não era aquela onde Benamour esteve no ano anterior (já haviam mudado de local). Francisco, Pitanga e o índio Tiu (que estava no Posto e convidou Assis para visitar a maloca do Mutum-Paraná) saíram no dia 04 de setembro e chegaram na maloca no dia 07. Esta maloca era habitada por 15 índios e nela encontrou 07 sepulturas recentes (quatro delas dentro da maloca e três do lado de fora). O índio Tiu informou a Francisco “que nesta maloca existiam mais índios, que devido a um mal entendido, um grupo grande seguiu para outra, que são parentes; calculamos uns 4 dias de onde estivemos; dizem que o número de índios é muito grande”. Informa ainda que havia trazido uma flecha de um grupo arredo inimigo dos Karipuna, produto de um ataque que estes haviam sofrido tempos atrás. Todos os índios desta maloca o acompanharam no seu retorno ao Posto. (Assis, relatório de 19-09-1978, p. 1-2).

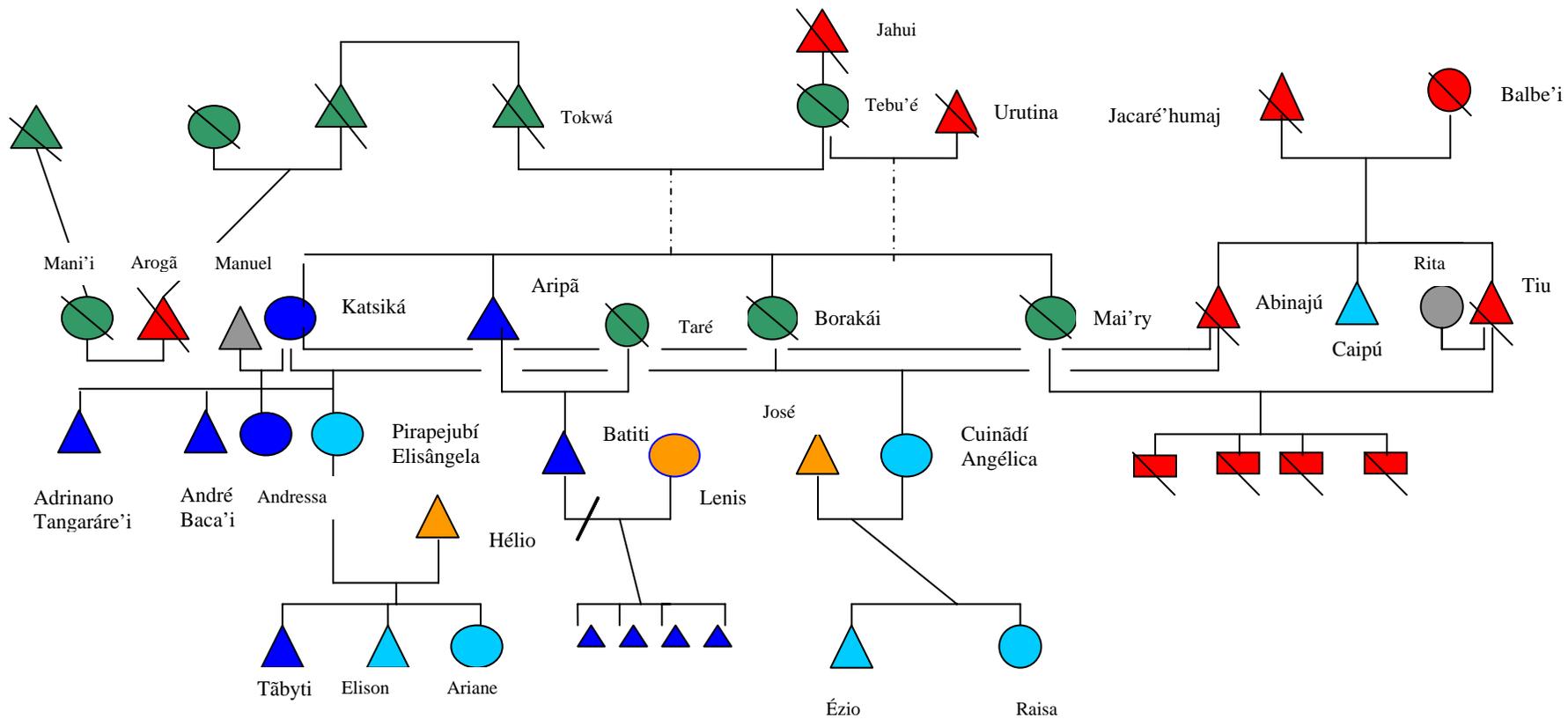
Neste período de “namoro” (é como os sertanistas da Funai designam a fase de troca de brindes e aproximações entre os “índios bravos” e os funcionários da frente de contato), o Posto de Atração do Jacy-Paraná encaminhou alguns índios para tratamento de saúde em Porto Velho (os relatórios indicam pelo menos três deles). Todos eles vieram a falecer, ou em Porto Velho ou na aldeia, depois do retorno. Em relatório datado de julho de 1978, Francisco de Assis (já na qualidade de substituto de Benamour Fontes) informava que em 12 de junho recebeu a visita do índio Abaigai-ubá (do Mutum-Paraná, ao que tudo indica) que relatou para o intérprete Pitanga seis óbitos na sua maloca (cinco por “acidente”), e que um deles era o de um índio (de nome “Karipuna”) que havia sido tratado em Porto Velho. Abaigai-ubá avisou ainda que na próxima “lua” ele traria para o Posto “todo o seu pessoal”. E Francisco de Assis concluiu então que “a notícia desta visita em massa ao Posto de Atração nos deixou radiantes, pois isso prova que, mesmo com os casos de óbitos, eles não se mostram ressentidos conosco”. É de se perguntar porque o funcionário considerava que os índios estariam ressentidos, se os óbitos foram ocasionados por acidente, como relata.

Segundo os relatos que tomamos de Francisco Sales (funcionário da Funai contratado como mateiro pelo Posto de Atração em 1976 e que ali se encontra até hoje), antes da expedição de Benamour Fontes ao Igarapé Contra (bacia do rio São Francisco), a Funai já havia localizado a maloca por sobrevôo (em 1976) onde fizeram lançamentos de arroz, feijão, ferramentas (facas e machados) e bonecas (!). A expedição partiu do Panorama com Benamour, Pitanga, um índio Pakaá-Nova, dois Karitiana, cinco

“mateiros” (incluindo ele, Sales) e dois japoneses (um fotógrafo e um cinegrafista). Fizeram base na colocação “Três Poças” nas proximidades da boca do igarapé Fortaleza. Depois de um dia de caminhada no rumo do igarapé Contra, saíram em uma roça Karipuna. Pitanga chamou e logo apareceram vários índios, amistosos. Distribuíram brindes e cachorros. Os Karipuna usavam uma fita de palma de açáí onde amarravam o prepúcio; as mulheres não usavam nada para proteger o sexo. A expedição visitou a maloca onde habitavam 18 índios no total. Fixaram acampamento perto das roças e lá ficaram, distribuindo brindes, por uma noite. Quando retornaram para o Panorama, oito Karipuna os acompanharam para conhecer o Posto.

Nos anos 1981/1982 a maioria dos Karipuna já estava morando nas imediações do Posto. Apenas uma família do grupo do Mutum-Paraná teria ficado “no mato” como dizem. É difícil recompor a população total deste povo à época do contato. Oficialmente registra-se 33 pessoas (18 da maloca do igarapé Contra e 15 do Mutum-Paraná). Mas, os relatórios e os depoimentos dos remanescentes mais velhos (Katsiká e Aripã) nos levam a considerar um número maior (algo em torno de 55).

Depois da fixação no Posto, começaram os óbitos em grande escala, originados por gripes e pneumonia. Os Karipuna, sem resistência natural, morriam rapidamente. A Funai chegou a abrir uma pista de pouso na margem direita do Jacy-Paraná para tentar prestar um atendimento mais rápido, mas não funcionou. Em 1996 tão somente seis Karipuna formavam o grupo que restou do contato; atualmente são quatro.



 Homem ou mulher Karipuna residentes na TI

 Karipuna falecido no Posto ou em to velho      Karipuna falecido no "mato"

 Homem ou mulher "brancos"      

 Índios de outra etnia casados e residindo na TI

 Karipuna ou descendente residindo fora da TI

### 1.3 População Atual

Na genealogia acima identificamos (em azul escuro) toda a população Karipuna atual residente na TI. Elisângela e Angélica (azul claro) casaram-se com “civilizados” e não moram mais na aldeia do JacyParaná há muito tempo (seus filhos a visitam eventualmente); Caipu (azul claro) casou-se com uma índia Arara e reside na TI Igarapé Lourdes, também, há anos - e não têm filhos. Residindo permanentemente na aldeia estão Katsiká (casada hoje com Manuel Uru-Eu-Wau-Wau), seus filhos Adriano, André e Andressa (filha de Manuel Uru-Eu-Wau-Wau); Aripã (casado com Rita Kawahibi – sem filhos) e seu filho Batiti (casado com “civilizada”) e seus quatro pequenos filhos. Reside ali (na casa de Katsiká), desde o contato, um índio dito “Tupinambá” levado para servir de interprete na época da “atração”. Portanto, residem atualmente na TI (aldeia Panorama) 14 pessoas.

Aparentemente os (poucos) dados por nós levantados indicam que havia dois grupos locais (malocas): o de *Jacaré’humaj* e aquele de *Tokwa*. Se o padrão tupi-guarani do parentesco (e de aliança matrimonial) se aplicar aos Karipuna (onde o casamento preferencial é com uma “sobrinha” - “filha da irmã”, real ou classificatória - ou com a prima cruzada bilateral - Fausto, 1995:105), teríamos algumas possibilidades de casamentos na atual geração (por exemplo, entre os filhos de Caipu e Katsiká - mas Caipu não tem filhos ou entre Adriano ou André com Ariane ou Raisa). Contudo, dado o nível de urbanização e inserção quase que integral das mulheres no ambiente regional, é pouco provável que tais casamentos endogâmicos (no interior do grupo de parentes) ocorram. De sorte que no futuro serão reconhecidos como Karipuna apenas filhos e netos cujos ascendentes secundários já seriam produtos de casamentos interétnicos.

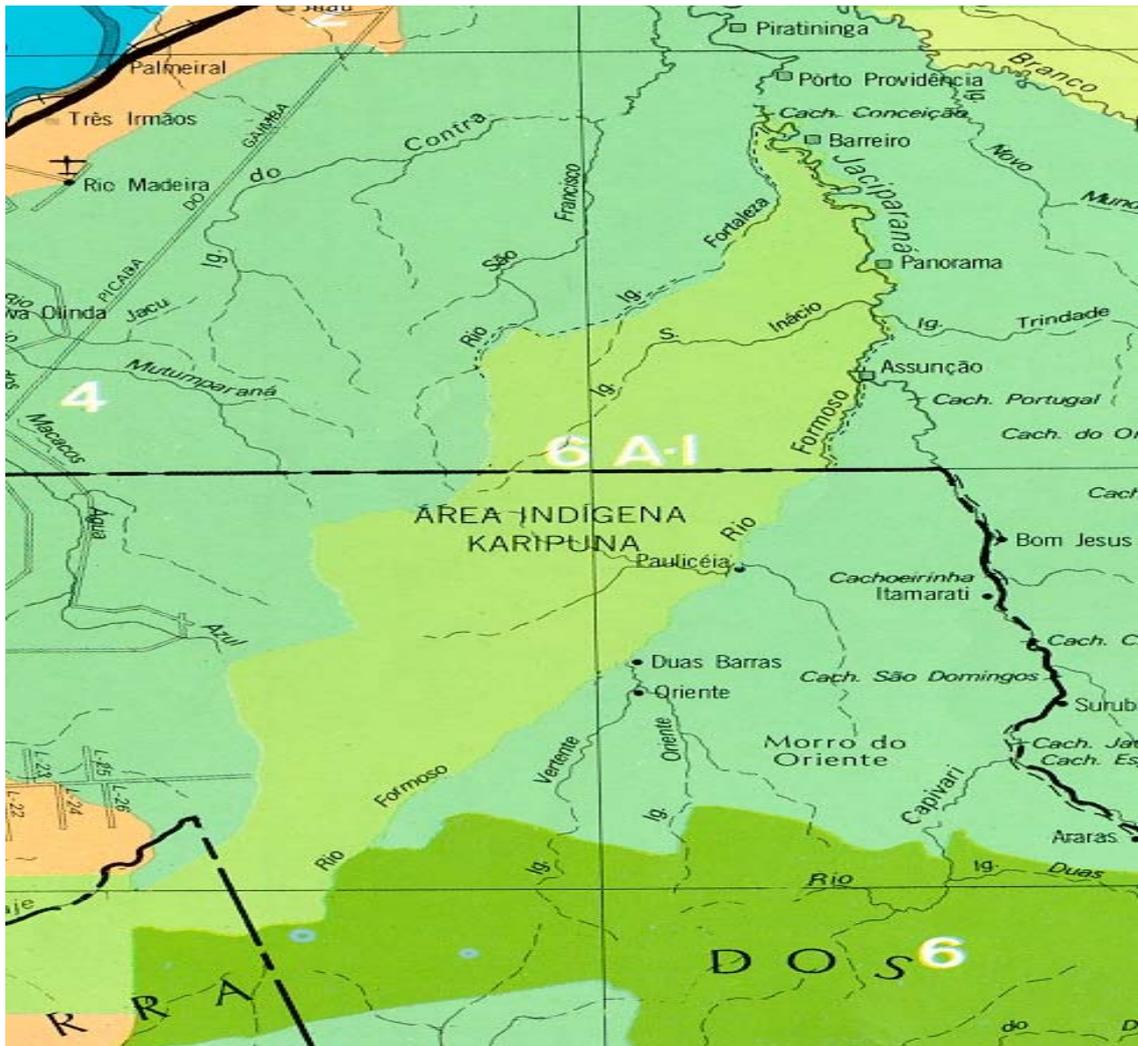
### 1.4 Situação atual da Terra Indígena

A primeira medida oficial para a garantia do território dos Karipuna foi apresentada por Benamour Fontes em 1978, propondo à Funai a interdição de uma área com cerca de 202 mil hectares. Em 1981 foi constituído um Grupo de Trabalho (Portarias nº 1.106/E de 15/09/81 e 1.141/E de 9/11/81) para identificar a Terra Indígena, que manteve os limites propostos em 1978 para a demarcação. Nenhuma providência foi tomada e, somente em 1988, dez anos depois portanto, a presidência do órgão indigenista oficial interditaria uma área total de 195 mil hectares. Neste mesmo ano, tem início as invasões no limite sul da Terra Indígena Karipuna. Em 1994, a Funai constituiu um Grupo Técnico para “promover os estudos de identificação e delimitação da terra indígena Karipuna” que propõe uma área com 153 mil hectares, aproximadamente.

Na verdade, os cerca de 40 mil hectares de diferença entre a proposta do GT e a área originalmente interditada pela Funai resultou de uma negociação entre este órgão, o Incra e o Governo de Rondônia para “liberar” a faixa do limite sul já invadida por 184 colonos a partir da estrada BR 421 (Ariquemes/Guajará-Mirim). Por este acordo – ao que tudo indica, nunca assinado formalmente – o Incra se comprometeria a extrusar e reassentar colonos invasores das TIs Uru-Eu-Wau-Wau (Projeto de Assentamento Dirigido – PAD – do Burareiro) e Mekéns (já que o próprio Incra havia orientado e expedido os atestados de posses para os colonos invasores desta TI) e adotar um zoneamento fundiário na área “liberada”, a fim de orientar uma ocupação mais racional e com menor impacto sobre as TIs Karipuna e Lage. O Estado de Rondônia deveria financiar os custos com as extrusões e ainda manter fiscalização permanente destas terras indígenas com soldados do batalhão da Polícia Florestal – além de se comprometer em suspender qualquer obra para prolongamento da BR 421.

De toda forma – e apesar do não cumprimento do acordo acima – a Terra Indígena Karipuna foi demarcada em 1997 com 152.930 hectares e se encontra homologada (Decreto s/nº de 09/09/1998) e registrada nos cartórios de registro de imóveis de Guajará-Mirim e Porto Velho.

A Terra Indígena (TI) Karipuna tem como limites naturais os rios Jacy-Paraná e seu afluente pela margem esquerda, o rio Formoso (a leste); os igarapés Fortaleza (ao norte), do Juiz e Água Azul (a oeste) e uma linha seca ao sul, ligando este último igarapé às cabeceiras do Formoso. É uma área de difícil fiscalização, já que na outra margem do Jacy-Paraná, da foz do Fortaleza até a foz do rio Formoso, localiza-se a Resex (Reserva Extrativista) do Jacy-Paraná (criada por decreto estadual). Por este rio entram muitos pescadores e aventureiros que, alegam, se dirigem ou a Resex ou a áreas supostamente fora da Terra Indígena. Estas pessoas não têm por norma pararem no Posto da Funai e nem na entrada da TI existe qualquer posto de fiscalização, seja na boca do Fortaleza ou do Formoso. Todos os entrevistados (moradores da Resex, funcionários da Funai, índios) são unânimes em afirmar que estas pessoas caçam e pescam, em larga escala, no interior da TI Karipuna. O limite oeste da TI tem pontos de marcação de invasores que, oriundos de União Bandeirantes (povoado recém formado por invasores), avançam (com conhecimento ou não da divisa) sobre a TI para marcar “lotes” e “regularizá-los” como posse.



A Funai mantém dois Postos de Vigilância na linha seca, no limite sul da TI – um ligado a Administração Regional (ADR) de Guajará-Mirim (o mais ocidental) e outro pela ADR de Porto Velho (nas cabeceiras do Formoso). No primeiro, está estabelecido um funcionário da Funai, com um rádio de comunicação (e sem qualquer meio de locomoção); Na cabeceira do Formoso, os “fiscais” são índios de diversas etnias, que passam temporadas e cuidam das instalações (e colocam roçados para a sua própria subsistência). O plano original para este Posto era abrigar ali remanescentes da etnia Kassupá que residiam em um bairro periférico de Porto Velho (já bastante urbanizados, estes índios passam, de fato, temporadas no Posto; mas não residem permanentemente ali – e dificilmente o farão). A linha seca divisória está irreconhecível e nela não é feita qualquer manutenção desde a demarcação.

As placas de sinalização de Terra Indígena também não existem mais (há apenas uma, na entrada do Posto de Vigilância das cabeceiras do Formoso).

## 1.5 Subsistência e renda

A TI Karipuna é pródiga em animais de caça, peixes, além da castanha e da seringa e outras frutas de palmeiras, como o buriti, o tapaua e a bacaba. Não muito distante da aldeia Panorama, pelo rio Jacy-Paraná, encontram-se um conjunto de treze lagoas perenes farta em pescado (pirarucu, tucunaré, surubim entre outras espécies) e *habitat* de jacarés e bichos de casco (tartarugas e tracajás) e de muitas aves aquáticas (patos, garças, jaburus etc.). Em poucas horas de caminhada pela floresta já se retorna com alguma caça. O peixe pode ser encontrado no próprio porto da aldeia com alguma facilidade. Caçam com armas de fogo e pescam com linhas e arco-flecha.

Desde o contato a “roça do Posto” é a principal atividade dos funcionários da Funai ali estabelecidos. Planta-se arroz, feijão, mandioca, milho e, nas capoeiras, permanecem a banana, a cana e o mamão. Como a maioria dos povos Tupi-Guarani, os Karipuna tinham no milho a sua principal fonte de alimentação – hoje já superada pela mandioca.

Produzem farinha, cujo pequeno excedente é vendido fora (a produção anual vendida é de seis a oito sacos por ano, a um preço médio de cinquenta e cinco reais o saco); parte da produção do milho também é vendida. Coletam castanha-do-pará para venda (na média anual, algo em torno de 15/18 sacos, ou cerca de 66 latas a R\$ 7,00 a lata). Ou seja, a renda auferida pela comunidade não chega a um mil reais por ano

Existem atualmente três índios aposentados na aldeia e um funcionário do Estado (o professor e atual “cacique”). Até a interrupção do convênio da FUNASA com a CUNPIR (Coordenação das Nações e Povos Indígenas de Rondônia, Norte de Mato Grosso e Sul do Amazonas) um outro índio recebia como agente de saúde. Portanto, mensalmente “entram” (*sic*) na aldeia cerca de um mil e quinhentos reais com os “salários” percebidos pelos índios – gastos na aquisição de mercadorias (basicamente pilhas, munição e roupas).

Não fabricam mais cerâmica e os utensílios de palha que ainda confeccionam (somente Katsiká) são cestos (*yruá*) para carregar produtos e o abanico (*tatapekwa*). Katsiká ainda confecciona as tipóias de algodão em seu tear tradicional; mas não faz mais a pesada (segundo descreveram os funcionários da Funai no tempo do contato) rede tradicional.

## 1.6 Assistência

A estrutura física do Posto Indígena (PIN) Karipuna consiste em uma casa de madeira, relativamente bem construída e confortável, que serve de moradia para o chefe do PIN e para o abrigo de visitantes eventuais. Possui ainda um galpão para ferramentas e consertos e um pequeno escritório – onde fica ainda a despensa com material de saúde e o rádio SSB. O prédio

da escola (de madeira e palha) se resume a uma pequena sala de aula (com 08 carteiras) e na residência com dois cômodos do professor.

O PIN conta com 02 motores tipo “rabeta” e um casco de alumínio com 7 metros – único meio de transporte dos índios e dos funcionários da Funai. Não possui nenhum motor de popa mais rápido (com 25 ou 40 cv).

Os funcionários atuais são o chefe do PIN e um auxiliar de serviços gerais – remanescente do contato e que ali se encontra até hoje.

A ADR de Porto Velho fornece apoio financeiro para o combustível, reparos de motores e para as roças (ferramentas e sementes). A energia (duas horas por noite) vem de um grupo gerador adquirido pela FUNASA – e o rádio é alimentado por bateria ligada a uma placa solar. O SIVAM mantém ali uma estação de coleta de dados (e um telefone, que nunca foi usado, apesar de mais de um ano instalado). A FUNAI também tenta realizar expedições de fiscalização nos limites da TI – mas não são sistemáticas porque depende da oferta de recursos disponibilizados pela sede em Brasília. O atual chefe da ADR de Porto Velho tem planos de estabelecer, já no próximo ano, mais três Postos de Vigilância, além dos dois já existentes ao sul e localizados em pontos estratégicos da TI (um na foz do Fortaleza, outro na do Formoso e na linha seca do limite oeste, entre a cabeceira do Fortaleza e o igarapé do Juiz).

### *Saúde*

Desde o rompimento do convênio da CUNPIR com a FUNASA (em maio de 2004) que este órgão não mantém na aldeia qualquer profissional de saúde. Equipes médicas não visitavam a aldeia há mais de 18 meses (coincidentemente, apareceram quando da nossa estadia ali, onde realizaram rápidas consultas e “fumegaram” as casas).

A incidência de malária nas margens do Jacy-Paraná é alta e os piuns não deixam ninguém sossegado, sobretudo no “inverno”. Os índios contam que no “mato” (nas suas malocas originais do Contra e no Mutum-Paraná) estas “pragas” não existiam. Além da malária, ocorrem com frequência disenterias e gripes.

Na “farmácia” do PIN não tem remédio algum (apenas vermífugos e anti-ácidos; a norma da FUNASA é não deixar medicamentos nas aldeias, a não ser que resida ali permanentemente uma auxiliar de enfermagem). O agente indígena de saúde foi “dispensado” também quando do fim do convênio. Até setembro, nenhuma ONG tinha acertado com a FUNASA um novo convênio para o atendimento à saúde no Distrito Especial de Saúde Indígena (DSEI) de Porto Velho - prejudicando sobremaneira os índios. Como disse um

funcionário da Funai, “não tem mais nada de ‘especial’ na saúde indígena; os índios voltaram para a fila do SUS”. Esta é realidade em todo o Estado de Rondônia.

### ***Educação***

Os únicos índios Karipuna alfabetizados completaram seus estudos em Porto Velho. A escola da aldeia hoje está sob o comando de um destes índios (o atual “cacique”, como já mencionado), que foi contratado pela Secretaria Estadual do Estado de Rondônia (SEDUC) em 1999. Ele é o responsável pela alfabetização de três crianças, seus únicos alunos. Não tem material, nem mesmo geral, para dar suporte ao seu trabalho. Utiliza uma “cartilha” na língua Uru-Eu-Wau-Wau (preparada por missionários da JOCUM – “Jovens com uma Missão”) para a alfabetização na “língua indígena”.

#### 1.7 Organização social e política



A aldeia *Panorama* – em primeiro plano, o cacique Batiti

A situação atual dos Karipuna, como se observa pelas informações anteriores, nem mesmo remotamente lembra aquela antes do contato. Outros grupos da região, depois do impacto inicial do contato, conseguiram refazer (ou ainda estão refazendo, como os Uru-Eu-Wau-Wau) sua demografia e, com isso, mantiveram os padrões principais da sua organização

social. A catástrofe demográfica pós-contato ocorrida entre os Karipuna (de pouco mais de 30 a apenas seis em menos de vinte anos) não lhes facultou ou facultou qualquer chance de reprodução de suas estruturas organizativas tradicionais.

Como já notamos, são poucas as possibilidades de matrimônios endogâmicos como no passado. Adriano Tangare'i e Antonio Batiti são bilíngües e conhecedores da mitologia e da terminologia de parentesco, por exemplo; mas ambos desposaram “civilizadas” (mas já se separaram) e seus filhos não falam ou entendem a língua Karipuna (a primeira mulher de Antonio Batiti vai com alguma freqüência para a aldeia, levando seus quatro filhos; atualmente está casado com outra “civilizada” e Batiti deseja ficar casado com as duas mulheres, “mas elas não querem e nem entendem”; já a primeira mulher “civilizada” de Adriano Tangare'i mora na cidade com sua filha e jamais voltou – ou voltará – para a aldeia).

Realizam ainda a cerimônia da troca dos nomes e, segundo informaram, pretendem fazer festa para a primeira menstruação de Andressa Bó'ri. Correm sérios riscos de realizarem este ritual pela última vez.

Não há pajés (xamãs) na aldeia, mas tanto Aripã como Katsiká conhecem “remédios do mato”. Já'huj (avô materno de Aripã) foi o último pajé dos Karipuna. Por outro lado, as concepções nativas sobre o destino *pósmorte* da alma (-éñiñi) ainda permanecem atuantes – apesar de incorporarem o personagem “jesús” (*purejapi'nã*) como o espírito (*anhãgá*) predador que, ao devorar o coração do humano, consome a sua passagem para o “céu” (*ywagá*). Este lugar é onde vivem as almas e é quase igual à vida na terra: tem caça, peixe, mas ali só conhecem o arco e a flecha (não tem espingarda); casam-se, mas não obedecem as regras de casamento: “lá no céu é igual aqui; mas estar por aqui é melhor” (Aripã).



Aripã, Adriano e Katsiká na sede do Posto da Funai

### 1.8 Relação com os recursos naturais

Como já observamos, a fauna na TI Karipuna é abundante porque seja, talvez, uma área de refúgio importante na ecologia local (não conhecemos nenhum estudo ou diagnóstico florístico ou faunístico desta área). A vegetação é típica das terras firmes da Amazônia com florestas densas, onde sobressaem castanhais e seringais, entremeada por matas de palmeiras. A TI abriga ainda um sistema de vazante do rio Jacy-Paraná responsável pela formação de dezenas de lagoas perenes, pródigas em aves, répteis e peixes. Os Karipuna convivem muito bem com este ambiente, que lhes possibilita uma dieta farta e variada, tanto em proteína animal quanto em frutas.

Até onde pudemos observar, os índios da aldeia Panorama não estão comprometidos com invasões ilegais para a depredação dos recursos naturais da TI. Em Jacy-Paraná (onde são bem conhecidos) os dois Karipuna investidos de autoridade (e que dominam perfeitamente o português, ao contrário de Aripã e Katsiká) são constantemente assediados para permitirem (e lucrarem) com atividades ilegais, seja para a caça e a pesca predatórias ou ainda para “pesquisa” de minerais. Mas como são poucos e a presença constante dos funcionários da

Funai na área não vem permitindo que aquelas autoridades indígenas “caiam em tentação” – como ocorre em outras terras indígenas em Rondônia.



O rio Jacy-Paraná dentro da Terra Indígena

Por outro lado, o fato de a TI Karipuna ter como seus limites duas áreas protegidas (a leste, a Resex do Jacy-Paraná; ao sul, o Parque Estadual do Jacy-Paraná) e uma área estabelecida, em todo seu limite oeste, como “2.1” (com sérias restrições de uso) na lei do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Rondônia, contribuíram para o estado de equilíbrio e conservação que se verifica na TI Karipuna. Contudo, como veremos abaixo, as ameaças a este equilíbrio estão se tornando cada dia mais fortes.

### 1.9 Relações com o ambiente regional

Há uma intensa ida (e permanência) dos Karipuna em Porto Velho e em Jacy-Paraná, onde buscam tratamento médico, comerciam seus pequenos excedentes e compram

mercadorias industrializadas e, hoje, arranjam seus cônjuges, sejam brancos ou índios (Katsiká conheceu Manuel Uru-Eu-Wau-Wau nos alojamentos da Funai em Porto Velho, do mesmo modo como Tiu havia conhecido Rita Kawahibí). A frequência das viagens para aqueles centros urbanos é relativamente alta, apesar do custo e da distância (é um dia e meio de viagem no rabeta desde Jacy-Paraná, mais o trecho desta cidade a Porto Velho; mas como são poucos, a Funai suporta em geral estes custos – quando não pode, a aposentadoria dos velhos os cobrem).

Afora o público urbano destas duas cidades, os Karipuna da aldeia Panorama mantêm contatos quase diários com os poucos moradores permanentes da Resex do Jacy-Paraná que moram na outra margem deste rio, principalmente com Francisco Cipriano (cuja “colocação localiza-se a poucos minutos de caminhada da aldeia) e “seu” Matias (da colocação Portugal, situada nas proximidades da foz do rio Formoso). “Seu” Francisco mora na colocação Bela Vista há 16 anos e sua relação com os Karipuna é dada na sociabilidade que a proximidade possibilita (o isolamento ali é bem grande) e também nas pequenas trocas (munição, pescado, pilhas etc.). Dos doze filhos do “seu” Francisco, apenas quatro moram na colocação. A borracha deixou de ser coletada há muito tempo (“por causa do preço”). Tanto Francisco quanto Matias vivem da farinha que produzem e da pouca castanha que tiram. O restante da renda vem das empreitadas que realizam em fazendas em Jacy-Paraná – como todos os outros moradores da Resex.

O intenso trânsito no rio não possibilita contatos com os índios porque há muitos anos a Funai tem por norma proibir estes transeuntes desconhecidos (pescadores profissionais, turistas, garimpeiros, entre outros) de aportarem no porto da aldeia.



Tráfego de pescadores pelo rio Jacy-Paraná, dentro da terra indígena

#### 1.10 Os projetos oficiais e as pressões sobre a TI Karipuna

As pressões sobre a Terra Indígena Karipuna são sistemáticas em todos os seus limites. Nos limites leste e oeste, ocorrem ocupações irregulares de áreas protegidas: a leste, a RESEX do Jacy-Paraná vem sendo invadida a partir do sul (Buritis); e a oeste, a partir do núcleo irregular de União Bandeirante – irregular porque é um assentamento “espontâneo” dentro de uma zona classificada com 2.1 pela lei Estadual de Zoneamento, onde não é permitido o corte raso da vegetação – o que vem ocorrendo sistematicamente, como se vê nas imagens de satélite anexadas a este documento. Neste limite, observamos invasores marcando possíveis lotes dentro da Terra Indígena (fotos no anexo). O limite natural da TI aqui é o rio Fortaleza, mas há uma parte em linha seca – e cuja picada demarcatória já está coberta de vegetação, bem como as placas de sinalização de Terra Indígena destruídas.

No limite sul, a pressão vem da estrada ligando Nova Mamoré a Buritis. É projeto do Governo estadual o asfaltamento e conclusão desta estrada (a BR- 421, ligando Ariquemes a Guajará-Mirim) – interrompida no trecho em que cruza o Parque Estadual do Jacy-Paraná. Mas lideranças políticas locais, com apoio explícito do governador atual, dizem que mudarão os limites do Parque para passarem a estrada. Ao longo desta via (que no seu prolongamento

encontraria a famosa “linha” D do INCRA) e seus ramais (na verdade, estradas endógenas), centenas de colonos têm aberto “posses” reconhecidas por aquela entidade federal, possibilitando a formação de novos núcleos urbanos ainda irregulares (Palmeiras e Nova Dimensão) e cujo motor da economia são as madeireiras e serrarias.



“Esplanada” para exploração madeireira a menos de cem metros do limite sul da TI Karipuna

A lógica desta ocupação segue a “metodologia” já historicamente consagrada no Estado de Rondônia: como todas as terras são públicas federais (a exceção de poucas centenas de hectares legalizados como concessão de antigos seringais e afora os projetos oficiais de assentamento do INCRA), qualquer pessoa que faça uma derrubada recebe deste órgão um “certificado de posse”; detendo este documento, ele pode negociar a madeira com madeireiros e iniciar sua derrubada. A madeira torna-se então fonte de capitalização para iniciar seu empreendimento (formação de pastagens consorciada com roçados de subsistência ou de culturas permanentes, tipo café).

## 1.11 Situação fundiária e pressões antrópicas no entorno da TI Karipuna

### Município de Nova Mamoré (sudoeste da TI Karipuna)

No tocante a situação fundiária, a maior parte das propriedades neste município estão tituladas, segundo o Incra. A região abriga um dos mais antigos Projetos de Assentamento (PA) daquele órgão, denominado Sidney Girão; porém existem outros PAs que estão em fase de regularização fundiária, cujos ocupantes só tem declaração de posse, segundo informou um funcionário da prefeitura.

Em relação a situação ambiental, à área do município de Nova Mamoré se sobrepõem as seguintes Unidades de Conservação: Parque Estadual de Guajará Mirim (98% está dentro da área do município), Parque Nacional de Pacaás Novos, cujos limites são sobrepostos a TI Uru-Eu –Wau-Wau (2,5% está dentro da área do município), RESEX Ouro Preto (25% está dentro da área do município), RESEX Jaci Paraná (10% está dentro da área do município), Terra Indígena Ribeirão (100% está dentro da área do município), Terra Indígena Laje (40% está dentro da área do município), Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau (2,5% está dentro do município) e Terra Indígena Karipuna (50% dentro da área do município). Aproximadamente sessenta e cinco por cento da área do município está tomada por UCs e Terras Indígenas (vide mapa no anexo). Como vemos, sobra pouco espaço territorial para expansão do município, daí a grande pressão antrópica na região de entorno das Terras Indígenas e Unidades de Conservação.

Além disso neste município, segundo o mapa da 2ª aproximação do Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico do Estado, incidem as subzonas 1.2 (aproximadamente 13% da área do município), subzona 1.3 (aproximadamente 16% da área do município), subzona 2.1 (aproximadamente 05% área do município – nesta zona existe restrição de uso, não podendo haver desmatamento; nesta subzona apenas podem ser realizadas atividades de manejo florestal), subzona 2.2 (aproximadamente 06% da área do município – subzona restrita para preservação: não pode haver expansão e nem exploração de madeira através de plano de manejo floresta – fonte: Mapa da 2ª aproximação do ZEE de Rondônia). Conforme este mapa, só poderá haver expansão na subzona 1.2, que corresponde aproximadamente 13% da área territorial do município. Na subzona 1.3 há restrição de uso, devendo ser priorizado o aproveitamento dos recursos naturais, podendo as atividades agropecuárias existentes ser mantidas, não sendo estimulada a sua expansão.

### *Núcleo de Nova Dimensão*

Este novo núcleo no município de Nova Mamoré localiza-se na chamada “linha 20” (do Inkra) e de onde partem várias estradas endógenas. Apesar de recente, já existem ali um posto de saúde, uma escola de 1º e 2º graus, posto de correio e posto telefônico, além de três serrarias (serra fita), duas laminadoras, cinco marcenarias, um laticínio, duas oficinas e diversos estabelecimentos comerciais como bares, restaurantes, lanchonetes, mercearia, lojas etc. A atividade econômica principal gira em torno da indústria madeireira, em 2º lugar vem à pecuária e em 3º vem à agricultura. A população do povoado gira em torno de 2000 pessoas.

No tocante aos aspectos ambientais constatamos, *in loco*, grande movimentação de caminhões “toreiros” na sede do núcleo. Só numa oficina mecânica contamos mais de seis caminhões encostados fazendo reparos. A presença do IBAMA na região é praticamente ausente. Os pátios das indústrias madeireiras locais estavam abarrotados de madeira em tora. Todas as indústrias madeireiras estavam em atividades, serrando madeira, laminando, carregando caminhões com madeira beneficiada e descarregando madeira em tora, com exceção de uma laminadora que estava em fase final de montagem e ainda não estava operando.

Com relação à procedência da madeira, alguns comerciantes que interrogamos dizem que a madeira vem das áreas de sítio. Ninguém afirmou que a madeira esteja vindo de Terras Indígenas ou Unidades de Conservação. Chegamos a perguntar a um comerciante se ele sabia de algum furto de madeira na TI Karipuna, ele respondeu que já houve alguns casos, mas quando isto acontece vem à denúncia e a “polícia cai em cima”.

Nova dimensão está incidindo entre as subzonas 1.2 e 1.3, conforme o mapa da 2ª aproximação do ZEE de Rondônia. Provavelmente pega parte destas duas subzonas. Fica difícil determinar com precisão, porque este povoado não está delimitado nos mapas do Estado. Ao que tudo indica, se localiza dentro da subzona 1.3.

### Município de Buritis (sudeste da TI Karipuna)

Os dados levantados por nós no município de Buritis compõem o seguinte quadro fundiário:

- Existem 17 projetos de assentamento fundiários (PA) em Buriti: São José, Buritis, Rio Alto, São Sebastião, Santa Helena, Marcos Satélite, Lagoa Azul, Pedro do Abismo, Jatobá, Menezes Filho, São Domingos, Reviver, Rio Branco, Minas Novas, Saracura, Caveirinha e Santa Cruz. Em todos estes PA só existe carta de ocupação. Estes PA tem menos de dez anos. De 1992 para cá foi que o município de Buritis

começou a expandir-se. A explosão demográfica começou em 1995 após a criação destes projetos de assentamento, criados em cima de terra boa, o que culminou também com a aceleração da exploração da madeira, muito farta na região. A população foi à procura das terras para plantar café.

- Os PAs que fazem divisas com a Flona do Bom Futuro são os PAs Buritis, Linha Oriente e São Sebastião, sendo que Minas Novas e Saracura já se constituem como povoados no interior da Flona. Os PAs que fazem divisas com a Resex Jaci-Paraná são o São Paulo, Jatobá e Buritis.

No tocante às pressões antrópicas, segundo informações colhidas por nós também junto a funcionários da prefeitura de Buritis, as principais ocorrências são as seguintes:

- Dentro da Flona do Bom Futuro vem funcionando um garimpo de topázio, na localidade de Alto Paraíso.
- Após o surgimento do PLANAFLOORO iniciou-se a criação das áreas de uso especial para retiradas de madeira. A partir daí foi que surgiram as áreas para Planos de Manejo Florestais (PMFs). Inclusive o PMFs que existe dentro da Resex Jaci Paraná foi uma iniciativa do Sindicato dos Seringueiros, através desta brecha. Segundo um funcionário da prefeitura, este PMF foi aprovado pelo IBAMA e ainda hoje estão tirando madeira naquela Resex. O mesmo funcionário disse ainda que por traz deste PMF estão as madeiras. A madeira que atua dentro da Resex Jaci-Paraná explorando e comprando madeira é a Madeira Apolo de Buritis. Há informações confirmadas de que a Madeira Apolo montou uma serra-fita dentro daquela Resex.
- Com relação a BR-421, nos informaram que na época da seca passa carro traçado e moto ao longo de toda aquela estrada, chegando a cruzar o Parque Estadual de Guajará-Mirim e encontrando a Linha D que vai até Nova Mamoré. Caminhões não conseguem passar por causa das pontes que são frágeis. O trecho ruim é de apenas 15 km.

No município de Buritis incidem, segundo o mapa da 2ª aproximação do Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico do Estado de Rondônia, as subzonas 1.2, 1.3 (maior parte), 2.1 (menor parte), 3.1 (dentro da RESEX Jaciparaná) e 3.2 (dentro da FLONA Bom Futuro). As madeiras de nomes Condor, Botelho e Schumamm estão assentadas e vêm atuando na região de Jacinópolis. Um fazendeiro de Chupinguaia também vem agindo clandestinamente dentro da RESEX Jaci-Paraná grilando terras e furtando madeira, segundo nos informaram funcionários da prefeitura de Buritis.

## Município de Porto Velho (norte e noroeste da TI Karipuna)

### *Núcleo de União Bandeirante*

A população estimada de União Bandeirante gira hoje em torno de 12.000 habitantes. A atividade econômica principal é a indústria madeireira responsável por 80% da renda do distrito. Existem hoje instaladas vinte e duas indústrias madeireiras com serra fita e duas laminadoras, e ainda seis marcenarias.

- Infra-estrutura existente: 01 posto de saúde para coleta de lâmina da SUCAN, 01 colégio de 1º grau, 03 postos de gasolina, 05 hotéis, 06 farmácias, 01 igreja evangélica (70% da população é evangélica), uma católica, 01 adventista, 01 terminal rodoviário, 05 unidades de telefone (orelhão) espalhados e um posto telefônico, tem em torno de 25 pontos comercial, tem 03 borracharia, 02 tornearia, 06 oficinas mecânica, etc.

Este núcleo urbano teve origem em face do esbulho possessório promovido por estelionatários e pela instalação ilegal de várias serrarias que procuraram a localização estratégica da área com o objetivo de beneficiamento da madeira subtraída das áreas de domínio público. (Ofício nº 050/04 – CAOMA de 30 de agosto do MPE)

Segundo nos informou um antigo funcionário da SUCAN e, hoje, comerciante, quem fundou União Bandeirante foi uma pessoa vulgarmente conhecida por “Dindim”, que passou a ser o líder do povoado. A idéia inicial, segundo este, era de desmatar o mais rapidamente possível, pois quem não o fizesse perderia a terra. A cultura mais plantada hoje no núcleo é a banana (1º lugar) depois vem o milho, arroz e o feijão.

De acordo com informações, o Senador Valdir Raupp esteve em União Bandeirante e, junto com o governador, está propondo fazer uma compensação, ou seja, deixar a população assentada em União Bandeirante e conseguir uma área de preservação em outro local para compensar a expansão e ocupação deste Núcleo. A população que já assentada permanece, esta é a idéia. Segundo nosso informante, não estão chegando mais famílias, salvo algumas que já haviam comprado lotes anteriormente. Aproximadamente 50 km depois de União Bandeirantes em direção à Linha “D”, a estrada esta boa. A empresa Real Norte faz a linha de ônibus de Guajará Mirim até União Bandeirante.

O rebanho bovino na região de União Bandeirante gira em torno de 60.000 cabeças de gado. O movimento de carretas de gado na região é grande.

O governador Ivo Cassol encaminhou em setembro de 2004 o Projeto de Lei Complementar Nº 0308 à Assembléia Legislativa visando transformar a zona 2.1, que incide

sobre a área de União Bandeirante, para zona 1.3, de modo a “solucionar” o problema. Após a Assembléia ter aprovado a mensagem do Executivo, incluindo o núcleo União Bandeirantes, em Porto Velho e o núcleo Jacinópolis, em Nova União, na Zona 1, Subzona 1.3 do Zoneamento, a Lei Complementar foi sancionada pelo governador

Na audiência pública realizada em 16/10/04 em União Bandeirante esteve presente a maioria dos deputados estaduais, que defenderam a permanência dos ocupantes no Núcleo. Segundo o deputado estadual Chico Paraíba, existe duas grandes fazendas que juntas somam 55.000 hectares e se caso houver a mudança de classificação da zona estes latifundiários seriam beneficiados. Ele alega que esta situação tem que ser revista porque nestes latifúndios poderiam ser assentadas muitas famílias. O juiz federal quer que o INCRA apresente projeto de assentamento dentro de 120 dias. O deputado estadual Dr. Carlos, da bancada do PT, esclareceu na ocasião que “na liminar não há nada que diga que a população do distrito tem que sair”.

O próprio Procurador Geral do Ministério Público Estadual pronunciou-se no sentido de se chegar a um consenso: “a justiça cede de um lado, mas a população também tem que ceder de outro para encontrar um meio termo”. Considerando-se estes pronunciamentos, tudo leva a crer que será muito difícil reverter a situação e retirar a população de União Bandeirante.

## I. 2 Terras Indígenas Ribeirão e Lage

Povo Indígena **WARI'** (*Pakaa-Nova*)



Ancião Wari' da aldeia Ribeirão

### 2.1 Dados Gerais

Os índios conhecidos como *Pakaa-Nova* foram assim chamados pelos primeiros invasores dos seus territórios porque foram encontrados no rio do mesmo nome, Pacaa-Novos, afluente da margem direita do rio Mamoré. Reconhecem-se sob a denominação **Wari'** (que quer dizer “gente”) e não gostam muito que os chamem de “Pakaa-Nova”. Estes índios são um dos poucos remanescentes dos povos indígenas da família lingüística *Txapakura*, juntamente com os *Torá* e os *Moré*, povos estes que vivem atualmente na margem esquerda do rio Guaporé, em território boliviano.

Os Wari' estão divididos em subgrupos cujos nomes lhes servem como etnônimos. Hoje estes subgrupos são os OroNao, os OroEo, os OroAt , OroMon (subgrupos estes

assentados principalmente nas Terras Indígenas Paccá-Novas, Sagarana e Rio Negro-Ocaia), os OroWaram, OroBone e OroWaramXijein (nas TIs Lages e Ribeirão). Dois outros subgrupos desapareceram, os OroJowin (massacrados por um seringalista) e os OroKaoOroWaji. Qualquer pessoa Wari' tem seu nome em português adicionado do subgrupo a que pertence, funcionando assim como sobrenome (por exemplo: Valdir OroAt, Maria OroWaram etc.).

O território ocupado pelos *Wari'* até o início do século XX compreendia as bacias dos rios Lage (afluente da margem direita do Mamoré), e as cabeceiras dos rios Ribeirão e Formoso (a oeste e norte); os rios Ouro Preto e Negro, afluentes da margem direita do rio Pacaá-Novos. Ainda no início do século XX, alguns grupos migraram para os rios Dois Irmãos e Novo, afluentes da margem esquerda do Pacaá-Novos. Durante a primeira metade do século passado, os *Wari'* estavam distribuídos em três grandes agrupamentos regionais: rio Negro e Ocaia, Lage-Ribeirão e Dois Irmãos (Vilaça, 1992:16).

Atualmente a população *Wari'* se distribui por 16 aldeamentos localizados nas Terras Indígenas Lage, Ribeirão, Pacaa-Novas, Rio Negro-Ocaia e Sagarana.



Aspecto da aldeia *Wari'* do Ribeirão

## 2.2 História do Contato

A penetração das frentes de extração de borracha e caucho, iniciada nos anos de 1860 tendo como eixo o rio Madeira, atingiria também os vales dos rios Guaporé e Mamoré e seus afluentes já no início do século XX, levando a constantes choques entre “índios bravos”, seringueiros e seringalistas bolivianos. Estas frentes de penetração alcançariam os territórios dos Wari’ acima descritos por aquela época, tendo estes índios se refugiado nas cabeceiras dos rios, em regiões de difícil acesso. Aparentemente os Wari’ desfrutaram de um período relativamente tranqüilo, sem serem assediados, até a retomada da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em 1905, pela companhia americana Madeira-Mamoré Railway, depois de vinte anos de paralisação. Daquela data até aproximadamente 1925-30, vários choques entre funcionários da EFMM e os Wari’ ocorreram, com vítimas de ambos os lados. O primeiro entrevero documentado aconteceria em 1919, com o aprisionamento de vários índios Wari’ para serem exibidos (e humilhados) em Guajará-Mirim. A inauguração dos 364 quilômetros da EFMM (entre Porto Velho e Guajará-Mirim) deu-se em 1912 coincidindo com a decadência econômica dos seringais nativos da Amazônia devido à concorrência dos seringais cultivados do sudeste da Ásia e Malásia. Com o abandono da produção e dos seringais, os Wari’ puderam retornar às suas antigas aldeias na região do Lage e Ribeirão.

Mas esta relativa paz durou até 1941, quando a ocupação da Malásia pelos japoneses cortaria o acesso do ocidente à borracha ali produzida, elevando o preço da borracha. Em função desta conjuntura, empresários seringalistas retomam a exploração intensiva do látex em toda a Amazônia e novas levas de seringueiros invadem a região. Estas novas frentes penetrariam os territórios dominados pelos vários grupos Wari’, ocasionando enfrentamentos e mortes, sobretudo dos índios.

Estes choques obrigaram o extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI) a estabelecer (ou re-localizar os já existentes) “Posto de Atração” na região, sobretudo a partir de 1945 – justamente depois de conflitos entre os Wari’ e os colonos estabelecidos na Colônia Agrícola IATA (o primeiro projeto governamental de assentamento em Rondônia, em 1945: Maldini, 1983: 122). A equipe de “atração e pacificação” seria chefiada por Francisco Meireles que estabeleceu seu Posto principal (denominado “Major Amarante”), em 1940, na cachoeira do rio Ribeirão (posteriormente, em meados dos anos 1950, esta sede seria transferida para a foz do rio Ribeirão no Madeira). Outros Postos foram estabelecidos na região, como o “Tenente Lira” (1945), localizado nas imediações da foz do rio Lage no Mamoré (“a nove léguas da estação da EFMM em Vila Murinho”) e o Tenente Marques, no Mutum-Paraná. Em 1948 o encarregado da IR 9 do SPI, com sede em Porto Velho, já solicitava ao seu superior verba para a instalação

de um novo Posto de Atração no rio Ouro Preto por considerar a região “mais assiduamente freqüentada pelos Pacaá-Novos”. Mais tarde, o Posto de Atração denominado “Dr Tanajura” seria estabelecido na região, nas imediações da confluência dos rios Ouro Preto e Pacaá-Novos.

Apesar da instalação destes Postos, os agentes do SPI somente conseguiriam manter contatos pacíficos com os Wari’ a partir de meados dos anos 1950. E foram os agentes do SPI do Posto “Dr Tanajura” que o conseguiram, em 1959. Depois destes primeiros contatos, as expedições do SPI – que contavam com a participação de agentes da organização fundamentalista americana Novas Tribos do Brasil (MNTB) – começaram a utilizar indivíduos Wari’ contatados no rio Ouro Preto para “pacificar” seus parentes nos rios Lage e Ribeirão. Em 1962 todos os outros subgrupos Wari’ passaram a procurar a aproximação com os Postos do SPI, de tal forma que entre os anos de 1959 a 1962 todos já eram conhecidos e mantinham relações regulares com os funcionários do SPI, a exceção de um subgrupo (OroMon) que, fugindo das epidemias pós-contato, se refugiou nas serras onde se formam os rios Lage e Ribeirão. Somente em 1969 foram re-contatados e transferidos para área de Sagarana onde em 1970 quinze deles morreriam de sarampo.

As epidemias pós-contato tiveram um efeito devastador sobre a população Wari’. Maldi (1986: 95-96) estima que a população Wari’ antes do contato (1959) era de cerca de mil indivíduos; em 1962 essa população estava reduzida a 399 pessoas.

### 2.3 População Atual

Segundo dados fornecidos pela administração regional da Funai em Guajará-Mirim, a população Wari’ atual é de 2.086 indivíduos distribuídos conforme o quadro abaixo:

<b>Terras Indígenas</b>	<b>Postos Indígenas</b>	<b>Aldeias</b>	<b>População</b>
Ribeirão	Ribeirão	Ribeirão	216
Lage	Lage	Lage Novo, Lage Velho e Linha 10	368
Pacaa-Novos	Sede, Sto André, Deolinda e Sotério	Cajueiro, Capoeirinha, Tanajura, Pitop, G.Adeus, Deolinda, BomFuturo e Sotério	895
Rio Negro-Ocaia	Negro-Ocaia	Ocaia I., Piranha e Pantirop	399
Sagarana	Sagarana	Sagarana	208
<b>TOTAL</b>			<b>2086</b>

## 2.4 Situação atual das Terras Indígenas Lage e Ribeirão

A primeira medida oficial para a garantia dos territórios Wari' foi apresentada pelo chefe da IR 9 do SPI ao governador do Território Federal do Guaporé, em 1961 (logo após os contatos, portanto) reforçando solicitação anterior do inspetor Francisco Meireles. A área sugerida englobava os territórios Wari' nos rios Lage e Ribeirão e seus afluentes. Não houve nenhuma manifestação do governo do então território federal sobre o pleito do SPI e parte das terras Wari' continuaram sob domínio privado (seringais).

A Funai iniciaria os procedimentos administrativos para o reconhecimento destas terras somente em 1975, no âmbito do convênio Funai-Radam. A primeira proposta deste grupo técnico (GT) englobava as áreas dos rios Lage e Ribeirão, num total de 150 mil hectares e tendo como limites norte e sudoeste os projetos de assentamento do Incra “Sydney Girão” e “Iata”. O edital para a concorrência pública das firmas de topografia foi lançado, mas a demarcação não se efetivou. No ano seguinte (1976), após protestos dos índios, um novo GT foi constituído propondo a separação das terras indígenas Lage e Ribeirão, criando um corredor entre as duas áreas, propiciando sua ocupação por não-índios – em uma clara concessão aos interesses do Estado de Rondônia. Esta proposta foi levada a termo e as Terras Indígenas “Igarapé Lage” e “Ribeirão” foram declaradas de posse permanente dos Páca-Nova em 17/09/1981, com uma superfície de 107.321 hectares (Lage) e 47.863 (Ribeirão). E foram homologadas no mesmo ano através do Decreto nº 86.347. Os Wari' habitantes da bacia do rio Ribeirão, mais do que os da TI Lage, foram os mais prejudicados por esta demarcação, já que a Funai não levou em conta as terras solicitadas pelo SPI nos anos 1960 - e nem considerou na delimitação as cabeceiras daquele rio onde estavam localizadas todas as suas aldeias à época do contato.

Segundo informações colhidas junto à Diretoria Fundiária da Funai, os Wari' das terras indígenas Lage e Ribeirão vêm reivindicando a revisão dos limites demarcados. Em 2001 a FUNAI determinou a um técnico a realização de estudos preliminares para a viabilização das revisões reclamadas pelos índios. Contudo, no relatório apresentado, o funcionário solicita a retirada da TI Lage da relação das terras indígenas para re-estudo alegando que os índios haviam desistido da revisão. Justificou informando que os Wari' daquela Terra Indígena estavam passando por um processo de disputa interna e que os missionários da MNTB – que lá vivem desde o contato –

estavam influenciando na decisão dos índios. De qualquer forma, é uma pendência a considerar em eventuais medidas compensatórias.

Na Terra Indígena Lage, a Funai mantém “barreiras” na “linha” 18 e na aldeia “Limão” e na “linha” 22 estão pretendendo colocar outra. Na TI Ribeirão não existem estas “barreiras” e os índios nos informaram que há roubos de madeira esporádicos a partir das “linhas” 20 e 21 (limites norte e leste da TI) por madeiras “de longe” (segundo os índios, de Buritis e Espigão D’Oeste). Há ainda a presença de caçadores e pescadores ilegais em ambas as TIs, os últimos utilizando-se de malhadeiras dentro e fora dos limites da TIs, impedindo a subida dos cardumes de que se alimentam. O caso da TI Ribeirão é mais grave posto que as cabeceiras e o alto curso do rio Ribeirão ficou fora da área demarcada pela Funai e são grandes os desmatamentos já realizados em suas margens e afluentes, comprometendo a qualidade da água do rio Ribeirão e a sua ictiofauna.

As últimas aviventações e sinalizações dos limites das duas terras indígenas foram realizadas em 2001, com recursos do Planaflo, ou seja, as picadas divisórias estão cobertas pela vegetação e as placas sinalizadoras foram destruídas em muitos pontos.

Os índios das duas TIs reclamaram que a fiscalização executada pela Funai é ineficaz porque, dizem, “nunca viram prender nenhum dos invasores”. Segundo um índio da aldeia do Lage Novo, os não-índios das vizinhanças falam que “eles (os índios) estão tomando conta para os outros” dando a entender que melhor seria se eles mesmos explorassem a madeira...

O cacique da aldeia Ribeirão disse que este rio tinha muito mais volume d’ água no passado. Quando o rio enchia a água vinha até o pátio da aldeia, mas devido aos desmatamentos nas cabeceiras dos igarapés que ficaram fora da área demarcada, o rio Ribeirão e outros mais que cruzam a TI Ribeirão, diminuíram significativamente de volume, prejudicando muitas atividades. Este quadro tende a se agravar significativamente nos próximos anos, em virtude dos desmatamentos desenfreados e sem controle que estão acontecendo no entorno desta terra indígena, o que está explícito na imagem de satélite de 2004, que a SEDAM nos forneceu enfocando as áreas desmatadas em 2004. No sul da TI Ribeirão, por exemplo, os lotes que fazem divisas com esta terra indígena foram todos desmatados, em total desrespeito à lei que obriga a manutenção de 80% da vegetação a título de reserva legal (MP nº 2.166/2001).

## 2.5 Subsistência e renda



Aspecto da aldeia Wari' do Lage Novo

As TIs Ribeirão e Lage ainda oferecem animais de caça e peixes, além da castanha, copaíba, babaçu, açaí e outras frutas de palmeiras, como o buriti, o tapaua e a bacaba. Os animais de caça encontrados em maior número e com pouco esforço são os tatus, a paca e a cotia; porcos-do-mato estão exigindo um esforço maior porque seus bandos se encontram mais distantes das aldeias. As espécies de peixes ainda encontradas nos rios Lage e Ribeirão são a jatuarana e as traíras.

Os Wari' são, hoje, mais afeitos às lides agrícolas do que no passado. Suas roças, de boa qualidade, são abertas e mantidas pelo grupo residencial (compostos por famílias extensas). A base da sua agricultura era o milho “mole”, mas nos dias de hoje aprenderam a cultivar o milho comum, o arroz, a macaxeira, a mandioca, o feijão e a banana. Os excedentes que conseguem nas suas roças são vendidos em Nova Mamoré (Ribeirão) ou Guajará-Mirim, principalmente farinha, milho duro e banana. Na aldeia da Linha 10 (TI Lage) os índios ali residentes tiram de 500 a 600 cachos de banana por mês.

Além dos produtos da roça (em 2004 - até agosto - as famílias do Lage venderam cerca de 130 sacas de farinha), as famílias Wari' das TIs em exame têm no extrativismo uma fonte de renda importante, principalmente da castanha-do-pará e o óleo de copaíba, além do mel, em menor escala. Nas aldeias da TI Laje, por exemplo, são tiradas por ano em torno de 500 sacas de castanha; no Ribeirão cerca de 150 sacas por ano (uma lata – cerca de 24 quilos – vale hoje R\$ 13,00).

Os índios das duas TIs também estão extraindo itaúba (árvore de porte médio a grande e com boa oferta nestas terras indígenas) para fazerem estacas para cerca, às quais vendem para seus vizinhos não-índios por quatro reais a estaca. Os índios nos disseram que a extração da itaúba é recente e ela só vem ocorrendo para obterem uma fonte de renda “comunitária” para poderem pagar as contas de energia das aldeias. Como dizem “é uma fonte de renda da comunidade” e não dos grupos familiares. Dizem ainda que se a Funai voltar a cobrir aqueles custos pararão com a retirada daquela espécie de madeira.

Nas duas Terras Indígenas existem pequenos rebanhos de gado, que os Wari cuidam com zelo, ajudados pelos chefes de postos da Funai. No Lage (aldeia Lage Novo) o rebanho conta com 92 cabeças de gado e no Ribeirão com 34. Estes rebanhos pastam em pequenas quintas formadas em antigas capoeiras de roças nas imediações das aldeias principais. A maioria das famílias cria galinhas.

## 2.6 Assistência

A estrutura física do Posto Indígena (PIN) da Funai na TI Ribeirão consiste em uma casa de alvenaria, relativamente bem construída, que serve de moradia para o chefe do PIN e para o abrigo de visitantes eventuais. Possui ainda instalações auxiliares (galpão para ferramentas e consertos). O prédio da escola neste PIN é de alvenaria e conta com três salas de aula e a residência (com dois cômodos e banheiro) para o(a) professor(a). No Lage Novo, as instalações da Funai são de madeira (casa do chefe de posto) e a Funasa construiu um pequeno ambulatório de alvenaria. Neste PIN (Lage Novo), o MEC construiu recentemente um prédio escolar até certo ponto imponente – pelo contraste que oferece com as demais instalações da aldeia. O prédio conta com quatro classes de aula, escritório e cozinha para a merenda e um amplo pátio interno.

O PIN Lage Novo conta com uma toyota 1998 e um caminhão 1995, adquiridos com recursos do Planaflo em nome da associação indígena local. Conta também com um trator CBT usado e adquirido pela Funai. No PIN Ribeirão, a associação indígena comprou um caminhão  $\frac{3}{4}$  novo, também com recursos advindos do Planaflo. A Funai possui uma toyota e um trator, ambos já velhos.

A Administração Regional (ADR) da Funai em Guajará-Mirim fornece apoio financeiro para o combustível, reparos de motores e para as roças (ferramentas e sementes). A energia (duas horas por noite) no Lage Novo vem de um grupo gerador

adquirido pela Funasa – e o rádio é alimentado por bateria ligada a uma placa solar. No Ribeirão, a energia é elétrica.

### *Saúde*

Desde o rompimento do convênio da CUNPIR com a FUNASA (em maio de 2004) que este órgão não mantém na aldeia qualquer profissional de saúde, a não ser os agentes de saúde indígenas (01 no Ribeirão e 03 no Lage Novo). Equipes médicas não visitavam as aldeias há mais de 08 meses.

As condições de saneamento nas aldeias que visitamos é relativamente boa, contando com abastecimento de água de poços semi-artesianos (dois no Lage Novo e três no Ribeirão). Uma roda d'água em um açude no Lage Novo complementa o abastecimento de água nas residências (44 no total). Mas os índios reclamam que a Funasa só fornece 50 litros de diesel para as bombas-motores que distribuem a água nas caixas – e a “comunidade” é que deve bancar o restante do diesel necessário ao abastecimento das aldeias.

Ocorreram no Ribeirão muitos casos de malária em 2003 – enquanto que no Lage Novo não houve nenhum caso. Nesta aldeia tem um índio em tratamento de tuberculose. Nas aldeias visitadas as afecções mais comuns são disenterias e gripes.

Nas “farmácias” dos PINs não tem quase remédio (apenas vermífugos e antiácidos; a norma da Funasa é não deixar medicamentos nas aldeias, a não ser que resida ali permanentemente uma auxiliar de enfermagem não-índio). Os agentes indígenas de saúde (um no Ribeirão e outro no Lage Novo) não recebem vencimentos desde o fim do convênio. Até setembro, nenhuma ONG ou Prefeitura tinha acertado com a Funasa um novo convênio para o atendimento à saúde no Distrito Especial de Saúde Indígena (DSEI) de Guajará-Mirim - prejudicando sobremaneira os índios. Como disse o administrador da Funai em Guajará-Mirim, “não tem mais nada de ‘especial’ na saúde indígena; os índios voltaram para a fila do SUS”. Esta é realidade em todo o Estado de Rondônia.

Há casos de tuberculose e desnutrição infantil em ambas as áreas Wari’ que visitamos (Lage e Ribeirão). A Pastoral da Criança, em conjunto com a Prefeitura de Guajará Mirim, mantém um programa de combate a desnutrição em Lages. Um agente indígena de saúde é pago pela Prefeitura para execução do Programa.

### *Educação*

A maioria dos jovens entre 15 e 25 anos é alfabetizada em português e alguns na língua indígena, através de um programa bilíngüe conduzido pela Secretaria de Educação do Estado (SEDUC-RO). No Ribeirão, além de uma professora “branca”, esta Secretaria remunera 04 professores indígenas. No Lage, são 03 professores indígenas. Os professores indígenas de Rondônia estão organizados em uma associação (a OPIRON – Organização dos Professores Indígenas de Rondônia e Noroeste do Mato Grosso) para defenderem seus interesses frente à SEDUC e MEC.



Jovens Wari<sup>3</sup> da aldeia Lage Novo

A Funai local (ADR de Guajará-Mirim) mantém em seus quadros dois funcionários responsáveis pelo acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pela SEDUC-RO e para dar assistência aos estudantes indígenas matriculados em escolas urbanas, sobretudo em Guajará-Mirim. Segundo informações da ADR da Funai em Guajará-Mirim, apenas 03 alunos das TIs Lage e Ribeirão estudam nesta cidade (dois deles cursando a 6<sup>a</sup> e a 7<sup>a</sup> séries do ensino fundamental e outro o 1<sup>o</sup> do ensino médio).

Além da Funai, a Missão Novas Tribos do Brasil (MNTB) mantém missionários em algumas aldeias Wari'. Em Ribeirão e no Lage Novo, estes missionários (que dominam a língua indígena), além dos cultos dominicais, prestam alguma assistência na área de saúde (contribuem para o deslocamento de enfermos em situações emergenciais, já que dispõem de viaturas e também com cursos de higiene) e na compra de artesanato. Eles não interferem na escola formal; mas apesar desta aparente distância, algumas lideranças Wari' os procuram para conselhos e palpites nas várias esferas da vida dos índios.

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI, ligado a Igreja Católica) mantém uma base de atuação em Guajará-Mirim e seus agentes visitam esporadicamente as aldeias Wari' visando acompanhar (e denunciar) seus problemas. Os funcionários da Funai local os consideram seus "principais inimigos". O administrador local (e que se encontra neste cargo desde 1976!) é "crente" e, como tal, tem explícita e confessada preferência pelos missionários da MNTB.

## 2.7 Organização social e política

Os subgrupos Wari' antes listados estão ainda hoje relacionados a um território específico, que é constituído por um conjunto de áreas também nominadas (roças e grupos locais). Antes do contato, estes grupos locais se organizavam em torno de um grupo de dois a quatro irmãos (do sexo masculino) em geral casados com um grupo de irmãs. A poligínia (especialmente sororal, isto é, casamento com uma ou mais irmãs da esposa) era freqüente. Não se pode dizer que antes (como hoje) havia uma regra de residência pós-matrimonial: depois do casamento o jovem casal alterna períodos de moradia com os pais da esposa e com os pais do rapaz (Vilaça e Conkling, 2001: 4). Os grupos locais permaneciam em geral de dois a cinco anos em determinado local; quando as roças se tornavam mais distantes das casas se mudavam para outro local. O contato e a "pacificação" representaram a sedentarização dos grupos locais nas imediações dos Postos de Atração – o que também serviu para "liberar" antigos territórios Wari' para a ocupação não-indígena.

Antes do contato, os aldeamentos Wari' eram compostos por um conjunto de residências habitadas por famílias nucleares (pai, mãe e filhos) e uma "casa dos homens" que servia de residência dos jovens solteiros e para as reuniões dos homens adultos. Todos os aldeamentos localizavam-se em terra firme, perto de igarapés perenes.

Mesmo nos dias atuais os Wari' ainda marcam a territorialidade dos subgrupos<sup>1</sup>. Assim, grande parte dos OroNao, OroEo e OroAt vivem hoje no Rio Negro-Ocaia, localização que corresponde aos territórios daqueles subgrupos antes do contato, enquanto outra parte dos OroNao vive atualmente na margem esquerda do rio Pacaa-Novo (PIN Tanajura e Santo André), local de suas antigas aldeias. Os OroWaram vivem em sua maioria no Lage, nas fronteiras do território outrora ocupado pelos OroWaramXijein onde parte destes hoje reside; a outra parte vive hoje no Ribeirão, território de caça dos OroMom (Vilaça e Conkling, idem: 4).

As visitas entre estes subgrupos eram intensas, para conseguir esposas e para a realização de festas. Nos dias atuais ainda acontecem com frequência, mas com novas motivações (jogos de futebol, forrós), além da realização dos rituais tradicionais. Mas seja qual for o motivo da visita, a chicha azeda é servida pelos locais na recepção dos visitantes. Estas visitas são momentos onde a rivalidade entre os subgrupos é ritualizada, com os anfitriões embebedando os seus visitantes para humilhá-los, porque, dizem, estes visitantes antes (quando demoram na entrada da aldeia anfitriã) haviam matado seus animais de estimação e gracejaram com suas mulheres. Hoje estas visitas se fazem entre os postos da Funai, mas ainda associados à territorialidade original (“vou dançar nos OroNao”, dizem os do Lage quando se dirigem, por exemplo, ao PIN Tanajura para uma festa).

Afora estes subgrupos nominados e localizados, os Wari' não possuem ou se organizam em outros tipos de grupos, sejam rituais ou sociais. Não há especialistas de qualquer classe, nem mesmo um xamã ou um chefe, demonstrando que a sociedade Wari' é profundamente igualitária. O “cacique” atual é uma mera resposta a uma imposição dos “mundos dos brancos”, particularmente a Funai. Mas ele não decide absolutamente nada sozinho e, se porventura o faz, é logo destituído.

O outrora os Wari' praticavam o canibalismo funerário, com os cadáveres dos inimigos mortos na guerra (de outras etnias ou brancos) e também com os do próprio grupo. O rito funerário era complexo e tinha seu início tão logo se percebia a proximidade da morte do enfermo. Mas ele efetivamente ocorria com a chegada na aldeia dos parentes dispersos em outras. A demora desta chegada obrigava que a comilança se fizesse com o cadáver já apodrecido – e só assim ele podia ser comido.

---

<sup>1</sup> É chamada de *tatarim* (“estrangeiro”) a pessoa que pertencem a um subgrupo diferente do seu e *winma* o seu conterrâneo (Vilaça e Conkling, idem; ibidem).

Não se podia demonstrar avidez ou prazer no repasto, pois aquilo que estavam comendo não era classificado como “alimento”, e o apodrecimento do cadáver tornava a ingestão por vezes impossível. Comiam-se pequenos bocados, manifestando tristeza; as partes não consumidas eram incineradas, juntamente com os cabelos, vísceras e a genitália. Depois os parentes próximos do morto decidiam se os ossos seriam enterrados (juntamente com o moquéim onde o cadáver foi assado) ou queimados e triturados para beberem com mel.

Logo depois do contato, a repressão para que abandonassem esta prática, pode-se imaginar, foi intensa, com funcionários do SPI e missionários da MNTB montando guarda nos cemitérios para impedirem que os Wari’ sobreviventes das epidemias, desenterrassem seus mortos para levá-los para a floresta para “enterrá-los direito”. Desde então pararam de realizar este tipo de funeral. Mas não escondem hoje que o faziam e têm mais vergonha de falarem sobre como andavam nus do que sobre como comiam seus inimigos e parentes.

Como a maioria dos povos indígenas da Amazônia, os Wari’ estendem as qualidades de *humanos* a alguns animais e mesmo vegetais, já que também possuem alma. Logo, as regras sociais Wari’ (baseadas no contraste entre a inimizade, relacionada ao não-parente e inimigo – e, logo, ao assassinato; e a sociabilidade, que tem a ver com a troca de comida, de cônjuges e cooperação mútua) são coextensivas àqueles seres. Sendo assim, os espíritos dos mortos e dos animais são as entidades mais significativas do universo Wari’. O mundo dos mortos é subaquático e ali, nos rios mais profundos, é que se localizam suas aldeias. Os espíritos dos mortos reaparecem sempre (ou re-emergem) sob a forma de queixada, que irá alimentar os seus parentes vivos. Assim “(...) o oferecimento de comida e a ajuda mútua, que constituem o cerne da vida familiar Wari’, continuam depois da morte, transformadas em uma relação na qual os vivos e os mortos, humanos e animais, (se) alternam nas posições de anfitrião e convidado, predador e presa” (Vilaça e Conkling, idem: 7).

## 2.8 Relação com os recursos naturais

Como já observamos, a fauna, sobretudo de pequenos mamíferos roedores ainda é relativamente farta nas TIs Lage e Ribeirão, talvez porque seja, como no caso da TI Karipuna, uma área de refúgio importante na ecologia local. Entretanto, como já observamos, com o processo de sedentarização das aldeias a fauna de médio e grande porte (queixadas, catetos e antas) já se localiza mais distante.

A vegetação é típica das terras firmes da Amazônia com florestas densas, onde sobressaem as castanheiras e outras espécies de porte alto, entremeadas por matas de palmeiras. De uma maneira geral, e até onde pudemos observar nos poucos dias que ali permanecemos, os Wari' das duas terras indígenas usufruem, sem depredação, deste ambiente, lhes possibilitando, além de uma dieta variada, uma fonte permanente de materiais para a confecção de seus artesanatos (que é uma fonte de renda importante de algumas famílias, se não de todas, Wari') e para o extrativismo, como a castanha e a copaíba.

As Terras Indígenas Lage e Ribeirão formam na verdade pequenas “ilhas” de vegetação nativa pouco alterada e que contrasta (e gera cobiça) sobremaneira com o seu entorno, já praticamente devastado, como as imagens-satélite que se encontram nos anexos demonstram. O INCRA continua com a sua política de “regularização” de propriedades nas cabeceiras dos igarapés formadores dos rios principais que abastecem as aldeias das TIs Lage e Ribeirão – enquanto o IBAMA alega não ter infra-estrutura para a fiscalizar os desmatamentos ilegais (dispõe de apenas dois fiscais e uma viatura).

Os Wari' das aldeias das TIs Lage e Ribeirão não estão comprometidos com invasões ilegais para a depredação dos seus recursos naturais.

## 2.9 Relações com o ambiente regional

Como não poderia deixar de ser, há um fluxo relativamente intenso dos Wari das duas TIs para Guajará-Mirim e Nova Mamoré, onde se dirigem para tratamento médico, comercializações dos excedentes das suas roças e coleta, artesanato, e onde recebem suas aposentadorias ou auxílios maternidade – e onde compram as mercadorias industrializadas hoje incorporadas ao seu modo de vida.

Afora o público urbano daquelas duas cidades, os Wari' mantêm contatos quase permanentes com alguns dos moradores (colonos) que têm seus lotes vizinhos as TIs – para troca de favores e pequenos negócios.

È importante mencionar aqui que a Funai local ainda exerce uma clara influência em praticamente todas as atividades regulares dos Wari' com o mundo exterior. Dada a antiguidade no cargo do administrador da Funai em Guajará-Mirim, este funcionário interfere em (e intemedia) todas as relações dos Wari' com o mundo exterior. É uma espécie de “déspota esclarecido” para os Wari', que só contestam seu poder veladamente. A estrutura das postos da Funai nas áreas Wari', mesmo não tão explícita hoje, já se assemelhou no passado àquela do “bom patrão” (seringalista), por seu

comportamento que combina uma tolerância resignada com os “pecados” dos índios, paternalismo (faz *por* eles praticamente tudo) e um discurso repreensivo pretensamente pedagógico.

#### 2.10 As pressões sobre as TIs Lage e Ribeirão

As pressões sobre as Terras Indígenas em comento se dão em todos os seus limites. Por tratar-se das últimas reservas de vegetação nativa (e de espécies madeireiras de alto valor comercial), as invasões para roubo daquelas espécies são constantes, apesar da Funai alegar que exerce uma fiscalização sistemática nos limites – o que, vimos, é contestado pelos índios.

Entre os limites sul da TI Ribeirão e norte da TI Lage, a pressão vem da estrada ligando Nova Mamoré a Buritis (a linha “D” do Incra e que se pretende ligar à BR-421, Ariquemes a Guajará-Mirim). É projeto do Governo estadual a conclusão e o asfaltamento desta estrada – interrompida no trecho em que cruza o Parque Estadual do Jacy-Paraná. Mas lideranças políticas locais, com apoio explícito do governador atual, dizem que mudarão os limites do Parque para passarem a estrada. Ao longo desta via (a linha D) e seus ramais, centenas de colonos têm aberto “posses” reconhecidas pelo Incra, possibilitando a formação de novos núcleos urbanos ainda irregulares (Palmeiras e Nova Dimensão) e cujo motor da economia são as madeireiras e serrarias.

Ao norte e a leste da TI Ribeirão, o avanço irregular sobre os últimos lotes ainda “virgens” localizadas entre esta terra indígena e a TI Karipuna – região classificada com 1.3 (com restrições de uso) na Lei de Zoneamento do Estado de Rondônia – tem se intensificado nos últimos dois anos, comprometendo, como já enfatizamos, os recursos naturais daquela TI.

#### 2.11 A situação fundiária no entorno das TIs Ribeirão e Lage

Município de Nova Mamoré (vide acima)

*Núcleos de Palmeiras e Nova Dimensão (vide acima)*

### *1.3 Terra Indígena Karitiana*

#### Povo Indígena **KARITIANA**



Maloca tradicional Karitiana

#### 3.1 Dados Gerais

Os Karitiana são um grupo de língua Tupi – família Arikém. De acordo com os estudos lingüísticos a língua Karitiana é a única sobrevivente desta família, composta por duas outras línguas, Arikém e Kabishiana (Rodrigues, 1986). Isto indica que, no mosaico cultural dos grupos tupi de Rondônia, os Karitiana ocupam um lugar singular, dado que os Arikém e Kabishiana desapareceram enquanto grupos diferenciados na primeira metade do século XX, com seus remanescentes ou transferidos para Postos do SPI e FUNAI e ou se miscigenando com outros grupos e com a população regional.

Os dados históricos apontam os rios Jamari, Candeias e Jacy-Paraná e seus afluentes como o território de ocupação tradicional dos Karitiana. Enquanto macro espaço, este território se confunde com aquele também ocupado pelos Arikém e, em parte, pelos Karipuna e “Arara” – grupo assim denominado pelo SPI e contatado por

servidores deste órgão lotados no Posto “Cel Tibúrcio” no rio Capivari em dezembro de 1947<sup>1</sup>.

Os relatos orais dos Karitiana reportam ao o rio Candeias e afluentes como área de ocupação permanente da maioria do grupo que, atualmente, encontra-se na Terra Indígena Karitiana, no rio das Garças, ratificando os dados documentais.

*“O território tradicional dos Karitiana compreende a região que fica entre o rio Candeias e o Jamari (já na direção de Porto Velho e da foz do Jamari, aproximadamente no que é hoje a Gleba Garça e a Gleba Baixo Candeias, a nordeste da atual área demarcada Karitiana); compreende também as terras da atual área demarcada e o vale do rio Branco, afluente do Jaci-Paraná.”* (Mindlin e Leonel, 1984: adendo).

### 3.2 História do Contato

A história da colonização do rio Madeira, dentro dos limites do atual Estado de Rondônia, reporta-nos a possíveis confrontos entre seringueiros e grupos Karitiana na segunda metade do século XIX, com a submissão de parte do grupo aos seringais.

*“(…) Após a fixação dos brasileiros na parte inferior do Madeira, começou a corrida de bolivianos para a área, onde muitos se estabeleceram em caráter definitivo. Foi o caso de Santos Mercado, que, em 1862, instalou um barracão na margem direita do rio Madeira, em frente ao salto do Theotônio. Seu irmão Juan Dias Franco, entrou pela selva seguindo o curso do rio Mutum Paraná onde fundou um seringal. Outros rios de Rondônia seriam explorados por bolivianos: o Jaci-Paraná, o Abunã onde os novos ocupantes*

---

<sup>1</sup> Não podemos deixar de registrar que os dados sobre os povos que habitam o atual Estado de Rondônia são, grosso modo, historicamente recentes e a maior parte deles nos é fornecida pela Comissão Rondon e funcionários do SPI – Inspetores, sertanistas, mateiros. São comuns, nesse contexto, confusões sobre os nomes dos povos – de maioria tupi – denominados por esses agentes por nomes genéricos – como muitos da família lingüística *Kawahib* e que durante muitos anos foram chamados de “boca negra” ou “boca preta” – ou nomes que indicam apenas o local de ocupação do grupo (acidentes geográficos) ou aonde foi realizado o contato. Outras vezes ainda as designações aceitas pelo SPI derivavam de nomes impostos por grupos indígenas inimigos e, com territórios limítrofes. Daí a importância dos relatos orais para dirimirmos dúvidas sobre a história de cada povo, a ocupação tradicional dos territórios, os confrontos com outros grupos indígenas e as frentes pioneiras, as cisões internas e o contato com os agentes oficiais do Estado e da Igreja.

*encontraram forte resistência de índios Karipuna” ( Meireles, Denise Maldi: 1983)*

No entanto, somente no princípio do século XX temos as primeiras referências sobre os Karitiana, através dos relatos da Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, mais conhecida como Comissão Rondon.

Em 1909, o capitão Manoel Theophilo da Costa Pinheiro deu início a exploração do rio Jacy Paraná e descreveu os habitantes desse tributário do Madeira.

*“As tribus que habitam nas margens do Jacy, pelas informações que tomei, são em numero de três: - a dos caripunas, caritianas e canga-pirangas.” (Processo FUNAI/BSB nº 2508/84).*

A exploração do rio Jacy Paraná não pode ser concluída pois a expedição foi atacada pelos Karitiana, conforme relato do Marechal Rondon nos anos sessenta.

*“(…)Tive na Vila (Santo Antônio<sup>2</sup>) informações da turma do Capitão Pinheiro. Cumprindo rigorosamente as instruções recebidas, havia o distinto oficial subido o rio Jaci-Paraná, até o lugar conhecido pelo nome de Campo Grande.*

*(...) Houve, infelizmente, a morte de dois homens a lamentar, um de beribéri e outro de desastre. Ocorreu este por ocasião do ataque dos índios **Caritianas** (e não Acangapirangas) contra a canoa de retaguarda do grupo que levava a expedição, rio acima.*

*Estavam os **Caritianas** em convívio com os seringueiros do Jaci-Paraná, para os quais trabalhavam na extração de borracha. Infelizmente, são todos os negócios entre índios e civilizados feitos à maneira da caçada, imortalizada na fábula, os civilizados sempre no papel de leão. Daí resultam conflitos, vinganças, mortandades, dos quais, em geral, só nos chegam os ecos vindos de um lado e, ainda assim, já desfigurados, truncados em suas partes essenciais, ampliados em outras, de modo a nos dar monstruosa impressão da selvageria dos indígenas.*

---

<sup>2</sup> Santo Antônio do Rio Madeira (grifo nosso).

*O ataque, de que resultou a morte do remador, tivera sua origem em uma dessas questões. Receberam os **Caritianas** agravos de seu antigo patrão, o seringueiro Minervino, e queriam vingar-se. Desgraçadamente o porte e o vestuário do Dr. Paulo Santos deram lugar a uma confusão: os índios acreditaram ter diante de si o seu inimigo.”(Viveiros,1969: 301/302).*

Além da referência acima, não foram encontrados, até os anos quarenta, outros documentos que cite os Karitiana. Somente após a criação da 9ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios (SPI- ININD 9) e de Postos de Atração no Território do Guaporé, atual Estado de Rondônia encontramos indicações sobre o seu território.

Entre os anos de 1948 e 1966 os documentos do SPI e os relatos dos missionários salesianos apontam a região do médio rio Candeias, rio Jamari e afluentes e rio Branco como território Karitiana. Na listagem encaminhada em 1948 pelo Inspetor do SPI, Álvaro S da Silva, ao Comandante da 8ª região militar de Belém há referência aos Karitiana e indicações que se encontram nos rios Jamari e Candeias, habitando Malocas (Ofício nº 121 de 1/09/48 – filme 45, planilha 521-SPI). Em 1955, estão situados nos rios Jamari, Candeias e Branco (filme 43, planilha 491 – SPI) e, em 1958, suas malocas, no médio rio Candeias, são visitadas por missionários salesianos, que os encontra em quase toda a extensão do rio Candeias e seus afluentes e informa que eles têm pele bastante clara, andam despídos, mas que, na presença dos civilizados, a quem chamam de brasileiros, se vestem e se enfeitam. Ainda de acordo com os missionários, os Caritianas desde criança têm o crânio apertado por tiras de algodão ou de fibras: “*a cabeça toma assim uma forma cônica, que distingue os Caritiana dos seus inimigos mortais, os Caripuna*” (Hugo, 1959: 259/261).

As informações sobre os Karitiana encontradas em Vítor Hugo são de importância fundamental, pois nos permite retomar ao mosaico das tribos contatadas nos anos quarenta e cinquenta do século passado em Rondônia e aos relatos dos Karitiana sobre o seu território, a cisão interna e a exploração pelos seringalistas.

De acordo com a história oral, a maior parte dos Karitiana que se encontram na TI Karitiana tem o seu território tradicional no espaço compreendido pelo rio Candeias e afluentes (rio Preto do Candeias, igarapés Preto e Tapagem). Em tempos que não nos foi possível precisar, houve uma cisão e parte do grupo se deslocou para a região do rio das Garças ou, talvez, para o Jaci Paraná, local citado por Rondon quando do ataque a

expedição de 1909. Os Karitiana colocam que eles (povo do rio Candeias) nunca mataram os seringueiros, mas os “Capivari” sim: “*Capivari é o mesmo Karitiana. O chefe se chamava Joari – Ô’arco na língua indígena – e eles vieram para cá (Garças) fugidos. Estavam em contato com os seringueiros. Joari morreu e ficou o Joaquim. O povo do Capivari estava acabando. Não tinham mulheres. Povo do Joaquim matou seringueiro chamado peruano*” (Valdemar Karitiana).

*“Briga dos Karitiana tem muito tempo – teve briga, antes, no Preto do Candeias e os Capivari, povo de Joari, atravessaram o Candeias. Ficaram se visitando, depois brigaram mesmo e só voltaram a se visitar quando não tiveram mais mulheres. Os Capivari foram espiar os parentes no Candeias, porque já eram poucos – estavam acabando de gripe, tuberculose; só tinham mulheres velhas, as solteiras morreram. Aí Moraes ( Karitiana do Candeias) viu os rastros deles e seguiu-os até aqui, no Garças. Ai ficou espiando e escutaram eles conversando. Os do Moraes chegaram com espingardas e assustaram os Capivari, mas logo chamaram na língua e viram que era gente, Karitiana. Moraes deu a sua filha para o Joaquim Capivari. Depois de morar muito tempo lá, Joaquim voltou pra cá (rio da Garça<sup>3</sup>) e quando Moraes morreu lá no Candeias, os Karitiana ficaram sem líder. Aí Joaquim convidou para vir para cá. Todo o pessoal mais velho nasceu no rio Candeias” (síntese de relatos com os anciões Karitiana).*

Cizino Karitiana, por seu lado, conta a fuga para a região entre o rio Garças e Candeias, junto com os Capivari, após a morte de Moraes. Na ocasião eles ficaram sob o domínio de Dodô e Dico (capatazes de barracões de seringa e para quem trabalhavam eventualmente na coleta de seringa), que eram rivais, na Colocação Dois Irmãos – rio Candeias<sup>4</sup>.

*“Dico viajou para Porto Velho, Dodô roubou os Karitiana (...). Eles queriam matar os Karitiana, mataram meu irmão João no Candeias. A aldeia era no Taboca (...)Eles ficaram com medo. Manuel Vieira*

---

<sup>4</sup> A mãe de Cizino, mulher de Moraes, morreu no local.

*(irmão de Moraes) falou: vamos embora. Joaquim, chefe dos Capivari, estava lá, e chamou todo mundo para vir para o Garças. Fugiu todo mundo... Ficou Antonio Bigode e José Barabadá (filhos de Joaquim), que não conseguiu fugir. Aí, o povo do Moraes ficou escondido no igarapé Preto do Garça (limite norte da TI Karitiana). Depois, Antonio Bigode e Barabadá conseguiram fugir e chegaram dizendo que o Dodô estava vindo atrás deles para matá-los. Aí todos se espalharam, deixando muita coisa no lugar (munição, comida). Só depois que acalmou é que se juntaram no Garças. Foi assim que deixaram a terra do Candeias. Terra do meu pai” (Cizino Karitiana).*

Os relatos dos informantes mais idosos como Cizino, Pereira, Waldemar, Meireles, Garcia, Francisco e Antonio de Paula reafirmam o território tradicional Karitiana na região do rio Candeias e afluentes, o reencontro com os Capivari e o início dos trabalhos do SPI/FUNAI entre os Karitiana no final dos anos sessenta.



Aspecto da reunião com as lideranças na aldeia Karitiana do Garças

Apesar das dificuldades inerentes a reconstituição histórica, as contradições documentais que emergem a partir das confusões dos agentes governamentais e dos missionários sobre os grupos indígenas de Rondônia – em sua grande maioria da área cultural Tupi, mas que se diferenciam quanto a língua, família lingüística, organização sócio-político – e os dados coletados junto a população indígena Karitiana, nos permite levantar a hipótese de que o grupo conhecido como Karitiana pode ter se subdividido em um determinado tempo histórico, cisão interna, ou, disputado entre si e/ou com outros grupos indígenas um mesmo território - movimentos de expansão e retração. Os denominados Capivari seriam assim, também, Karitiana, como afirmaram os informantes mais velhos ou um grupo bastante próximo e que mantinha com os Karitiana relações de parentesco e casamento (trocas tradicionais).

A pesquisa realizada sobre a história dos Karitiana confirma a sua história oral e demonstra ter o grupo dominado até o final dos anos sessenta o espaço compreendido pelos rios Candeia e afluentes e o rio Jamari. Este território é possivelmente de retração já que os dados do princípio do século XX indicam uma ocupação Karitiana também no rio Jacy Paraná, em especial na bacia do rio Branco, disputando o espaço com os Karipuna e outros grupos indígenas.

O contato do grupo com os agentes do SPI foi estabelecido a partir de 1967 – transição entre o fim do SPI e a criação da FUNAI – e marcou o sedentarismo e fixação dos Karitiana na região do rio das Garças, com a escolha de uma área para a demarcação, que coincidiria com os limites do Posto Indígena.

*“Antes a terra era muito grande; Morais não ficava num só lugar! Um ano...deixa mandioca. Ele colhe todo o milho, bota na maloca grande...vai andar. Morais vivia andando. Pensamento de índio. Se fica no lugar velho a doença ajunta (tosse, gripe, pneumonia). Então muda....muda...mas, mesmo assim doença acaba atacando!” (Antonio Paulo Karitiana:2004).*

A terra Karitiana foi demarcada sem considerar a organização socioeconômica e o território tradicionalmente ocupado pelo grupo indígena. Já no início dos anos oitenta os Karitiana solicitam a revisão dos limites. Atualmente os recursos naturais estão escasseando e os mais idosos, que continuam caçando e pescando fora da área

demarcada, pressionam para que os limites sejam revistos e eles possam recuperar parte do seu território tradicional.

*“O rio Preto do Candeias...Lá tá tudo desmatado...tudo tomado!  
Lá, que é a saudade deles (dos velhos<sup>5</sup>)!” ( Nelson Karitiana:  
2004).*

### 3.3 População atual

Os documentos do Serviço de Proteção aos Índios – SPI – indicam que em 1967, a população Karitiana era de 60 pessoas. Em 1970 há referências a uma população de 64 pessoas, sendo que 35 menores de 12 anos. Embora não totalmente confiáveis, pois eram raros os funcionários do órgão indigenista que realizavam um levantamento populacional, ou mesmo registravam nascimentos e mortes, os dados encontrados apontam para um crescimento populacional constante entre os Karitiana.

As informações levantadas pela equipe de avaliação do POLONOROESTE em 1983 demonstravam que a população Karitiana havia passado de cerca de 75 pessoas em 1976 a 109 indivíduos em 1984. Destes, 94 eram residentes no Posto Indígena Karitiana, sete (7) estavam no Posto dos Karipuna e, quatro (4) na Frente de Atração dos Uru-Eu-Wau-Wau.<sup>6</sup> *“A administração do PIK é um dos raros postos da FUNAI a manter um controle permanente da população e um registro de nascimentos e óbitos pelo menos nos últimos três anos, até setembro de 1983, quando da realização desta avaliação.” (Mindlin, Betty: 1983).*

A população Karitiana recenseada em 2003 pela equipe da FUNAI que realizou os estudos para a revisão dos limites da terra indígena era de 272 pessoas, sendo que 234 residiam permanentemente na terra indígena e 38 estavam, à época, vivendo em Porto Velho. Na área demarcada há uma única aldeia, com casas construídas no padrão regional e dispostas nos dois lados do igarapé Garças<sup>7</sup>.

Apesar de não ter sido possível realizar novo recenseamento, tanto pela exigüidade de tempo quanto pelos constantes deslocamentos da população indígena residente (ida para roças, caçar, pescar), a equipe foi informada, pelo Chefe do Posto da

---

<sup>5</sup> Grifo nosso

<sup>6</sup> Era comum a FUNAI deslocar famílias indígenas para auxiliarem os seus servidores nos Postos de Atração no processo de comunicação/relação com grupos recém- contatados ou isolados.

<sup>7</sup> Nos mapas de demarcação da FUNAI, cartas do DSG e do IBGE o igarapé que corta a aldeia é denominado erroneamente de Sapoti.

FUNAI e pelos indígenas que acompanharam os trabalhos, que na Terra Indígena habitam 48 famílias Karitiana em 46 casas<sup>8</sup>.

Na aldeia há duas malocas comunais que hoje são utilizadas como Igreja e, além das residências indígenas, há uma casa da FUNAI onde reside o Chefe do Posto, um prédio que funciona como escola, uma enfermaria, uma casa para o motor de luz e uma para a moto-bomba, além de duas casas de farinha comunitárias com forno e caititu.

Uma nova aldeia está sendo construída na margem direita do rio Candeias, em área de ocupação tradicional reivindicada pelo grupo indígena desde os anos oitenta e objeto de re-estudo pela FUNAI. No ano de 2003, foi aberta uma roça no local e construída uma Maloca ao estilo tradicional Karitiana. Neste ano a maloca foi queimada por não índios, possivelmente fazendeiros (ocupantes) da área, e as famílias que estavam mudando para a nova aldeia retornaram ao rio das Garças, deixando lá apenas um pequeno abrigo. Há perspectiva de retorno ao Candeias, quando a roça começar a produzir.

#### 3.4 Situação atual da terra indígena

Os levantamentos documentais revelam que a primeira proposta de demarcação do Posto Indígena Karitiana foi feita pelo Sertanista Francisco Meirelles, então Chefe do Parque Indígena do Aripuanã que, em documento datado de 10 de agosto de 1970, descreve seus limites indicando a sua demarcação. (DAF/FUNAI – Setor de Documentação- Pasta Suspensa Karitiana –relatórios.).

Em 1975, através do Ofício nº 82/8º DR de 20 de janeiro, o Delegado da FUNAI em Rondônia encaminha ao Diretor de Operações de Brasília, o memorial descritivo de 28 de outubro de 1971, recebido do INCRA, referente ao Posto Indígena Karitiana, e solicita que seja elaborado o Decreto de doação das terras aos índios, tendo em vista a entrada no INCRA de requerimentos de particulares interessados em colonizá-las. O ofício foi encaminhado a Diretoria de Patrimônio Indígena, dando início aos procedimentos administrativos para a regularização fundiária da terra indígena Karitiana.

Editado em 8 de janeiro de 1976, o Decreto 76.999 definia os procedimentos administrativos de demarcação das terras indígenas. Exigia-se que antes da demarcação fosse realizado um estudo antropológico e cartográfico para definição dos limites,

---

<sup>8</sup> Os dados diferem dos coletados em 2003 pela equipe da FUNAI que levantou 35 residências.

atendendo os preceitos constitucionais e o que dispunha a Lei 6001 de 19 de dezembro de 1973. Apesar das exigências legais para a demarcação, a Terra Indígena Karitiana foi levada a demarcação em 1978, sem que fossem realizados quaisquer estudos na área conforme previsto no art 2º, parágrafo 1º do referido Decreto.

O processo demarcatório da terra indígena teve início a partir da publicação do Edital nº 001/78/CPDT/ DGPI de 24 de maio de 1978 e do Memorial Descritivo da Terra Indígena Karitiana, que deveria ser levado ao conhecimento público através do Diário Oficial dos Estado ou Territórios. Os limites da terra indígena, com superfície aproximada de 57.600 ha e 96 km de perímetro, eram os propostos em 1970 por Francisco Meireles e cujo Memorial Descritivo tinha sido elaborado pelo INCRA.

No início de 1979, os engenheiros da FUNAI, quando da fiscalização dos procedimentos demarcatórios, constataram que os limites que vinham sendo demarcados, em acordo com o memorial descritivo, estavam deixando de fora as malocas indígenas e a pista de pouso “ambos localizados a margem direita do igarapé Sapoti” e que a terra indígena deveria sofrer um acréscimo para inclusão das moradias e áreas de cultura e exploração dos recursos naturais. O parecer do engenheiro é ratificado pelo Chefe do Posto Karitiana, que encaminha Ofício ao Delegado Regional da FUNAI em Porto Velho (Of. nº 005/PIK/79) com a proposta de ampliação da área, acompanhado de croqui demonstrativo do erro da demarcação e mapa com a área de acréscimo. Em abril, a Diretoria Geral de Patrimônio Indígena, enviou uma equipe, composta por um antropólogo e um engenheiro, que estava se deslocando para identificação da Terra Indígena Camicuã – Subgrupo de Trabalho XXXII - para fazer uma vistoria local com vista a retificação dos limites da área Karitiana. A equipe constatou o erro da demarcação e ratificou a proposta do Chefe Substituto do Posto Indígena de acréscimo da terra indígena. Embora não tenham sido realizados os estudos de identificação, conforme definido no Decreto 76.999/76, o relatório foi aceito pela Assessoria Técnica da Diretoria Geral de Patrimônio Indígena (DGPI) como subsídio para definição da área.

Em 26 de julho de 1979, o acréscimo de 31.680 ha foi autorizado pelo Superintendente Administrativo da FUNAI e retificado o Edital de Demarcação, conforme a delimitação proposta e memorial descritivo. Com a publicação no Diário Oficial do Território Federal de Rondônia em 29/08/79 do Memorial Descritivo com os limites de 89.280 ha e 125 km de perímetro, foi dada continuidade a demarcação da

terra indígena, acrescentando à área em demarcação a aldeia e parte de seu território tradicional, a leste, utilizado para caça, pesca e coleta.

A demarcação da terra indígena Karitiana foi levada a apreciação Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), instituído pela Portaria Interministerial nº 002 de 17.03.83, conforme o disposto no Decreto nº 88.118/83, para que se procedesse a sua homologação. Aprovada através do Parecer nº 90/86, a terra indígena foi homologada pelo Decreto nº 93.068 de 06.08.86, com superfície de 89. 682,1380 ha de superfície e perímetro de 124 km. Registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Velho em 04.12.86 – livro 2 de registro geral; matrícula 2.677, ficha 01 - e na Delegacia do Patrimônio da União de Porto Velho em 1987.

A terra indígena Karitiana encontra-se em processo de re-estudo pela Diretoria de Assuntos Fundiários, após contestação dos índios e reivindicação de acréscimo à área demarcada, em especial, nos limites leste e noroeste, conforme pode ser constatado em relatório de avaliação da Fipe/Polonoroeste, datado de junho de 1984.

#### *Estudos para Revisão dos Limites da T I Karitiana: Anos 2001/2003.*

Em 2001, através da ITE nº 78 /DAF de 3 de julho de 2001, foi enviado a terra indígena Karitiana um antropólogo com o objetivo de realizar os estudos preliminares necessários ao atendimento a solicitação dos Karitiana à FUNAI, ratificada pela Associação do Povo Indígena Karitiana – AKOT'PYTIN ADNIPA; CUNPIR e CIMI, no período de 1993 a 1999, de re-identificação do seu território. O antropólogo corroborou as reivindicações indígenas e de forma preliminar propôs uma ampliação nos limites leste e noroeste da terra indígena demarcada, tendo como eixo principal o rio Candeias e os igarapés João Ramos e Belo Horizonte.

Em 2002, a FUNAI instituiu, através da Portaria nº 1241/PRES de 29 de novembro, Grupo Técnico para realizar os trabalhos de revisão dos limites da terra indígena, conforme o Decreto nº 1.775 de 1996, que dispõe sobre os procedimentos administrativos de demarcação das terras indígenas. Os estudos antropológicos foram realizados e, antes da apresentação do relatório com a proposta final pelo GT, os Karitiana solicitaram novos estudos, uma vez que o GT não havia considerado e incorporado à proposta de acréscimo uma área a margem direita do rio Candeias, utilizada pelo grupo. Diante dos fatos, a FUNAI editou a Portaria nº 361/PRES, de 7 de maio de 2003 e o Grupo Técnico, composto por um antropólogo, engenheira florestal e

engenheiro agrimensor, retornou à Terra Indígena Karitiana com o objetivo de complementar os estudos e levantamentos necessários à revisão dos seus limites.

Os relatórios antropológico e ambiental encontram-se elaborados, segundo informações da Diretoria de Assuntos Fundiários da FUNAI, mas por apresentar problemas técnicos, não foi ainda publicada a proposta de revisão dos limites. Os Karitiana, em reunião com a nossa equipe, demonstraram insatisfação com os trabalhos realizados, alegando que áreas essenciais a sua sobrevivência física e cultural, como áreas de caça e pesca, cemitérios e roças antigas, não foram incluídas na proposta a ser apresentada pelo Grupo Técnico.

Nos levantamentos realizados junto à comunidade indígena, identificamos a região do rio Candeias e afluentes como território de ocupação permanente Karitiana até os anos sessenta. Esta região não foi completamente abandonada com a retirada do grupo para o rio das Garças e, tanto a história oral quanto os documentos consultados demonstram a utilização permanente do rio Candeias pelos Karitiana. De acordo com os informantes, os Karitiana vão caçar e pescar além dos limites demarcados.

Em relatório de avaliação da FIPE/POLONOROESTE, 1984, Betty Mindlin coloca: “*A demarcação (TI Karitiana) deixou de fora terras melhores à margem do rio Candeias, ainda reivindicadas pelos índios, que se queixam da ausência de peixes no território atual*”. (Mindlin, Betty e Leonel Jr, Mauro: 1984).

Os estudos ambientais demonstram, também, que nos limites demarcados como terra indígena já é possível identificar escassez dos recursos naturais, e, os Karitiana indicam a margem direita do rio Candeias, até o igarapé Tapagem, como área de ocupação tradicional. Em reuniões foi constatado que o grupo indígena, tanto a população mais idosa, que nasceu no rio Candeias, quanto a mais jovem, é capaz de identificar na língua todos os igarapés à margem direita do rio Candeias até o rio Preto do Candeias, assim como as roças e malocas antigas.

Apesar da FUNAI ainda não ter concluído e publicado os estudos para a revisão de limites da terra indígena, é importante enfatizar que os Karitiana reivindicam um acréscimo à área demarcada, a norte e a leste, incluindo a margem direita do rio Candeias até o igarapé Tapagem. Parte da área reivindicada, a leste, compõe a Floresta Nacional do Bom Futuro (FLONA Bom Futuro), portanto, terra da união administrada pelo IBAMA.

### A presença de grupos indígenas isolados no Rio Candeias

Há referências e informações desde os anos noventa - de indigenistas e sertanistas da FUNAI, assim como, da equipe de fiscalização da Kanindé – Associação de Defesa Etno-Ambiental – que desenvolvia, em parceria com o IBAMA, ações de fiscalização na FLONA - da presença de grupos indígenas isolados entre os igarapés Caracol e Belo Horizonte e, no divisor de águas do rio Candeias com o rio Branco, ao sul da Terra Indígena Karitiana, no interior da FLONA do Bom Futuro.

Os Karitiana reafirmaram a presença dos índios isolados no limite sul da terra indígena – do rio Candeias até o rio Branco, o que vem a requerer estudos da FUNAI, através da Coordenação Geral de Índios Isolados (CGII), com vistas a interdição da área para garantia da terra e da vida dessa população.

As informações contidas no relatório da Kanindé, de maio de 2001, indicam que os índios isolados vêm sofrendo pressão há mais de seis anos. Em 2001, a 12 Km da margem do rio Branco, foram identificadas trilhas, já abandonadas pelos isolados, e, um antigo roçado indígena. No início de 2004, de acordo com os relatos dos Karitiana à equipe de consultores UHE-Madeira, foi flechado um garimpeiro na região do rio Branco - igarapé Caracol - por índios isolados que, posteriormente, apareceram no igarapé Belo Horizonte e na margem direita do rio Candeias, o que ratifica as informações da citada Associação sobre o possível território de ocupação destes índios e demonstra o aumento de pressão sobre o grupo.

Apesar de parte significativa da área de possível presença de grupos isolados (sem contato com nossa sociedade e/ou com outros grupos indígenas) se encontrar no interior da Floresta Nacional do Bom Futuro, o fato não implica em maior proteção aos índios. A documentação apresentada pelo Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM e, que compõe a ação civil pública impetrada pelo Ministério Público Federal e Ministério Público do Estado de Rondônia contra o INCRA, IBAMA, Estado de Rondônia, Municípios de Porto Velho, Buritis e Nova Mamoré - demonstra que a referida Unidade de Conservação perdeu, no período de 1997 a 2003, oito por cento de sua área total, com incremento de uso agropecuário e de acessos rodoviários em seu interior.

A situação é de extrema gravidade e confirma os dados apresentados pela Kanindé, em 2001, de invasão e ocupação da área da Floresta Nacional por madeireiros e grileiros, apoiada por políticos locais, que já apresentaram ao Congresso Nacional uma proposta de anteprojeto para redução daquela Unidade de Conservação.

### 3.5 Subsistência e renda

A agricultura é parte essencial na vida do grupo e importante fonte de renda. Os roçados são feitos tanto nas adjacências das moradias, quanto em locais mais distantes, em até 10 Kms da aldeia, o que leva a algumas famílias a construírem suas malocas nas roças, onde permanecem durante os períodos de preparo do solo, plantio e colheita.

Nos anos oitenta, a FUNAI tentou implantar duas grandes roças coletivas, uma de cítricos e outra de milho, arroz, feijão e mandioca. A comunidade não aceitou e reivindicou a repartição tradicional da produção por grupos de parentesco. As roças foram desmembradas, voltando ao sistema de produção por famílias extensas. (Betty Mindlin, Relatório de Avaliação do POLONOROESTE, julho de 1983).

Atualmente cada família tem sua roça, que é complementada por capoeiras (roças antigas). Foram visitadas, por nossa equipe, 11 roças abertas no ano de 2003. Os Karitiana, de forma geral, plantam milho, arroz, mandioca, macaxeira, feijão, café, batata doce, cará, banana, amendoim, além de outras espécies, vendendo o excedente. As derrubadas são em média de 200X100. No ano de 2003 se colheu em média 100 sacos de milho por roça, alcançando um preço médio de R\$ 25,00 a saca de 60 Kg. Neste ano, o preço do milho caiu e as sacas têm sido vendidas por R\$ 17,00. De forma geral, os solos são bons, permitindo boa produtividade por hectare plantado.

Os dados levantados pela FUNAI em 2003 demonstram que há uma boa aceitação da produção dos Karitiana em Porto Velho, com uma demanda maior do que a oferta. Toda a produção de milho e feijão foi vendida antecipadamente. No entanto, as dificuldades no armazenamento das sementes, fornecidas pela FUNAI, têm propiciado uma certa dependência dos índios ao órgão indigenista. Há ainda na área duas casas de farinha, sendo a média de produção de 40 sacas ano. O escoamento da produção é feito por um caminhão da comunidade e o principal centro de vendas é a cidade de Porto Velho. (Maranhão, Renata:2003).

A caça, a pesca e o extrativismo vegetal fazem parte do cotidiano da aldeia e são atividades essenciais para a comunidade. Os relatos e depoimentos do grupo, no entanto, demonstraram que há uma redução da fauna, o que implica em caçadas em locais cada vez mais distantes. A escassez dos animais na área demarcada havia sido detectada desde 1983. *“A diminuição da caça, advinda com a perda de mobilidade conseqüente a demarcação, os leva a interessar-se para criar gado. (...) mas não dispõe de capital para as primeiras cabeças”* (Betty Mindlin:1983).

Um maior estoque de animais pode, no entanto, ser encontrado na região do rio Candeias, para onde parte do grupo pretende mudar-se ainda este ano. *“Perto não tem mais caça. Tem que ir cada vez mais pro sul. Quando vai caçar tem que dormi. A noite é mais fácil. Pois vê a paca bebendo na beira do rio. O peixe também está difícil. Todo mundo diz que tem muito no rio Candeias.”* (Luiz Cláudio Karitiana, set de 2004).

A redução dos recursos naturais na área demarcada e o aumento da população foram considerados pela engenheira florestal, que realizou os levantamentos ambientais na terra indígena, em 2003, como uma das possíveis causas da mudança de parte do grupo para o rio Candeias. De acordo com os informantes Karitiana, atualmente, a pescaria de maior porte é feita nos rios Preto, Igarapé Três Casas (braço do rio Preto), Igarapé Tapagem (braço do Igarapé Taboca), Igarapé Conceição (perto do rio Candeias) e no próprio rio Candeias, fora da terra indígena demarcada.

Os dados levantados pela FUNAI em 2003 demonstram a importância da caça e da pesca para os Karitiana e indicam uma escassez da fauna terrestre e aquática. *“A caça é uma atividade muito importante tanto como fonte de alimentação quanto ao seu valor simbólico e cultural. (...) É uma atividade masculina e pode ser realizada de forma individual e coletiva. Ela integra alguns rituais que são precedidos por caçadas coletivas e distribuição de alimento. (...) A fauna tem importância fundamental na sobrevivência da comunidade Karitiana e para os ecossistemas devido às interações biológicas. Porém atualmente têm-se apresentado não tão abundante, onde os locais propícios à caça estão presentes em florestas cada vez mais distantes da área de moradia. A área da região do Candeias é muito mais rica visto que é uma área recém explorada. Em apenas um dia presenciamos a caça de cinco macacos e pesca de cerca de cinco peixes relativamente grandes.”* (Renata Maranhão: 2003). A caça e a pesca são atividades básicas de consumo e fontes de proteína do grupo indígena.

No que se refere ao extrativismo vegetal, os Karitiana usufruem, de forma geral, de todos os recursos da floresta tanto para a alimentação quanto para comercialização. De acordo com os estudos ambientais realizados na área, as palmeiras são abundantes e destas são aproveitados os frutos e castanhas, as folhas, para cobertura das casas e confecção de cestos e outros artefatos e a madeira, que é utilizada para construção das casas. Além da castanha, que não é abundante na área demarcada, o grupo coleta bacaba, açaí, patauí, babaçu, tucumã, cupuaçu e mel de abelha.

O artesanato é a maior fonte de renda da comunidade e uma atividade basicamente feminina, sendo o rendimento por mulher em torno de R\$ 200,00.

Praticamente toda a produção é levada para Porto Velho, onde os Karitiana mantêm uma loja de artesanato junto a Administração Regional da FUNAI. Na confecção do artesanato são utilizadas palmeiras e sementes como: tucumã, palmeira de coquinho, folha de babaçu, paxiúba, patauá, açaí (o palmito não é utilizado), bacaba, jatobá, cabaça, embaúba e outras. Alguns artefatos são ainda usados em rituais e festas e entre eles destaca-se o maracá que é utilizado tanto nas igrejas da aldeia quanto nas pajelanças. O arco e a flecha, fabricado pelos homens, também são usados ainda em caçadas e em pescarias.

Outras fontes de renda na comunidade são as aposentadorias e salários, beneficiando por volta de 10% do grupo - são 15 aposentados; 5 professores, 3 agentes de saúde indígenas e 3 índios funcionários da FUNAI – o que é bastante representativo.

### 3.6 Assistência

A terra indígena Karitiana encontra-se sob jurisdição da Administração Regional da FUNAI em Porto Velho, que mantêm na área, no perímetro da aldeia, um Posto Indígena (PIN), composto por uma casa de madeira, moradia do Chefe de Posto, e, de hospedagem para visitantes; uma casa de motor de luz, uma casa de moto-bomba e um depósito. Há ainda um prédio escolar e uma enfermaria.

Atualmente, os Postos Indígenas tem basicamente a função de apoio aos índios (atividade produtiva; manutenção de vias de acesso, transporte) e a fiscalização do território, ficando a cargo da FUNASA a assistência à saúde e a Secretaria de Educação do Estado de RO (SEDUC), o apoio à educação.

A FUNAI mantêm na área um Chefe de Posto e três trabalhadores índios para serviços gerais. Pelo que se pode perceber, o Chefe de Posto mantêm uma boa relação com os índios, e os apóia no cotidiano.

#### *Saúde*

Na terra indígena Karitiana existem três Agentes Indígenas de Saúde, que enfrentam inúmeras dificuldades e problemas não só pelo rompimento do Convênio entre a FUNASA e a CUNPIR, mas pela própria política da Fundação de não manter uma farmácia básica – com medicamentos suficientes – nas aldeias e Postos Indígenas. Esta situação não é exclusiva da área Karitiana e, as reclamações sobre deficiência dos serviços da Fundação Nacional de Saúde foram uma constante em todas as terras indígenas visitadas. Na realidade, os Karitiana, pela proximidade de Porto Velho e da

própria Administração Regional da FUNAI e facilidade de deslocamento, são privilegiados em relação a outros grupos indígenas.

De acordo com os dados levantados pelo Grupo Técnico que realizou os estudos e levantamentos para revisão da TI Karitiana, a Fundação Nacional de Saúde considera esta área como parte da zona endêmica de malária, embora se constate uma redução significativa no número de casos anuais.

Não aprofundamos as questões relativas a saúde e saneamento básico, uma vez que a maior preocupação da comunidade era com a questão dos levantamentos voltados a revisão dos limites da terra indígena. No entanto, há informações, ratificadas no relatório ambiental da FUNAI – Portaria nº 361/Pres/FUNAI/2003 – que muitas doenças são transmitidas pela água. A comunidade habita há mais de 35 anos de forma permanente às margens do igarapé Garças (Sapoti), o que está levando a uma degradação na qualidade ambiental, no perímetro da aldeia.

Apesar das falhas dos registros que não nos permite uma análise comparativa sobre o quadro de saúde da comunidade, os dados documentais demonstram que nos anos oitenta as principais doenças registradas eram malária, diarreias, verminose, gripe, coqueluche e escabiose. Em 2003, permanece como principais doenças, a malária, diarreia e gripe, acompanhado de viroses e outras doenças infecto-contagiosas, principalmente, transmitidas pela água.

De acordo com a comunidade indígena e o Chefe de Posto, está, no entanto, havendo redução da malária. A proximidade de Porto Velho permite um trabalho mais constante da FUNASA em borrifar a aldeia (*fumacê*), diminuindo os agentes transmissores. A malária poderá recrudescer a partir da mudança de parte do grupo para o rio Candeias, pois todos os índios que permaneceram por volta de três meses no rio Candeias, abrindo roças, voltaram com malária para a aldeia do rio das Garças.

### *Educação*

Há na área uma Escola Municipal de Ensino Fundamental com classes de 1ª a 5ª séries, com duas turmas matutinas de 1ª e 2ª séries e três turmas vespertinas de 3ª a 5ª séries, cujos professores 5 indígenas e 1 não indígena são contratados pelo Governo do Estado através da SEDUC (Secretaria de Educação), que também é responsável pela capacitação dos professores e fornecimento do material escolar dentro dos projetos das Secretarias Estaduais viabilizados e financiados pelo MEC, através do núcleo de educação indígena.

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) também apóia a educação Karitiana com um professor que dá aulas para 5ª a 8ª séries do Supletivo. Não tivemos informações relativas a estar o supletivo vinculado aos Projetos financiados pelo MEC e/ou se o curso é parte do projeto da Secretaria Estadual, e, portanto reconhecido pela SEDUC/MEC.

A comunidade fala regularmente a língua Karitiana (homens, mulheres e crianças) e, o português para comunicação externa. Mesmo os mais idosos conseguem uma comunicação em português, embora com menor fluência na língua.

### 3.7 Organização Social e Política

Os estudos antropológicos referentes aos Karitiana são raros. De forma geral observa-se a manutenção do casamento poligâmico e que a residência pós-matrimônio segue a regra patrilocal - com os homens casados residindo em casas próximas a dos seus pais e as mulheres casadas acompanhando a família do marido. Mantem-se as regras de distribuição de alimentos entre parentes próximos, afins e consangüíneos.

Apesar de, aparentemente, as casas terem uma organização aleatória, não é possível afirmar que os Karitiana não guardem um padrão tradicional na disposição de suas moradias, que em geral abrigam uma família extensa (duas a três gerações) e não somente o grupo de procriação (marido, mulher e filhos). É comum encontrarmos os filhos casados habitando bem próximo a seus pais, conforme organização tradicional. *“Eu moro com meu filho mais novo, meu filho mais velho mora na casa detrás. Minha filha mora no outro lado do igarapé. Junto com o marido dela e o pai dele”.* (Joana Karitiana).

No que se refere às relações de parentesco e casamento, os informantes destacaram, à equipe, os descendentes de Moraes e de Joaquim<sup>9</sup> (Cativari), casados com Karitiana, sempre reafirmando, conforme explicitado no item anterior, que os Cativari são Karitiana. Um dos descendentes (filho) de Joaquim - Antonio Bigode - foi citado como tendo participado da fuga do seringal do rio Candeias e protagonizado o encontro com os agentes do SPI, em 1967, o que confirma os relatos Karitiana de um longo período entre o reencontro de Joaquim e Moraes e a saída do grupo do rio Candeias em direção ao rio das Garças.

---

<sup>9</sup> Filhos de Joaquim Cativari – Antenor (casado com não índia); Raimundo (casado com Iraci Karitiana); Maria Rosa (casada com Antonio Garcia); Jacira (casada com Waldemar); Margarida; Mariquinha (casada com Parintintin); José Baradabá (morto); Antônio Bigode (morto), que era casado com a filha do Pereira (filho do Moraes) e Marcelino (morto – pai de Antonio de Paula).

Como já mencionado, as roças pertencem à unidade residencial e na época da derrubada e plantio essas famílias permanecem em residências temporárias nos locais das roças. Na nova aldeia Karitiana, no rio Candeias, foi construída uma maloca tradicional e deverá, segundo Cizino Karitiana, ser mantido o padrão antigo.

Apesar da interferência religiosa do SIL, na década de setenta, e uma grande maioria dos Karitiana ter uma prática evangélica – há vários pastores índios – e cultos diários, há a manutenção da Maloca como igreja e todo o ritual é na língua Karitiana. De acordo com Nelson Karitiana, na igreja, o mito da criação, a história do povo Karitiana é contada através das músicas e das palavras dos Pastores.

Um dos motivos alegados para a necessidade de mudança de parte do grupo para o rio Candeias é a não aceitação por parte de Cizino Karitiana (que é pajé) da interferência dos índios evangélicos no cotidiano da aldeia. Há continuidade de alguns ritos e festas tradicionais, sendo comum a distribuição de *chicha* (bebida tradicional fermentada de mandioca e milho ou amendoim) nestas ocasiões. Ervas medicinais são também utilizadas pela comunidade, tanto por intervenção do pajé quanto pelo conhecimento dos mais velhos. “O pajé da aldeia normalmente é o que domina em especial o conhecimento das espécies medicinais. Este é um dos diferenciais apresentados pelo Pajé, o que o faz respeitado por seus seguidores.” (Maranhão, 2003: 35)

A representação política é feita pelo cacique, eleito pela comunidade, que além de ser um interlocutor externo, tem deveres de cunho social e político. Este não responde, no entanto, pela comunidade e, em situações críticas, todo o grupo deve ser ouvido para que as decisões sejam representativas. Na questão referente à revisão dos limites da terra indígena, por exemplo, parte dos mais idosos e dos jovens, alegam não terem sido ouvidos suficientemente pelo Grupo Técnico, o que levou a rejeição do estudo realizado e da proposta apresentada, mesmo tendo, o cacique Delgado assinado o Termo de Anuência do GT, declarando que havia acompanhado os estudos e levantamentos realizados e aprovado a proposta de ampliação que seria apresentada pelo referido Grupo à FUNAI.

### 3.8 Relação com os recursos naturais.

A terra indígena Karitiana está situada em sua maior parte em área de floresta aberta (floresta de cipó, bambu e palmeiras) e, de acordo com os dados apresentados pela engenheira florestal, que realizou os levantamentos ambientais na área para os

estudos de redefinição dos limites da terra indígena em 2003, as árvores mais nobres estão escassas na paisagem local, necessitando percorrer grandes distâncias para encontrá-las. No perímetro da aldeia já há degradação de áreas pelo uso mais intensivo dos recursos, mais de forma geral, segundo os estudos realizados, a vegetação local está em bom estado de conservação pela inexistência de invasões madeireiras e os desmatamentos serem realizados basicamente para colocação de roças. Para evitar uma queda de fertilidade do solo, os Karitiana fazem um sistema de rotação de áreas e culturas.

Os Karitiana vivem basicamente de seus recursos naturais, onde sobressaem a: caça, pesca, extrativismo e agricultura. Não estão comprometidos, no momento, com a comercialização de madeira e/ou com o extrativismo mineral, mas alguns índios Karitiana querem dar início a exploração florestal para a venda de madeira cortada nos roçados e para limpeza das vias de acesso à terra indígena. O projeto foi apresentado a Administração Regional de Porto Velho, que, em análise preliminar, deu um parecer negativo pelas possibilidades de abertura da área a madeireiros e à comercialização de madeira. Fomos ainda informados que algumas lideranças solicitaram o apoio da FIERO para um projeto de manejo madeireiro na área. A informação não pode ser confirmada.

Ressalta-se que a Terra Indígena foi objeto em 1972 de autorização por parte da FUNAI para prospecção mineral, tendo se instalado na área duas mineradoras – Maria Conga e Araçazeiro – e, segundo informações contidas nos relatórios de avaliação da FIPE/POLONOROESTE, foi invadida por madeireiros no ano de 1976, e por garimpeiros em 1984. No momento não há qualquer invasão confirmada nos limites da área demarcada e, de acordo com o Grupo Técnico da FUNAI – Port. N° 361/PRESI/2003 – as mulheres Karitiana, se opõe à idéia de retirada e comercialização de madeira, tendo em vista os impactos na área como consequência das invasões dos anos setenta.

Não foram constatados caça e pesca predatória e os maiores problemas ambientais encontram-se na periferia da aldeia, onde não há local adequado para tratamento e destino do lixo. Não há informações fidedignas sobre a qualidade da água, poluição ou não do igarapé que corta a aldeia, no entanto, algumas doenças são resultado de uma má qualidade da água.

Um dos problemas detectados nos estudos realizados pela FUNAI em 2003 foi o desmatamento da mata ciliar ao longo do igarapé Sapoti (Garça), na área limítrofe da aldeia, o que pode levar ao seu assoreamento.

Fomos informados, ainda, que foi construída por fazendeiros no rio das Garças, uma barragem que está impedindo a subida dos peixes. Já desaparecem espécies tais como: jatuarana, surubim, piau, cuiucuú, tucunaré, peixe cachorro, pacu e outros. Além disso, como anteriormente colocado, no interior da área há escassez de peixe. Os rios que a cortam são de pequeno porte e para terem uma quantidade de peixe suficiente, os índios, via de regra, cruzam os limites da área indo até o igarapé Preto, e o rio Candeias e afluentes. A questão foi levada à Administração Regional da FUNAI e SEDAM- RO.

### 3.8 Pressões antrópicas no Entorno da Terra Indígena

#### Invasores da Floresta Nacional do Bom Futuro.

Os dados levantados demonstram um aumento das invasões de madeireiros na Floresta Nacional do Bom Futuro, a partir do município de Buritis e do distrito de Jacinópolis, e grilagem de terras com incentivo de políticos locais. No interior da FLONA existe há mais de três anos, segundo relatório de fiscalização da Associação Kanindé, de 2002, uma vila – Rio Pardo - onde se encontram ilegalmente instaladas madeireiras e serrarias, com a conivência do poder público, já que o IBAMA tem ciência dos fatos e nada tem feito para sustar estas invasões. Estradas endógenas cortam o limite sudoeste da FLONA em direção a RESEX do Jaci Paraná, região de possível ocupação de grupos indígenas isolados - que não mantém contato (relações amigáveis) com os agentes da nossa sociedade e/ou com outros grupos indígenas - como pode ser comprovado através das imagens de satélite (anexo 1).

As informações mais recentes da região demonstram o aumento de pressão de políticos e dos invasores para que seja revogada a Lei de criação da Floresta Nacional do Bom Futuro, criada pelo Decreto nº 96.188 de 21/06/88. Ressaltamos que a FLONA incide na terra indígena Karitiana, em aproximadamente 35.385 ha e, que à época de sua criação, o Presidente da FUNAI, em correspondência ao Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), informou sobre a sobreposição entre esta e a Terra Indígena Karitiana, já regularizada (demarcada, homologada e registrada no SPU) e, solicitou que fosse estudada a possibilidade de alteração do Decreto de criação da Floresta Nacional para que pudessem ser preservados os limites da Terra

Indígena (CT.003/PRESI/nº 465/88 de 28 de julho de 1988). Não houve alteração no Decreto de criação da Unidade de Conservação, continuando a sobreposição com a terra indígena. Os Karitiana reivindicam um acréscimo a terra demarcada, incidindo em parte na Floresta Nacional do Bom Futuro.

A maior pressão para a extinção da Flona do Bom Futuro é feita pelo município de Buritis e pelo Núcleo de União Bandeirantes, vila composta por invasores de terra pública – subzona 2.1 do Zoneamento do Estado, e, cuja principal atividade é a madeireira. Recentemente vereadores do município de Buritis foram presos por invadirem e lotearem parte desta Unidade de Conservação, segundo consta da Ação Civil Pública impetrada pelos Ministérios Públicos Federal e do Estado de Rondônia. Se até o presente a FLONA se constituiu como um instrumento de proteção e maior garantia a integridade da terra indígena, a invasão da área por madeireiros e grileiros e a tentativa de desconstituição da Unidade de Conservação são ameaças aos Karitiana e aos grupos isolados que, provavelmente, encontram-se no interior da FLONA.

Em 22 de novembro do presente ano, os moradores do Município de Buritis, dos povoados de Rio Pardo, Saracura, Minas Novas e Marco Azul – invasões dentro da FLONA Bom Futuro –que interditaram a BR 364 – sentido Porto Velho – Rio Branco – apresentaram uma pauta de reivindicação ao INCRA e IBAMA para desbloquear a rodovia. A revogação da lei de criação da Floresta Nacional do Bom Futuro e a transformação desta área em assentamentos agrícolas, para pequenos e médios agricultores, encontram-se entre os itens reivindicados. Em 23 de novembro, o IBAMA acordou com os invasores da FLONA, que sustaria a desocupação das vilas e voltaria as barreiras para evitar a entrada de novas pessoas e a saída de madeira, em troca da para desobstrução da BR-364. (RONDONIAGORA.COM - 23 de novembro de 2004)

Os fatos demonstram que há necessidade premente de ação da FUNAI na região, pois qualquer ação que incida sobre esta Floresta Nacional irá se constituir em impacto sobre a Terra Indígena Karitiana e sobre os possíveis grupos isolados no interior da Unidade de Conservação.

#### Limite Norte e Leste da Terra Indígena

Nos limites leste e norte da TI, região reivindicada pelo grupo indígena Karitiana como parte do seu território de ocupação tradicional e objeto dos estudos e levantamentos do Grupo Técnico constituído pela FUNAI em 2003, há dois projetos fundiários do INCRA (TD São Sebastião e ATP do loteamento da Bacia Leiteira). O

projeto *São Sebastião* faz divisa com a Flona *Bom Futuro* e parte dele está encravado na zona 2.2 do zoneamento. Apesar de diversos lotes terem titulação, houve uma invasão generalizada na área e, tornaram-se, em sua maioria, posses.

O INCRA não realizou até o presente qualquer assentamento na área e, ou, emitiu títulos seja no TD São Sebastião ou na ATP – Bacia Leiteira. No entanto, a pressão do MST e dos invasores de terras públicas dos Municípios de Porto Velho e Buritis sobre o Instituto, somada a imposição ao INCRA, por força de Medida Liminar da Justiça Federal<sup>10</sup>, de apresentar em 120 dias um estudo destinado ao reassentamento dos ocupantes das terras públicas, em especial, a população residente nos núcleos habitacionais de União Bandeirante e Jacinópolis, pode potencializar os riscos de invasão na Terra Indígena e a pressão para assentamentos na área tradicionalmente ocupada e reivindicada pelo grupo Karitiana desde dos anos oitenta.

---

<sup>10</sup> A Ação Civil Pública movida pelos Ministérios Públicos Federal e Estadual (MPE e MPE-RO) contra INCRA, IBAMA, Estado de Rondônia, Município de Porto Velho - RO, Município de Nova Mamoré – RO e Município de Buritis – RO, objetivando a imediata paralisação de toda obra na área estabelecida na Reserva Extrativista Jaci-Paraná, Terra Indígena Karipuna, Parque Ecológico Guajará – Mirim e Floresta Nacional do Bom Futuro, assim como, qualquer atividade que venha fomentar a invasão dessas unidades resultou, em medida liminar, concedida pela Seção Judiciária de Rondônia – 1ª Vara Federal – em 2 de agosto de 2004, que delimitou a área total da FLONA Bom Futuro, PE Guajará Mirim, RESEX Jaci-Paraná e TI Karipuna, assim como, os entornos dessas áreas, consistentes num raio de dez quilômetros (incluindo parte da TI Karitiana), em acordo com a resolução 013/90 do Conama, e a áreas das subzonas 2.1 e 2.2, a elas adjacentes como de incidência da citada medida.

#### 1.4 Terra Indígena Uru Eu Wau Wau<sup>11</sup>

Povos Indígenas **Uru-Eu-Wau-Wau** (Jupaú e Amondowa), **Oroin** e isolados (*Jurureis* e *Parikuara*) e etnias desconhecidas no médio rio Cautário e no centro da Terra Indígena.



Aldeia Alto Jamari - Maloca Jupaú

#### 4.1 Dados Gerais

De acordo com os dados da Kanindé, os Uru-Eu-Wau-Wau se autodenominam Jupaú (os que usam genipapo).

Bocas Negras, Bocas Pretas, Cautários, Sotérios, Karipuna, Caguarip, Urupá, Urupá-In, Uru-Eu-Wau-Wau são algumas das denominações, encontradas na historiografia, referentes aos povos que tradicionalmente ocupam a região central de Rondônia entre os rios Jamari, Candeias e Jaci-Paraná, ao norte; as cabeceiras do rio Pacaá-Novas e o rio Cautário, a oeste; a Serra dos Uaupianes e o rio São Miguel, ao sul

---

<sup>11</sup> Os dados apresentados referentes aos grupos indígenas são secundários extraídos dos relatórios de identificação da terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau da FUNAI; documentos históricos do SPI e do Diagnóstico Etnoambiental Uru-Eu-Wau-Wau, elaborado pela Kanindé em 2002. Os dados que envolvem pressão sobre a terra indígena são resultado do levantamento realizado pela equipe de consultores nos meses de agosto e setembro de 2004 nos municípios de entorno e junto aos órgãos públicos estaduais e federais.

e, a leste, os rios Muqui, Urupá, Jarú e Canaã e falam o Tupi-Kawahib, língua da família Tupi-Guarani, do tronco Tupi, que guarda similaridades com a língua dos Karipuna, do Jaci Paraná, e Parintintin e Tenharim, do sul do Amazonas.

#### 4.2 História do Contato.

Há referências históricas e documentais sobre os povos Kawahib da região central de Rondônia desde o final do século XIX, mas é no início do século XX, com os relatos da Comissão Rondon sobre os conflitos destes povos com seringueiros e garimpeiros, que estes surgem de forma mais amíuade na literatura. Nos relatórios do antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) são inúmeras as menções a estes grupos e, apesar das confusões por serem chamados por nomes genéricos pelos funcionários do SPI, semelhanças nas descrições e forma de ataques levam a supor que os denominados Uru-Eu-Wau-Wau dominam e defendem o mesmo território há mais de sessenta anos.

*“Apesar da dificuldade em distinguir a que etnia pertencia o grupo que atacava ou era atacado, vários destes relatos apontam características peculiares aos Uru-Eu-Wau-Wau – como a recusa de tabaco, a tatuagem facial e a língua – ,assim como, apontavam semelhanças entre índios que entravam em conflito, por exemplo, no rio Cautário com aqueles no rio Muqui, através, principalmente, do tipo de flecha utilizada. Assim, embora muitos destes ataques possam ter sido causados por outros grupos indígenas como os Pacaa Novos ou Orowin, não resta dúvida que grande parte desse território era ocupado pelos descendentes dos tupi – kawahib que se recusavam a entrar em contato com os brancos, como menciona Lévi-Strauss (!948:300), e que cada vez mais foram se interiorizando para escapar das pressões das frentes colonizadoras”.* (Cardoso, Maria Lúcia de Macedo: 1989).

Até o contato em 1981, foram inúmeros os Postos de Atração criados com o objetivo de pacificá-los, após conflitos destes com agentes da nossa sociedade, cujo resultado, quase sempre, foi o massacre de aldeias inteiras por seringalistas e garimpeiros que adentravam seu território. Esta história está documentada nos relatórios do SPI – documentos microfilmados, que se encontram na FUNAI e no Museu do

Índio no Rio de Janeiro – e naqueles da FUNAI, que compõe o processo de identificação e demarcação da terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau, abrangendo um período que vai de 1913 a 1984.

A partir de então tem início o processo de redução populacional do grupo. Dos 250 contatados e de aproximadamente 800 índios que se estimava no interior do território, no final dos anos 1980 estavam reduzidos à metade daquela população. “*Em 1986 a população era de 215 pessoas, no ano de 1993 constava de 89 índios contatados. No ano de 1995 a população passou para 114 pessoas, em 2000 a população total identificada atinge 160 pessoas, e em 2002 com 168 pessoas.*” (Kaninde: 2002:6).

#### 4.3 População Atual.

“*Os Uru-Eu-Wau-Wau foram contatados pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, a partir de 10.03.1981 em Alta Lídia, hoje Comandante Ari. Os contatados eram 250 índios. (...) dos seguintes grupos: Grupo do Canindé com 50 pessoas, Do Rarica (Careca), com cerca de 40 pessoas; Do Verruga/Manguetá com 60 pessoas, Do Amondawa, com 60 pessoas, e de Iguaçara com aproximadamente 50 pessoas. Ao total foram 260 pessoas contatadas. Consta no relato da época, a existência de várias aldeias ainda sem contato, onde se calculava aproximadamente de 1.000 a 1.200 índios isolados na Terra Indígena.*” ( Kanindé, 2002: 10).

Os Postos Indígenas de Atração da Funai começaram a prestar assistência aos índios a partir de 1981, datando desta época o início da fixação das aldeias junto aos Postos Indígenas. Na atualidade existem sete aldeias na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, sendo cinco (5) Jupau, uma (1) Amondawa e uma (1) Oroim. No limite norte e leste encontram-se as aldeias Jamari, Alto Jamari, Alto Jaru, linha 623 e Trincheira – grupos Japau e Amondawa - em área coincidente com os Postos Indígenas e de Vigilância da FUNAI.

O levantamento populacional realizado pela Kanindé, em 2002, apontou uma população de 168 pessoa, com maior crescimento dos Amondawa nos últimos anos do que dos Jupau. A possível explicação é o maior tempo de contato e melhores condições alimentares dos Amondawa em contraposição ao maior impacto do contato, marcado por conflitos, doenças entre os Jupau. “*Individualmente, o povo Amondawa destaca-se entre as etnias inseridas na Terra Indígena, com o maior crescimento populacional, somando 83 pessoas, ou seja, 50% do total da população. (...)As Aldeias Jupau (Alto Jamari, Jamari, 623 e Alto Jaru) tem um contingente populacional de 85 pessoas, das*

quais: 01 não-índia casada com índio Jupau, 01 da etnia Arara casada com Amondawa, 03 índias Juma casadas com Jupau e 01 índio Juma”(Kanindé, Diagnóstico Etno Ambiental Uru-Eu –Wau-Wau, 2002.)

População Jupau e Amondawa por Aldeia (dados Kanindé – 2002)

Aldeia Alto Jamari	28
Aldeia Jamari	11
Aldeia linha 623	23
Aldeia Alto Jaru	23
Aldeia Trincheira - Amondawa	83
total	168

Os dados da FUNAI apontam para uma população atual de 257 pessoas – somente sete (7) a mais do que à época do contato, assim distribuídas:

Posto Indígena	Grupo Indígena	Pop.	Município
Trincheira	Amondawa	82	Mirante da Serra
Alto Jamari	Jupau	41	Campo Novo de Rondônia
Jamari	Jupau	11	Ariquemes
Alto Jarú	Jupau	25	Jaru
Linha 623	Jupau	29	Jaru
São Luiz	Oroin	65	Guajará Mirim
Limão	Jupau	04	Guajará Mirim
TOTAL		257	

Constatamos diferenças significativas entre os dados apresentados pela Kanindé (2002) e a FUNAI (2004), onde se constata, no último, um decréscimo da população Amondawa e, aumento em todas as aldeias Jupau. No entanto, como não foi realizado por nossa equipe levantamento de campo nesta terra indígena, nos restringimos a apresentar os dados populacionais, alertando que no diagnóstico realizado pela Kanindé não foram incluídos os Oroin da aldeia São Luiz e os Jupau da aldeia Limão, criada recentemente, o que não explica esta discrepância.

## Grupos Isolados

Há ainda no interior da terra indígena demarcada, no mínimo cinco grupos isolados, sendo que dois identificados como Kawahib. Não é, no entanto, possível precisar o número de pessoas em cada um dos grupos. Em 1989, a antropóloga Maria Lúcia Cardoso da Universidade de Rondônia em parecer antropológico colocava sobre os isolados: *“Além dos seis sub-grupos conhecidos, sabe-se da existência de pelo menos um, próximo aos limites sudeste da área. A FUNAI tentou contata-los uma vez e não retornou mais. Os Uru-Eu-Wau-Wau, no entanto, falam muito de um outro grupo, que não possui o mesmo idioma nem os mesmos hábitos que eles. (...) Dizem que são muitos, em torno de 200 pessoas. São difíceis de localizar porque não possuem malocas, apenas tapiris, que são muitos. Indicam duas diferentes localizações para este grupo: na região noroeste da área, próximo ao rio Pacaas Novos, e, à sudoeste, nas proximidades do rio Cautário e Cautarinho.”* A localização destes grupos é reafirmada pela Kanindé, em 2002: *“além das etnias acima identificadas, há presença de índios isolados como os Parikuara e os Jurureís (Tupi Kawahib), além de duas etnias desconhecidas, sendo uma no Sudoeste, no médio rio Cautário e a outra no centro da T.I., no rio Água Branca (afluente do rio Pacaá Novos)”*<sup>12</sup>.

### 4.4 Situação Atual da Terra Indígena.

Data de 1942 as primeiras iniciativas do extinto Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em contatar estes grupos e demarcar parte de suas terras, sem resultados efetivos.

Em 1945, Benjamim Rondon demarcou parte da área onde hoje se encontra o Posto Indígena Comandante Ari e, o SPI, em 1946, informava ao Governador do Território sobre a ocupação indígena em toda Bacia dos rios Jamari e Floresta até a Serra dos Pacaa-Novos, recebendo documento com despacho favorável à demarcação da área em acordo com o artigo 216 da Constituição Federal em 26/11/46.

Não temos notícia nos anos cinquenta sobre iniciativas do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em demarcar a área e, na metade dos anos sessenta, com a abertura da BR 364, ressurgiram os conflitos com invasões de garimpeiros e de mineradoras na região dos rio Jamari, Cautário e Paccá-Novos e na Serra dos Uaupianes.

---

<sup>12</sup> Grifo nosso.

Em 1964, foi interditado, após massacre de uma aldeia Oroin, pelo seringalista Manoel Lucindo do Seringal São Luiz uma área no limite sudoeste do território dos Uru-Eu-Wau-Wau e, em 1966, novo requerimento foi feito ao Governador do Território de Rondônia para criação de uma reserva para abrigar os índios arredios que vinham atacando nos rios nos rios Muqui, Cautário, São Miguel, Ouro Preto, Pacaas-Nova, Jamari e Floresta. A área proposta tinha como limites: a região formadora do igarapé Floresta (requerida em 1946); o divisor de águas do Jamari/Candeias/Serra dos Pacaas-Novas (Norte); divisor de águas do rio Sotério /serra dos Pacaas-Novas (Oeste); rio Cautário, a partir de sua foz numa linha perpendicular ao eixo do rio no sentido NNO-SSE até encontrar o divisor de águas do São Miguel, direção SSE, atingindo nesse ponto um braço direito do São Miguel, nas nascentes deste braço (Sul). Neste mesmo, teve início a atração dos índios e, novamente, requerida a interdição de área no igarapé Floresta.

Nos anos setenta, os conflitos recrudesceram na região com o assentamento de colonos pelo INCRA nas terras tradicionalmente ocupadas pelos Uru-Eu-Wau-Wau. Os sertanistas da FUNAI retomaram, então, o processo de atração e solicitaram, mais uma vez, a interdição de uma área onde havia informações sobre a presença indígena e, os conflitos com os colonos eram constantes.

Em 1978 foi declarada pela Portaria nº 508/N de 26/06/78, da FUNAI, como de ocupação dos índios Uru-Eu-Wau-Wau e Urupá-In uma área de aproximadamente 878.000 ha, conforme proposta dos sertanistas. Em 1979 foi criado pelo Decreto nº 84.019 de 21/09/79 o Parque Nacional dos Pacaá-Novos sob jurisdição do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), cuja superfície aproximada de 764.801 ha era incidente na recém criada área indígena Uru-Eu-Wau-Wau.

Após várias mortes na região do rio Floresta, onde o INCRA começava a implantar o Projeto de Assentamento Burareiro, o responsável pela Regional da FUNAI em Porto Velho (8º DR) solicitou à Presidência da FUNAI, um acréscimo a área declarada pela Portaria nº 508/N/78, na região dos rios Jamari e Floresta, local onde os índios vinham sistematicamente atacando colonos assentados pelo INCRA, o que não se concretizou. Ainda em 1980, foram realizados os primeiros contatos com os Uru-Eu-Wau-Wau, consolidados na metade dos anos oitenta.

Em 1984, pela Portaria nº 1.767/E de 24 de setembro, a área foi identificada com superfície de 1.888.000 ha, ajustada a 1.832.300 ha, devido a construção da BR 429 pelo DER e a ocupação de parte do limite sul da área por 350 famílias de colonos. A

proposta foi encaminhada pela FUNAI, pelo Memo nº 10/Coord-GT/85 de 7/02/85, aos membros do GT- Decreto 88118/83 que, após análise, aprovaram a proposta apresentada através do Parecer nº 43/85, de 11/06/85. Declarada como de ocupação indígena pelo Decreto nº 91.416 de 9/07/85, da Presidência da República, a terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau foi administrativamente demarcada em 1986 com superfície de 1.867.117 ha e perímetro de 865 km.

A demarcação da área foi contestada pelo Governo do Estado de Rondônia e pelo INCRA o que levou a FUNAI a criar em 1988 um Grupo de Trabalho Especial FUNAI/MIRAD/Governo de Rondônia - Portaria PP nº 630/88 de 8/06/88 - para propor medidas a serem adotadas para a solução permanente dos conflitos existentes. O Grupo de Trabalho propôs a redução da área a 1.648.657 ha, contra a posição da antropóloga indicada pelo Governo de Rondônia, que se posicionou em relatório pela manutenção dos limites demarcados.

Em 30/01/90, através do Decreto nº 98.894 o Sr. Presidente da República revogou o Decreto nº 91.416 de 9/07/85 e determinou o reestudo da área. No mesmo ano, através da Portaria PP nº 127 de 14/02/90 a FUNAI interditou a área suprimindo dos limites demarcados 218.460 ha, conforme proposta do GT de 1988. A Ação Declaratória de Reconhecimento de Direito e Nulidade de Ato Jurídico contra a União Federal e a FUNAI impetrada pelo Ministério Público Federal levou a Procuradoria Jurídica da FUNAI, pelo Despacho nº 20/PJ/90 a se posicionar de forma contrária ao reestudo da área e, em 4 de abril de 1990 pela Portaria nº 319 a Presidência da FUNAI interditou a área em acordo com os limites anteriormente demarcados.

A Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau teve seus limites homologados pelo Decreto nº 275 de 29 de outubro de 1991 da Presidência da República com superfície de 1.867.117 ha e perímetro de 865 km, em acordo com a demarcação efetuada em 1986, e encontra-se registrada nos Cartórios de Registros de Imóveis e no Serviço do Patrimônio da União.

#### Parque Nacional dos Pacaá Novos

O Parque Nacional dos Pacaá-Novos foi criado pelo Decreto nº 84.019 de 21/09/79 com superfície aproximada de 764.801 ha, em sua maior parte, incidente nos limites declarados pela Portaria nº 508/N da FUNAI, de 26/06/78 como de ocupação do grupo indígena Uru-Eu-Wau-Wau. O Decreto de criação do Parque não cita os índios, embora as aldeias centrais dos Uru-Eu-Wau-Wau estivessem nos limites decretados do

PARNA e fossem inúmeros os documentos oficiais que indicassem a presença indígena na região.

Em 1985, o Decreto Presidencial nº 91.416 de 9/01 declara de ocupação indígena a área de 1.832.300 ha identificada em 1984 e que englobava os limites do PARNA. A partir de então teria uma sobreposição total entre a Terra Indígena, sob jurisdição da FUNAI, e o Parque Nacional dos Pacáas Novos, sob jurisdição do IBDF, atual IBAMA. A situação legal entre as duas áreas protegidas, à época, era sem precedente, uma vez que o Decreto de criação da Terra Indígena, mantinha os limites do Parque e determinava que a FUNAI e IBDF mantivessem um Convênio para preservação dos limites, o que não foi aceito pelo IBDF que exigia a exclusão dos limites do Parque Nacional da Terra Indígena, mesmo tendo conhecimento de inúmeras aldeias, inclusive de índios isolados, no seu perímetro.

O convênio entre o IBAMA e FUNAI para proteção da área nunca foi assinado e a situação de área sobreposta é sempre um complicador para os povos indígenas, pois há uma tendência no órgão ambiental de tentar restringir os direitos indígenas nesses limites. A Kanindé vem realizando, em conjunto com os índios, a fiscalização dos limites da terra indígena/Parque Nacional em projetos apoiados pelo IBAMA e o MMA. A solução no entanto ainda inexistente. De acordo com os técnicos daquela ONG, e cujo parecer encontra-se consignado no Diagnóstico Etno Ambiental elaborado em 2002, reconhece-se que, muito embora a sobreposição possa ameaçar o direito de posse e usufruto dos índios sobre o seu território, é importante um trabalho conjunto na área (gestão compartilhada), considerando a violência e a pressão externa e as constantes invasões que têm posto em risco a vida dos índios isolados e a preservação daquela área e de sua biodiversidade.

De acordo ainda com a Kanindé, o maior problema da área é o conflito de interesses entre os órgãos públicos. *“O grande problema é que nem sempre os interesses do IBAMA coincidem com os do povo indígena. O IBAMA prende-se a burocracia em relação à proteção a biodiversidade da terra indígena, alegando que esta deve ser feita pela FUNAI, esquecendo que o seu papel é a proteção dos recursos naturais não importando se estão em terras públicas ou privadas. (...)Portanto, é importante um acordo entre os órgãos, havendo antes uma consulta prévia ao povo indígena, garantindo-se seus direitos ao usufruto de suas terras. (...)Neste sentido, cabe a FUNAI o primeiro passo, e após consulta aos índios, propor realizar um gestão compartilhada com o IBAMA.. (...)A gestão não poderá prejudicar os interesses dos*

*indígenas em utilizar os recursos naturais de suas terras.* A proposta da Kanindé para uma gestão compartilhada é similar em seus princípios a que foi levada pela FUNAI ao IBDF no início de 1985, logo após a identificação da terra indígena. À época já se cogitava na realização de um trabalho conjunto entre os órgãos para garantir a integridade do território e a vida dos povos indígenas, tendo em vista a vulnerabilidade da área frente à pressão externa.

Na década de 1980 foi criada a sede do Parque nas margens do rio Urupá (limite leste), devido as alagações esta foi abandonada e na atualidade a sede administrativa do Parque se encontra na cidade de Campo Novo. (Kanindé, op cit. 2002).

A visão das entidades que trabalham na área indígena é de que o PARNA é importante para a garantia da biodiversidade e das bacias hidrográficas, mas que há necessidade do órgão ambiental reconhecer e considerar a presença indígena e integrar com os índios e o órgão indigenista para realização de qualquer atividade na região, o que não vem acontecendo. *“Para a Kanindé, é necessário que seja imediatamente implantada ações onde a FUNAI, o IBAMA, a Associação Indígena Japau e ONGs possam compartilhar responsabilidades assegurando maior proteção da terra indígena e uma maior qualidade de vida aos povos que nela habitam, portanto, acredita ser fundamental a elaboração e implantação do Plano de Gestão Ambiental da Terra Indígena.”*(Kanindé:2002:455).

#### 4.5 Subsistência e Renda<sup>13</sup>

A terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau tem ainda um grande estoque de animais, com riqueza de fauna e da flora. Os grupos *Jupau* e *Amondawa* têm na caça, pesca e coleta de frutos a principal forma de subsistência, sendo a carne a principal fonte protéica dos grupos. A caçada é uma atividade masculina e, e nela são empregadas várias técnicas (individuais e em grupo). Os animais ainda podem ser encontrados nas proximidades da aldeia – 3 a 5 km – em trilhas e barreiros, além de nas florestas e campos no interior da área. Embora na maior parte das vezes a caçada seja realizada com cartucho, ainda é utilizado o arco e flecha, principalmente pelos mais idosos. As flechas de ponta de taquara são utilizadas para caça de animal de grande porte e as de osso de onça para aves. Há restrições alimentares, o que impede os índios de comerem alguns animais, entre eles, o macaco.

---

<sup>13</sup> Os dados foram em sua totalidade foram extraídos do Diagnóstico Etnoambiental elaborado pela Kanindé.

A pesca é uma atividade realizada por homens e mulheres e, nela, são utilizados a flecha, arpão, timbó e rede. Na região há uma grande variedade de peixes, mas como com a caça há algumas restrições alimentares que impede o consumo de algumas espécies. A coleta de frutos complementa a alimentação, sendo realizada durante todo o ano.

Cultivam a mandioca, a macaxeira, o milho – tinham grande variedade de milho mole – o cará, a batata doce e o algodão. Fazem farinha de mandioca e vendem o excedente. O Posto introduziu as roças de café, cacau, arroz e feijão, porém os índios estão aos poucos abandonando estes cultivos pelas dificuldades em colocar seus produtos no mercado – há dificuldades de transporte e a produção não é alta. Assim, as principais fontes de ingressos monetários na área são o artesanato, as aposentadorias do INSS e os salários dos agentes de saúde.

#### 4.6 Assistência<sup>14</sup>

A assistência aos Uru-Eu-Wau-Wau (Jupau) e Amondawa é realizada pela Funai, através dos Postos Indígenas e de Vigilância, sob jurisdição da Administração de Porto Velho e por organizações não governamentais e entidades religiosas.

Ao norte/nordeste da terra indígena há cinco (5) Postos Indígenas junto às aldeias – Alto Jamari, Jamari, Alto Jaru, linha 623 e Trincheira (Amondawa). A infraestrutura dos Postos é similar, sendo que o melhor equipado é o Alto Jamari que possui um veículo para fiscalização e transporte de mercadorias. Nem todos os Postos, principalmente os de Vigilância, tem Portaria de criação, embora neles estejam lotados funcionários (Chefe de Postos) designados pela FUNAI.

Além da Funai, atuam na terra indígena as seguintes entidades: Conselho Indigenista Missionário (CIMI) – entidade apoiada pela Igreja Católica, que iniciou seus trabalhos junto aos Amondawa em 1990 e a partir de 1994 iniciou contato com os Oro In (limite sul da TI); os trabalhos do CIMI estão voltados a educação e a luta para manutenção da integridade da terra indígena; JOCUM – Jovens com uma Missão – entidade evangélica apoiada pela Missão Novas Tribos do Brasil, está trabalhando na área desde 1997 e tem como base a aldeia da linha 623; esta entidade desenvolve atividades na área de educação e saúde e auxilia os índios no transporte de mercadorias;

---

<sup>14</sup> Idem ao item anterior.

KANINDÉ – organização não governamental – que atua na terra indígena desde a sua fundação em 1992, em especial, junto aos Jupaú, dando assessoria aos índios e apoiando as atividades de fiscalização em parceria com a FUNAI e IBAMA. Esta organização tem desenvolvido ações de proteção ambiental, levantamento de índios isolados, estudos e diagnósticos em parceria com outras ONGs e MMA; CUNPIR – organização indígena criada em 1994 pelas comunidades indígenas de Rondônia, Mato Grosso e Amazonas – assumiu convênio com a FUNASA para viabilizar as ações de saúde no Distrito Sanitário de Porto Velho e desenvolveu ações de saúde junto Jupau, Amondowa e Oro In até o ano passado, quando a FUNASA suspendeu o convênio com a entidade. A CUNPIR recebe também apoio da WWF para garantir a mobilização junto às comunidades e para vigilância da terra indígena, ações que desenvolve em parceria com a Kanindé e a Associação Jupau.

#### *Saúde*

De acordo com os dados levantados pela Kanindé em 2002, há sérios problemas de saúde entre os grupos Japau e Amondowa, que podem ser traduzidas como doenças endêmicas, como a malária, as pós contato, como tuberculose e as mais recentes, que surgem pelo sedentarismo, falta de saneamento básico nas aldeias, poluição dos rios próximos aos projetos de colonização e, outras, que incluem as doenças sexualmente transmissíveis (DST). Na aldeia do alto Jaru há problemas relacionados a desnutrição infantil. O CIMI vinha prestando assistência, produzindo alimentos multimistura (babaçu e amido de milho) e fornecendo remédios, o que foi proibido pela FUNASA.

Em todas as aldeias há Agentes Indígenas de Saúde (AIS) contratados pela FUNASA. No entanto, como em sua maioria eles não estão alfabetizados, e estão ainda em formação, há uma grande dificuldade no acompanhamento dos pacientes e administração de medicamentos, o que diminui a eficiência dos serviços e leva a descontinuidade dos trabalhos desenvolvidos junto às aldeias.

#### *Educação*

Os trabalhos educacionais junto aos Uru-Eu-Wau-Wau são incipientes e há poucos indígenas alfabetizados. A JOCUM elaborou com apoio das Novas Tribos do Brasil uma cartilha na língua para introdução do ensino bilíngüe. Os missionários também estão traduzindo a Bíblia, e fazendo o proselitismo religioso, adotando a mesma política encontrada em outras terras e aldeias indígenas, em especial, junto aos

Wari,. Os missionários, segundo informações, não têm autorização da FUNAI para desenvolvimento dos trabalhos junto aos índios.

#### 4.7 Relação com os Recursos Naturais.

Em relatório datado de 1989, a antropóloga Maria Lúcia Cardoso da Universidade de Rondônia colocava que os Uru-Eu-Wau-Wau eram profundos conhecedores do seu território, que percorriam sistematicamente, e, nele, distinguiam pelo menos oito tipos diferentes de ambiente – floresta fechada, floresta fraca, cerrado (matas próximas aos campos), palhal (floresta com grande concentração de palmeiras), campo, serra com mata, serra com rocha e lajeiros de pedra; e diversos tipos de rios por suas características – com muita pedra, pequeno, grande. O ambiente estava diretamente ligado a economia dos grupos e parte importante nos seus deslocamentos e inter-relações. Os Uru-Eu –Wau-Wau mantinham tapiris em toda a extensão de seu território e as aldeias – malocas – eram pontos de referência e para onde convergia a vida social. Em torno delas é que eram feitos os pequenos roçados. Esta situação mudou com o sedentarismo do grupo e a construção de aldeias junto, ou próximas, aos Postos da FUNAI. Os deslocamentos ainda são realizados para a caça de animais de grande porte, pesca e coleta de frutos e palhas e, principalmente nas incursões de fiscalização da terra indígena, já que é grande a vulnerabilidade da área frente as invasões. Nos anos oitenta a terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau foi alvo dos contratos com madeireiros apoiados pela FUNAI. Hoje não há notícias de acordos entre índios e madeireiros, sendo insípida a relação entre os grupos Amondawa e Jupau e os colonos e madeireiros. De acordo com as informações levantadas pela Kanindé, os Uru-Eu-Wau-Wau desenvolveram um certo receio em aprofundar essas relações.

#### 4.8 Situação Fundiária e Pressão Antrópica<sup>15</sup>

##### O Entorno da Terra Indígena Uru- Eu-Wau-Wau

Os limites norte, nordeste e noroeste da terra indígena estão inclusos nos Municípios de Monte Negro; Cacaulândia; Governador Jorge Teixeira e Campo Novo de Rondônia. Os municípios de Monte Negro e Campo Novo de Rondônia são aqueles

---

<sup>15</sup> Os dados apresentados foram levantados pela equipe de consultores no período de agosto e setembro de 04, junto aos órgãos públicos e organizações indigenistas e ambientais e foram complementados por dados documentais .

que exercem maior pressão sobre a terra indígena. No primeiro (Monte Negro) se localiza o Projeto Burareiro, parte dele incidente na terra indígena, e onde a FUNAI não conseguiu realizar a regularização fundiária, por pendências judiciais com o INCRA. O município com área de 1.407,70 km<sup>2</sup> e população estimada para 2003 de 14.400 habitantes, sendo a rural superior a urbana, tem como principais atividades econômicas a pecuária e a indústria madeireira.

O segundo município (Campo Novo), tem uma área de 3.442 km<sup>2</sup> e, em conjunto com Buritis, Nova Mamoré, Candeias do Jamari, Cujubim e Itapuã do Oeste, compõe a microrregião I de Porto Velho. Tem, igualmente, uma população rural maior do que a urbana, com uma taxa de crescimento populacional, segundo dados do IBGE, de 16,18%. Como Monte Negro, Campo Novo de Rondônia tem como principal atividade econômica a madeireira e a pecuária.

Segundo os dados coletados por nossa equipe junto a CEPLAC, entre Monte Negro e Buritis todas as áreas são tituladas, com três projetos de assentamento. No entanto, no miolo do município, de ambos os lados da BR 421, as propriedades não estão regularizadas, e, a maior parte só detém declaração de posse e contrato de compra e venda. As invasões na terra indígena e do Parque Nacional dos Pacáa Novos<sup>16</sup> a partir da sede daquele município é grande e, segundo informações do coordenador do PARNA, estas chegam as cabeceiras do rio Jaci-Paraná,. No início de 2004 foi realizada uma operação conjunta IBAMA-FUNAI de fiscalização, redundando na apreensão dos maquinários pertencentes a políticos locais e que vinham sendo utilizados para explorar madeira no interior do território indígena.

De acordo com os dados levantados pela Kanindé em 2002, *“as áreas de entorno imediato às aldeias perfazem um total aproximado de 2.023,355 ha, com 63,46% antropizadas, sendo que em várias propriedades o índice atinge 100%. Quanto à possibilidade da expansão de áreas desmatadas, há forte tendência inicialmente com agricultura e em seguida substituída pela pecuária. Todavia, devido às imposições das leis sobre desmatamento a possibilidade torna-se reduzida, implicando por sua vez o deslocamento da população para outras áreas pioneiras ou, então, ocupando ilegalmente a Terra Indígena e o PARNA dos Pacaás Novos.”* (Kanindé, op cit: 337). Para efeito de análise da pesquisa, a instituição dividiu a terra Uru-Eu-Wau-Wau em zonas e demonstrou que são os limites norte da área (interior e entorno) e

---

<sup>16</sup> O Parque Nacional dos Pacáa Novos é, em sua totalidade, sobreposto a Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau.

nordeste/sudeste (eixo da Br-364) os mais antropizados. A maior parte das terras no entorno não se encontra regularizada e foi adquirida por compra/troca de antigos ocupantes. *“Conforme ficou evidenciado, mesmo proprietários com mais de 15 anos não tem suas terras regularizadas. Destes, 24% possuem recibo de compra e venda, 36% tem título definitivo registrado, 11% tem título definitivo sem registro, 7% tem escritura pública, 2% tem escritura particular, 18% tem autorização de ocupação e 2% tem licença de ocupação.”* (Kanindé: 333).

Há uma grande fragilidade e vulnerabilidade da terra indígena frente às pressões e invasões territoriais, principalmente, por não existir por parte dos órgãos públicos – FUNAI e IBAMA – um programa de fiscalização conjunto para controle e monitoramento da área. A terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau e o Parque Nacional dos Pacáa Novos são de extrema importância ambiental por abrigar as cabeceiras dos principais rios formadores das três grandes bacias hidrográficas de Rondônia.

*“Com relação à rede de drenagem, concentram-se na área as nascentes dos principais rios formadores dessas três grandes bacias hidrográficas da região. Da bacia do Guaporé estão as nascentes dos rios São Miguel, São Domingos e Cautário, este com diversos afluentes. O rio Pacaa Novos é um dos principais formadores do Mamoré pela margem direita, que possui além de suas nascentes na área, as nascentes do rio Ouro Preto, seu maior afluente. Da bacia do Madeira estão as cabeceiras dos rios Jaci-Paraná, Candeias e Jamari, além das nascentes de três afluentes do rio Jaci Paraná – Jarú, Urupá e Muqui – um de seus principais formadores na região.”* (Cardoso, Maria Lúcia: 1988).

Os dados coletados nos municípios de Monte Negro e Campo Novo de Rondônia apontam para uma maior pressão antrópica nas bacias dos rios Floresta, Táxi, Jamari e Jaci Paraná, com invasões sistemáticas, sendo que uma delas, na localidade de Terra Roxa, próxima a Campo Novo, é histórica. As imagens de 2002 do Estado de Rondônia – mapa elaborado pela SEDAM – demonstram que a região a nordeste/sudeste da terra indígena, municípios de Jorge Teixeira e Cacaupê, Alvorada do Oeste/Mirante da Serra e São Miguel do Guaporé – eixo entre a terra indígena e a BR 364 – é o de maior nível de antropismo, não tendo sido respeitados o

percentual de Reserva Legal nos projetos de colonização e nas empresas agropecuárias. De acordo com o diagnóstico elaborado pela Kanindé, esta área é formada de pequenas e médias propriedades e em muitos casos o índice de desmatamento não só ultrapassa o limite legal como perfaz a totalidade da área dos lotes.



Mapa da TI Uru-Eu-Wau-Wau na visão indígena – autoria de Djurip Jupaú Uru-Eu-Wau-Wau

### O INCRA e o Projeto Burareiro.

Criado oficialmente em 1974, o Projeto de Assentamento Dirigido Burareiro (antigos seringais Santa Cruz e Canaã) começou a ser implantado em 1975 e, somente, em 1979, foram os primeiros colonos assentados na região inclusa na Terra Indígena. No mesmo ano os índios realizaram um ataque ferindo e matando vários colonos – constam dos arquivos do INCRA por volta de dezoito mortes no período de 1979 a 1984 no Burareiro. A FUNAI imediatamente encaminhou ao INCRA e ao Governo de Rondônia uma série de correspondências comunicando, que parte da gleba estava inclusa em área de índios sem contato e solicitou a paralisação dos assentamentos, uma vez que os colonos corriam risco de morte. Apesar do alerta, o INCRA continuou emitindo títulos definitivos, criando uma situação de fato, para atender políticos de Ariquemes, embora os colonos não ocupassem esses lotes por receio dos ataques indígenas.

Em 1984, durante o processo de identificação da terra indígena para demarcação, que contou com a participação do INCRA, foi incluso na proposta apresentada por volta de 10% dos lotes do Projeto Burareiro, local de ocupação tradicional indígena e imprescindível a vida e cultura do grupo denominado Uru-Eu-Wau-Wau. À época, dos 122 títulos emitidos pelo INCRA, em apenas quatro lotes foram constatadas ocupações.

Em 1985, a terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau foi declarada como de ocupação indígena pelo Decreto nº 91.416 de 9/07/85. Neste mesmo ano, a presidência da FUNAI encaminhou ao INCRA correspondência com objetivo de que fossem promovidos estudos visando o reassentamento dos ocupantes não índios que se encontravam nos limites compreendidos pelo Decreto. Após quase 20 anos, a questão dos ocupantes não índios do Projeto Burareiro continua sem solução, apesar da terra indígena ter sido homologada desde 1991 e ter tido seus limites registrados no SPU –Serviço do Patrimônio da União.

Em 1994, após dez anos da apresentação da proposta de demarcação, a FUNAI entrou na Justiça Federal com Ação de Desconstituição de Validade dos Títulos Outorgados pelo INCRA. Em 1996 o parecer da Justiça foi desfavorável aos Índios, interpretando o poder judiciário que a FUNAI teria que entrar com a Ação contra os 122 proprietários detentores de título definitivo. Como a maior parte dos lotes já foi vendido, o fato praticamente inviabilizou uma nova Ação pela FUNAI e a decisão vem sendo usada de forma distorcida por políticos e empresários de Ariquemes e de Monte Negro, que alegam que a área foi liberada para a colonização. (Kanindé, *op. cit.*: 374)

Em 1995, o Governo do Estado de Rondônia, através da Secretaria de Planejamento do Estado, em reunião interinstitucional com FUNAI e INCRA, propôs a redução de 39.000ha do limite sul da terra indígena Karipuna, então invadida. No local permaneceriam os invasores de Karipuna e, no remanescente seriam reassentados os ocupantes do Burareiro e quarenta invasores da terra indígena Mequéns. A FUNAI cumpriu o proposto, mas o INCRA e o Estado não retiraram os invasores das terras indígenas Uru-Eu-Wau-Wau e Mequéns.

Em 2001, segundo dados da Kanindé, foi realizada uma operação para extrusão dos invasores do limite norte da TI Uru-Eu-Wau-Wau, em ação conjunta FUNAI, MP, Polícia Federal, e apoio da Associação Indígena Jupaú e Kanindé. Os invasores foram conduzidos para a Penitenciária Central em Porto Velho, e os representantes de duas de suas Associações indiciados em processos judiciais. Não fica claro no entanto se esses

invasores são os do Projeto Burareiro, e como ficou posteriormente a situação, já que pelos dados levantados por nossa equipe, os invasores continuam na TI, sem uma solução para a questão.

#### As Rodovias – BR 421 e BR 429.

As pressões sobre os índios Uru-Eu-Wau-Wau intensificaram-se a partir dos anos sessenta com a abertura da BR 364 (BR 29) e a valorização das terras limítrofes ao traçado da rodovia. A partir de então várias são as estradas vicinais abertas e aquelas subsidiadas por madeireiros e mineradores (estradas endógenas) que sem qualquer planejamento oficial atravessam terras indígenas e unidades de conservação.

*“Não se pode olvidar, como se verifica, que conquanto a conversão das terras florestais dessas áreas do entorno das unidades de conservação, reconhecidamente, não eram – como não são - recomendáveis sob o prisma socioeconômico-ecológico, pequenos empreendimentos, na maioria das vezes para garantir a própria subsistência, também foram sendo instalados pelo aproveitamento da expansão das estradas. As referidas estradas, cabe repisar, foram iniciadas pelos grandes empreendimentos de exploração de madeira e minério, que mais estruturados e mais capitalizados, construíram os primeiros acessos às regiões mais protegidas e de grande potencial de recursos naturais. Em conseqüência, novas e pequenas estradas, portanto, foram se multiplicando para dar acesso à ocupação de outras fronteiras, proporcionando mais invasões para atender a demanda de posses por terras, mesmo a despeito da inexistência de eventual projeto de assentamento ou de regularização fundiária pelo INCRA.” (Mônico, Miguel:2004).*

A BR 421, que se encontra ao norte das terras Uru-Eu-Wau-Wau, e fará a ligação entre Ariquemes e Guajará Mirim, começou a ser aberta na década de setenta por mineradores e madeireiros, atravessando o território ocupado por aquele grupo indígena e sendo palco permanente de conflitos. Em 1978, ela foi interditada pelo sertanista Apoená Meireles pelo acirramento e mortes entre os índios que se encontravam em suas imediações. Após o contato, no início dos anos oitenta, as madeiras deram continuidade a sua abertura sem qualquer programação do DER-RO.

Como o INCRA, o departamento de Estrada apenas regulariza as estradas abertas e, posteriormente, a partir de interesses políticos, programa os recursos para a sua pavimentação.

A estrada encontra-se praticamente concluída, faltando 36 Km para ligar com a linha D, e, atualmente, se constitui como rodovia federal. O seu traçado, além da proximidade das terras Uru-Eu-Wau-Wau e Karipuna, corta o território de índios isolados e unidades de conservação. As informações levantadas por nossa equipe junto ao DER-RO são de que não há qualquer programação do Departamento para asfaltamento da rodovia, o que contradiz os dados coletados na Prefeitura de Campo Novo de Rondônia que apontam para o seu asfaltamento.

O Departamento Estadual de Viação e Obras Públicas (DEVOP-DER) está finalizando um Termo de Referência para realização de um Estudo de Impacto Ambiental na área de influência direta e indireta da rodovia, já que, um EIA anterior para o trecho de Ariquemes a Nova Mamoré foi duramente criticado pelas ONG's ambientalistas e indigenistas por não ter contemplado estudos de alternativas de trajeto e por atravessar unidades de conservação e território de índios isolados entre os igarapés Oriente e Vertente. De acordo com técnico do DEVOP o traçado da estrada deverá ser alterado a partir do rio Capivari para não cortar o Parque Estadual de Guajará Mirim. Concretamente a BR 421 está concluída e é transitável no período de seca até a cidade de Guajará Mirim.

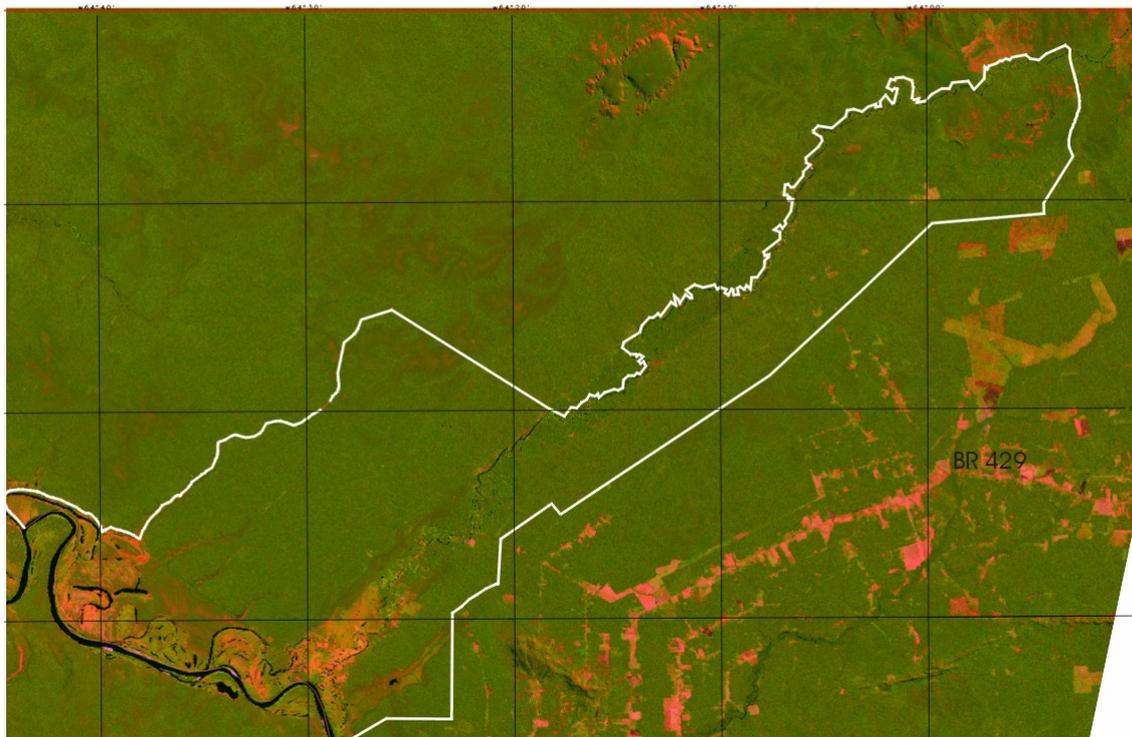
Todas as terras indígenas e unidades de conservação próximas a rodovias e/ou cortadas por seu traçado original são extremamente vulneráveis e a construção das UHE's do Madeira (Santo Antônio e Jirau) irá potencializar os impactos sobre estas unidades de conservação e, em especial, sobre as Terras Indígenas Uru-Eu-Wau-Wau, Karipuna e Lage. Com a construção das hidrelétricas haverá nova valorização das terras limítrofes e maior pressão de políticos de Rondônia - alguns tem adquirido novas propriedades nas adjacências da BR 421 sendo grande o movimento de máquinas para a manutenção da rodovia – e de empresários, madeireiros, agropecuaristas, mineradores e colonos para o asfaltamento desta rodovia. O núcleo de Jacinópolis, próximo a BR 421 já foi beneficiado com a Lei Complementar nº 308/04, passando de zona 2 a Zona 1, o que levará a um aumento populacional, maior invasão das terras públicas e desmatamento das áreas florestadas.

Não podemos deixar de mencionar a rodovia BR-429 pois, embora fora da área de influência dos empreendimentos, a sua pavimentação com certeza aumentará a

pressão sobre a terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau e, em especial, sobre os povos isolados ao sul da terra indígena demarcada. A rodovia que liga Presidente Médici a Costa Marques é rota das madeiras e porta de entrada das invasões no limite sul e sudoeste da área. No início da atração dos Uru-Eu-Wau-Wau, na década de 1980, a BR 429 foi interdita pela equipe da FUNAI na altura do Km 106, com compromisso do Inca de não realizar assentamentos na altura do rio Urupá, o que não foi cumprido.

REGIÃO NORTE DO BRASIL - 1:250000

RESERVA ESTADUAL EXTRATIVISTA DO RIO CAUTÁRIO



A BR 429 e a indução de ocupação

A rodovia foi concluída em 1986 e propiciou a criação dos seguintes municípios: Alvorada do Oeste (1986) e Nova Brasilândia do Oeste (1987) - desmembrados de Presidente Médici; São Miguel do Guaporé (1988), Seringueiras (1992); São Francisco do Guaporé (1995) – desmembrados de Costa Marques. As imagens-satélite mostram o acelerado processo de desmatamento nas adjacências do limite sul da terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau, sendo constante as invasões e retirada clandestina de madeira de seu interior. Nesta região a principal atividade é a madeireira com pressão permanente sobre as terras indígenas e unidades de conservação, que se encontram ao norte e ao sul da rodovia.

## **PARTE 2 – CONCLUSÃO**

### **II.1 Potenciais Interferências**

Dado o quadro geral apresentado neste diagnóstico, pode-se perceber que qualquer empreendimento na região, não importando a sua magnitude, potencializará, de algum modo, os problemas atuais dos Karitiana, Karipuna, Wari' e Uru-Eu-Wau-Wau. Não é demais repetir que obras como as UHEs de Jirau e Santo Antonio, certamente induzirão outros investimentos na região. O que importa na verdade são as oportunidades que serão induzidas e efetivadas pelos empreendimentos – e sabemos o que isso significa, sobretudo numa “fronteira” por consolidar. Não há mão de obra disponível nos municípios de Porto Velho, Jaci-Paraná e Nova Mamoré, devendo o empreendedor importá-la. E com esta população virão as demandas por novos serviços, por mais estradas, mais asfalto e, no vácuo deste progresso, novos aventureiros. Enfim, é toda uma gama de “novas oportunidades” que se antecipam.

A terra indígena Karitiana, localizada a 93 Km de Porto Velho, é a que se encontra mais próxima dos empreendimentos de Jirau e Santo Antônio e, portanto, mais sujeita aos seus impactos. Esta terra indígena, apesar de não ter sido constatada, no momento, qualquer tipo de invasão, em passado recente esteve sujeita a ação de madeireiros, mineradores e garimpeiros. Os riscos de novas invasões não podem ser descartados principalmente se considerarmos a projeção de uma população flutuante de dez mil pessoas a serem absorvidas pelo empreendimento nos próximos quatro anos, e, mais a que deverá migrar em busca de novas oportunidades. No momento dos estudos de viabilidade das UHEs já se constatava um aumento populacional na cidade de Jaci Paraná e uma especulação imobiliária em Porto Velho, com aumento dos preços dos bens e serviços.

As projeções sobre impacto direto da Hidrelétrica de Jirau sobre o distrito de Mutum Paraná e a possibilidade de alagamento de áreas ocupadas, com indenização e reassentamento da população atingida e de desvio da Br-364 poderá acarretar uma maior pressão sobre as áreas florestadas e Unidades de Conservação no entorno das terras indígenas. Os documentos apresentados pelos Ministérios Público Federal e Estadual de Rondônia, no âmbito da Ação Civil Pública de Proteção ao Meio Ambiente contra o INCRA, IBAMA, Estado de Rondônia, Municípios de Porto Velho, Buritis e Nova Mamoré, demonstram que, as invasões, na RESEX do Jaci Paraná e na FLONA

Bom Futuro, assim como, em áreas de florestas nativas, contam com colaboração direta do poder público, não sendo respeitadas inclusive as zonas de amortecimento próximas as citadas unidades e terras indígenas. Saliente-se que nos últimos quatro meses têm dado entrada na FUNAI inúmeras solicitações de “Atestado Administrativo Negativo de Terra Indígena” para Projetos de Planos de Manejo Madeireiro nas regiões de entorno – a menos de 10 Km da TI Karitiana, mais especificamente em seu limite oeste na altura do igarapé Caracol – o que, pela Resolução Conama 013/90 de 6/12/90, necessita de prévio licenciamento do órgão ambiental. Em nossa avaliação preliminar, as interferências que os empreendimentos poderão trazer para os povos e terras indígenas aqui tratadas são os seguintes:

- Incremento significativo de população em Jacy-Paraná, União Bandeirantes, Vila Mutum, Porto Velho e Candeias do Jamari, favorecendo a pesca e a caça ilegais dentro das TIs Karipuna e Karitiana;
- Incremento significativo de população em Jacy-Paraná, União Bandeirantes e Vila Mutum, favorecendo as derrubadas da vegetação nos entornos das TIs Karipuna, Karitiana, Lage e Ribeirão e o esgotamento das madeiras comerciais destas regiões no curto prazo, induzindo a busca destas, por meios ilegais, dentro daquelas TIs;
- Interferências negativas das hidrelétricas sobre a movimentação da avifauna e da ictiofauna dentro das TIs Karipuna, Karitiana, Lage e Ribeirão aumentando os esforços de caça e pesca dos índios;
- Pressão indutora de desmatamentos nas cabeceiras e altos cursos dos rios Fortaleza, Formoso e no alto curso do Jacy-Paraná, em função do incremento populacional no entorno, provocando assoreamento destes rios e a queda da avifauna e da ictiofauna na Terra Indígena Karipuna;
- Incremento significativo de população em Nova Mamoré, Palmeiras e Nova Dimensão favorecendo mais derrubadas da vegetação no entorno da TIs Lage e Ribeirão e o esgotamento das madeiras comerciais destas regiões no curto prazo, induzindo a busca destas, por meios ilegais, dentro daquelas TIs, além de

incrementar as derrubadas nas margens dos rios e córregos que cruzam as TIs Lage e Ribeirão, levando ao assoreamento dos mesmos;

- Aumento do número de empresas ligadas ao setor madeireiro e minerador na região, em função da diminuição do “custo oportunidade” para sua instalação (energia mais barata, mais estradas oficiais e endógenas, hidrovia etc.) e, conseqüentemente, propiciando o incremento do assédio às florestas e jazidas localizadas nas TIs situadas na área de influência dos empreendimentos, e também o aumento da poluição dos igarapés que servem as aldeias, afetando além disso a oferta de pescado nas aldeias.

## II.2 Recomendações

- Que todas as negociações futuras com os índios, se o empreendimento for de fato viabilizado, sejam conduzidas por pessoal absolutamente capacitado para tanto, ficando a critério exclusivo de FURNAS essa indicação, ouvida a FUNAI;
- Que estas negociações sejam feitas em um contexto coletivo, em alguma aldeia e convocados os chefes e lideranças de todas as aldeias das TIs e os representantes legais das associações indígenas às quais aquelas aldeias mantêm vínculo. Deve-se evitar qualquer tipo de negociação individualizada ou pontual e sempre solicitar a presença dos chefes dos postos indígenas da área;
- Se eventualmente houver aporte de recursos (financeiros ou humanos) a projetos ou programas, a título de medida compensatória, preferencialmente tais recursos deverão complementar programa e projetos social e ambientalmente sustentável, em curso ou já discutidos com os índios, com sua execução estabelecida a partir de plano(s) de trabalho que possa(m) ser acompanhado(s) pelas lideranças e representantes da(s) associação(ões) indígenas e funcionário(s) da Funai, este(s) escolhido(s) em comum acordo pelos índios e o empreendedor.
- Que sejam avaliados os possíveis impactos à jusante dos empreendimentos para medir os reflexos sobre a população indígena – considerar as rodovias e

demais empreendimentos (gasoduto Urucu-Porto Velho, hidrovía do Madeira).

- Que sejam efetuadas gestões junto ao Incra e ao Governo do Estado para a regularização fundiária das terras nas regiões circunvizinhas aos empreendimentos, incluindo o sul do Amazonas, como forma de minimizar as pressões e os impactos dos empreendimentos sobre as populações indígenas (TIs) e o meio ambiente (UC e terras públicas florestadas).
- Que sejam efetuadas gestões, junto ao SIPAM, IBAMA e SEDAM, para que seja realizado o monitoramento contínuo das unidades de conservação, visando prevenir o risco de abertura de estradas endógenas por madeireiros no interior dessas unidades e/ou próximas a elas.
- Que sejam efetuadas gestões junto ao IBAMA e SEDAM para que estes órgãos priorizem a elaboração de Planos de Manejo e de Fiscalização das Unidades de Conservação situadas nas regiões limítrofes às terras indígenas aqui consideradas (RESEX do Jacy-Paraná; FLONA Bom Futuro; Parque Estadual do Jacy-Paraná; RESEX do Rio Negro).
- Que sejam efetuadas gestões junto ao INCRA para o reassentamento dos colonos do Projeto Burareiro em ação conjunta com a FUNAI, como forma de diminuir a pressão sobre a Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau que se encontra homologada e registrada.
- Que sejam efetuadas gestões junto a FUNAI para que sejam retomados os estudos para a demarcação da Terra Indígena “Rio Muqui”, limítrofe a terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau, onde foi localizado na década de oitenta um grupo indígena isolado.

### **II.3 Sugestões de Medidas Compensatórias**

#### ***Medidas a serem executadas no PBA***

##### ***Terra Indígena Karipuna***

- Instalar e manter, em convênio com a Funai e a Polícia Florestal do Estado de Rondônia, 06 Postos de Vigilância em pontos estratégicos para a proteção da TI Karipuna: 1) na confluência do Fortaleza com o Jacy-Paraná; 2) na confluência do Formoso com o Jacy-Paraná; 3) nas cabeceiras do Formoso; 4) na linha seca que faz o vértice do limite sul-leste; 5) na linha seca entre os rios Mutum-Paraná

e do Juiz e 6) na linha seca entre o Fortaleza e um igarapé sem nome (vide mapa);

- Dar condições logísticas (meios de comunicação e de locomoção) para que as equipes de vigilância e fiscalização dos PIVs possam coibir as atividades não permitidas em até 10 quilômetros no entorno da TI, fazendo cumprir a Resolução nº 13 do Conama;
- Minimizar os impactos sobre a avifauna e a ictiofauna através de estudos detalhados de inventário destas faunas na TI e os meios para evitar ou minimizar sua movimentação em função dos empreendimentos;
- Propor, apoiar e acompanhar, através de consultoria específica, programas de saúde (em convênio com a Funasa e Funai) para a população Karipuna residente na aldeia Panorama;
- Propor, apoiar e acompanhar, através de consultoria específica, e em convênio com a SEDUC e a Funai, programas específicos de educação formal e de educação para a conservação dos recursos naturais para a população Karipuna residente na aldeia Panorama;
- Propor, apoiar e acompanhar, através de consultoria específica, e em convênio com a Funai, programas de estímulo à fixação dos jovens karipuna na Terra Indígena.

#### ***Terras Indígenas Ribeirão e Lage***

- Instalar e manter, em convênio com a Funai e a Polícia Florestal do Estado de Rondônia, Postos de Vigilância em pontos estratégicos para a proteção das TIs Ribeirão e Lages;
- Dar condições logísticas (meios de comunicação e de locomoção) para que as equipes de vigilância e fiscalização dos PIVs possam coibir as atividades não

permitidas em até 10 quilômetros no entorno da TI, fazendo cumprir a Resolução nº 13 do Conama;

- Minimizar os impactos sobre a avifauna e a ictiofauna através de estudos detalhados de inventário destas faunas nas TIs e os meios para evitar ou minimizar sua movimentação em função dos empreendimentos;
- Propor, apoiar e acompanhar, através de consultoria específica, programas de saúde (em convênio com a Funasa e Funai) para a população Wari' das TIs em pauta;
- Propor, apoiar e acompanhar, através de consultoria específica, e em convênio com a SEDUC e a Funai, programas específicos de educação formal e de educação para a conservação dos recursos naturais para a população Wari' residente nas aldeias das TIs Ribeirão e Lage;
- Propor, apoiar e acompanhar, através de consultoria específica, e em convênio com a Funai, programas de estímulo à fixação dos jovens Wari' nas Terras Indígenas em pauta.

### ***Terra Indígena Karitiana***

- Contratar consultoria específica para realização do diagnóstico ambiental na TI Karitiana – marco zero – com levantamentos específicos sobre a qualidade da água no âmbito da aldeia, estoque de caça e pesca na área demarcada e na reivindicada pelos Karitiana e sobre as conseqüências da construção da hidrelétrica sobre a fauna e a ictiofauna no interior da TI. Os estudos devem ser realizados na fase da licença de instalação e no âmbito do Programa Básico Ambiental (PBA);
- Contratar consultoria específica para elaborar, em conjunto com os Karitiana, um Programa de Monitoramento e Controle da Terra Indígena, envolvendo a FUNAI/SIPAM/Polícia Florestal do Estado, que inclua barreiras fixas e um plano de monitoramento e controle por imagens. Neste Programa deverá ser inserida a área de acréscimo a terra demarcada reivindicada pelos Karitiana;

- Propor, apoiar e acompanhar, através de consultoria específica, programas de saúde (em convênio com a FUNASA e FUNAI) para a população Karitiana;
- Propor, apoiar e acompanhar, através de consultoria específica, e em convênio com a SEDUC e a FUNAI, programas específicos de educação formal e de educação para a conservação dos recursos naturais;
- Propor, apoiar e acompanhar, através de consultoria específica, um estudo e posterior programa para recuperação de áreas degradadas no âmbito da aldeia;
- Propor, apoiar e acompanhar, através de consultoria específica, um estudo que permita aos Karitiana o uso sustentável dos recursos naturais, evitando que o grupo indígena fique a mercê das madeiras e mineradoras e, volte-se a atividades predatórias;
- Acompanhar e apoiar a FUNAI no processo de reconhecimento da terra de ocupação tradicional Karitiana (identificação, demarcação, regularização fundiária) ainda não demarcada. Esta área está sujeita a um maior impacto pela situação fundiária conflituosa do entorno, que deverá ser potencializada pelo empreendimento;
- Apoiar a CGII. – FUNAI para realização de expedições para confirmação da presença de índios isolados no limite sul da terra indígena Karitiana. Os levantamentos de campo deverão ser realizados ainda na fase dos estudos de viabilidade (PBA);
- Apoiar a elaboração de um programa de fiscalização para a área de ocupação dos índios isolados, caso seja confirmada a sua presença pelas expedições de campo.

#### ***Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau***

- Reavivitação dos limites norte e nordeste da terra indígena, uma vez que com o início do empreendimento haverá uma tendência a maior pressão sobre esta terra

indígena com possibilidade de conflitos – limites sujeitos a invasão de madeireiros e colonos;

- Elaboração em conjunto com a Associação Indígena local, ONGs, FUNAI e IBAMA de um plano de fiscalização e monitoramento da terra indígena;
- Contratar consultoria específica para aprofundar o diagnóstico ambiental na terra indígena. Os estudos devem ser realizados ainda na fase de licença prévia no âmbito do Programa Básico Ambiental (PBA);
- Apoiar a CGII.-FUNAI na elaboração de um plano de proteção aos grupos isolados que estão no interior da terra indígena e em áreas limítrofes a nordeste e sudeste da terra indígena próximas aos projetos de colonização.

## **Bibliografia Consultada**

Atlas Geoambiental de Rondônia, SEDAM – 2001

*Costa, Mário Arruda* – Relatório da Primeira Etapa da Expedição Uru-Eu-Wau-Wau, Universidade Católica de Goiás – 1980

*Cardoso, Maria Lúcia de Macedo* – Parecer Antropológico sobre os Limites Territoriais da Área Indígena UruEu-Wau-Wau, Porto Velho – 1989.

*Coy, Martim* – Rondônia: Frente Pioneira e Programa Polonoroeste. O Processo de Diferenciação Sócio Econômica na Periferia e os Limites do Planejamento Público, Tubinger in Geographische Studien n° 95 – 1987.

*Documentos micro-filmados do SPI*, 1945 –1970, Museu do Índio, RJ.

*Diagnóstico Integrado e Projetos Identificados - Subsídios ao Plano de Ordenação do Território- Área de Influência da BR 364 trecho Porto Velho /Rio Branco - IBGE: 1988).*

*Diagnóstico Etnoambiental Uru-Eu-Wau-Wau* – Kanindé, Porto Velho - 2002

*Fontes, Benamour* – Relatórios ao SPI, Museu do Índio (RJ) – 1976/1978.

*Leonel, Mauro* – Etnodicéia Urueu-Au-Au, Edusp – 1995.

*Lago, Nilde e Leão, Maria Auxiliadora* - Avaliação “Ex-Post” do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil, Polonoroeste. SEPLAN- PR – 1989.

*Mahar, Dennis* - As Políticas Governamentais e o Desmatamento na Região Amazônica do Brasil in Amazônia Adeus - 1990.

*Maranhão, Renata Rozendo* – Relatório de Levantamento Ambiental da Terra Indígena Karitiana, FUNAI, 2003.

**Meireles, Denise Maldí** – Populações Indígenas e a ocupação histórica de Rondônia, dissertação inédita de mestrado apresentada a UFMT, *mimeo* - 1983.

– Os Pakaas-Novos, dissertação de mestrado apresentada no PPGAS-UnB, *mimeo*, Brasília - 1986.

**Mindlin, Betty** e **Leonel Jr, Mauro** – Relatório de Avaliação da Situação da Comunidade Karitiana, Ministério do Interior – SUDECO e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, nov – 1983.

- Relatório Karitiana, FIPE – POLONOROESTE, jul/out – 1984.

**Mônico, Miguel**, Considerações sobre a ocupação do Estado de Rondônia e seu Zoneamento Ambiental à luz do Código Florestal, da Medida Provisória 2.116 e da Lei que Instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – MPE - 2004

**Processos FUNAI/BSB** - n°s 2508/84; 953/80; 5320/78; 1605/79; 3567/79; 5485/79 e 0395/80.

**Processos FUNAI/BSB** - n° 5020/77; 0030/85; 1990/85 – Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau.

**Projeto Úmidas** – *Um Enfoque Participativo para o Desenvolvimento Sustentável: O Caso do Estado de Rondônia* – Documento Banco Mundial – 1999

**Souza, Luiz Fernando** - Relatório Circunstanciado de Revisão de Limites da Terra Indígena Karitiana, FUNAI, 2004.

**Silva, Francisco de A.** – Relatórios micro-filmados, Museu do Índio (RJ) - 1977.

**Vários autores** – Relatórios do SPI, microfilmados e arquivados no Museu do Índio-Funai (RJ).

*Vilaça, Aparecida* – Comendo como gente, Anpocs-UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.

*Viveiros, Éster* – Rondon Conta a Sua Vida, CCE, RJ - 1969.

*Vitor, Hugo* – Desbravadores, V.2, Ed. Missão Salesiana de Humaitá, Amazonas, 1959.